



NATALIA CASAGRANDE SALVADOR

**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO
FRANCISCO DE ASSIS DE MARIANA:
A construção de sua capela, os irmãos terceiros e as
representações iconográficas**

**Campinas
2015**



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História**

NATALIA CASAGRANDE SALVADOR

**VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO
FRANCISCO DE ASSIS DE MARIANA:
A construção de sua capela, os irmãos terceiros e as
representações iconográficas**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Tognon

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas, para
obtenção do título de Mestra em História, na
área de concentração História da Arte.

**Campinas
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Sa38v Salvador, Natalia Casagrande, 1987-
Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana : a construção de sua capela, os irmãos terceiros e as representações iconográficas / Natalia Casagrande Salvador. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Marcos Tognon.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ordem Terceira de São Francisco de Assis. 2. Arquitetura colonial - Mariana (MG). 3. Franciscanos - Mariana (MG). I. Tognon, Marcos, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Mariana's Third Order of Saint Francis of Assisi : the building of its chapel, the brotherhood and the iconographic representations

Palavras-chave em inglês:

Third order of Saint Francis

Colonial architecture - Mariana (MG)

Franciscans - Mariana (MG)

Área de concentração: História da Arte

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Marcos Tognon [Orientador]

Adalgisa Arantes Campos

Luciano Migliaccio

Data de defesa: 02-03-2015

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 02 de março de 2015, considerou a candidata NATALIA CASAGRANDE SALVADOR aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Marcos Tognon

Handwritten signature of Prof. Dr. Marcos Tognon in blue ink, written over a horizontal line.

Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos

Handwritten signature of Profa. Dra. Adalgisa Arantes Campos in blue ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Luciano Migliccio

Handwritten signature of Prof. Dr. Luciano Migliccio in blue ink, written over a horizontal line.

Prof. Dr. Luiz César Marques Filho

A horizontal line for the signature of Prof. Dr. Luiz César Marques Filho.

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

A horizontal line for the signature of Prof. Dr. Pedro Paulo Funari.

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Tognon por ter me acompanhado nessa jornada.

Aos professores da banca de defesa e de qualificação: Adalgisa Arantes Campos, Luciano Migliaccio e Pedro Paulo Funari pelos valiosos comentários e sugestões.

Aos funcionários da Casa Setecentista, por me proporcionarem um aconchegante ambiente de pesquisa, em especial a Cássio Vinicio Salles, por sempre me auxiliar com enorme disposição e bom humor.

Aos professores e colegas da História da Arte na Unicamp, pelo aprendizado e companhia.

Ao companheiro de viagens, pesquisas e investigação paleográfica Leandro Rezende e demais amigos da História da Arte.

À Marie e Alessander, pela amizade, acolhimento e companhia em Mariana.

Ao Juam Thimótheo, de quem eu segui os passos para a história da arte.

Ao Maicon Grella, pelo apoio e confiança além da inestimável ajuda na busca por fontes, contatos e materiais de pesquisa.

Ao Ronaldo Teodoro por me fazer sorrir.

À minha família que me apoiou durante todos os momentos da pesquisa. Ao meu pai por ser meu modelo de inspiração acadêmica. À minha mãe pelas incansáveis revisões do texto.

Às minhas irmãs Livia e Marcela, pela alegria que me trazem.

Agradeço ainda à CNPq que me concedeu uma bolsa de mestrado durante dois anos.

Resumo

O estudo da edificação da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, por meio da análise de fontes primárias, nos permitiu vislumbrar as relações de poder dos irmãos terceiros, imbricadas de estratégias de ascensão social. O perfil dos irmãos revela-se ainda em suas devoções, dispostas na iconografia da capela. Este trabalho visou elucidar as etapas da construção do templo franciscano, bem como destacar as relações devocionais adotadas ao longo do processo.

Palavras chave: Arquitetura Colonial; Devoções Franciscanas; Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Abstract

The construction of the chapel of the third order of St. Francis of Assisi of Mariana, studied through the analysis of primary sources, allowed us to observe the relations of the orders members, intertwined with social evolvement strategies. The profile of the brothers is evident in their devotions, arranged in the iconography of the chapel. This work aimed to elucidate the steps of construction of the Franciscan Temple, as well as to highlight the devotional relationships adopted throughout the process.

Keywords: Colonial Architecture; Franciscan Devotions; Third Order of Saint Francis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja Matriz (Atual Catedral de Nossa Senhora da Assunção de Mariana), ao fundo vê-se as torres da Capela de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	15
Figura 3 - Planta da Praça Minas Gerais, enumerados seus principais elementos. Disponível em: http://www.arquitetosassociados.arq.br/?attachment_id=2116 , acesso em 10/02/2014.....	17
Figura 4 - Praça Minas Gerais, Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis (à esquerda), Capela da Ordem Terceira do Carmo. Fonte: Acervo da autora, 2009.	18
Figura 5 - Abertura do Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2012.	19
Figura 6 - Foto do início do século XX, encerramento de procissão na Capela de São Francisco de Assis. Fonte: Autoria desconhecida.....	43
Figura 7 - Trecho do Livro de Despesas com registro de pagamento a José Pereira dos Santos por risco feito para a construção da nova capela. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	45
Figura 8 - Folha 47 do Livro de Termos referente ao lançamento da pedra fundamental. Fonte: acervo da autora, 2012.	50
Figura 9 - Folhas 47 verso e 48 do Livro de Termos referente ao lançamento da pedra fundamental. Fonte: acervo da autora, 2012.	51
Figura 10 - Planta da Capela, destaque (em vermelho) para a capela-mor e (em azul) para o local onde seria construído o altar-mor e teria sido lançada a pedra fundamental. Fonte: http://www.atlasdigitalmg.com.br/ , acesso em 23/02/14	54
Figura 11 - Frontão da capela, detalhe do medalhão. Fonte: acervo da autora, 2009.....	55
Figura 12 - Planta da Capela com setas apontando para os portais referidos. Fonte: http://www.atlasdigitalmg.com.br/ , acesso em 23/02/14.	58
Figura 13 - Vista interna da Capela (lado do Evangelho) e portal de pedra em destaque. Fonte: acervo da autora, 2014.	59
Figura 14 - Livro de Despesas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, registro do 5º pagamento a José Pereira Arouca. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	62
Figura 15- Planta da Capela (destacado em vermelho a área da capela-mor, sacristia e noviciado). Fonte: http://www.atlasdigitalmg.com.br/ , acesso em 23/02/14.	63
Figura 16– Nave da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis vista do altar-mor. Fonte: www.panoramio.com , acesso em 14/01/14.....	68
Figura 17 – Detalhe das porta-sacadas da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2009.....	69
Figura 18 - Torre esquerda da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.	70
Figura 19 - Cimalha com pintura em “faiscado”. Fonte: Acervo da autora, 2014.	71
Figura 20 - Detalhe da pintura da cimalha (com rachadura no quadrante inferior esquerdo). Fonte: Acervo da autora, 2014.	71
Figura 21- Frontispício da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2009.	75
Figura 22 - Praça Minas Gerais. Fonte: Acervo da autora, 2009.	77

Figura 23 - Reunião de fiéis em frente à Capela. Fonte: autoria desconhecida, c.1940.	79
Figura 24 - Medalhão de pedra com inscrições em latim. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	81
Figura 25 -Cruz de Lorena. Fonte: acervo da autora, 2009.....	82
Figura 26 - Torres e frontão da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2013.	83
Figura 27 - Fachada lateral da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.	84
Figura 28 - Para-vento. Disponível em: https://www.facebook.com/media/set/?set=a.519719084734194.1073741958.471025786270191&type=3 acesso em 07/12/2014.	86
Figura 29 - Campa número 94, onde teria sido enterrado Manuel da Costa Ataíde.	87
Figura 30 - Planta da capela com destaque para o Nártex em vermelho. Fonte: www.atlasdigital.com.br , acesso em 23/04/14 (com alteração nossa).	88
Figura 31 - Vista geral da nave da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.	89
Figura 32 - Corredor lateral da capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.	90
Figura 33 - Retábulo de Santa Rosa. Fonte: Acervo da autora, 2012.	93
Figura 34 - Detalhe da pintura do retábulo de Sta. Rosa. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	94
Figura 35 - Retábulo de Santa Isabel, Rainha de Portugal. Fonte: Acervo da autora, 2012.....	95
Figura 36 - Altar de São Luis, Rei de França. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	97
Figura 37 - Mesa do Altar de São Luis rei de França. Fonte: Acervo da autora, 2014.	98
Figura 38 - Altar de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.	100
Figura 39 - Mesa do altar de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	101
Figura 40 - Arco-cruzeiro. Fonte: Acervo da autora, 2014.	102
Figura 41 - Arco-cruzeiro visto de baixo. Fonte: Acervo da autora, 2014.	103
Figura 42 - Colunas do coro e detalhe (à direita). Fonte: Acervo da autora, 2014.	104
Figura 43 - Divisão do suporte do coro em três arcos (detalhe). Fonte: Acervo da autora, 2014....	104
Figura 44 - Púlpito do lado do Evangelho e Púlpito do lado da Epístola.....	105
Figura 45 - Pias de água benta. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	106
Figura 46 - Lavabo no corredor para o consistório. Fonte: Acervo da autora, 2014.	107
Figura 47 - Porta de acesso ao corredor do lado da Epístola. Fonte: Acervo da autora, 2014.	108
Figura 48 - Ornamentação em pedra do presbitério. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	109
Figura 49 - Ornamentação em pedra do presbitério. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	109
Figura 50 - Pintura do forro da nave da capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.	110
Figura 51 - Medalhão central da pintura da nave. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	111
Figura 52 - Pintura da Sacristia Francisco em Oração. Fonte: Acervo da autora, 2014.	113
Figura 53 - Pintura da Sacristia, São Francisco em agonia.	115
Figura 54 - Detalhes da pintura do para-vento. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	116
Figura 55 - Detalhe da pintura do camarim de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.	117
Figura 56 - Escadaria em pedra na capela-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	118
Figura 57 - Forro da capela-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	118
Figura 58 - Altar-mor da capela. Fonte: Acervo da autora, 2009.	120
Figura 59 - Altar-mor (detalhe). Fonte: Acervo da autora, 2014.	121
Figura 60 - Pintura no camarim do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.	122
Figura 61 - Arremate do arco do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	122

Figura 62 - Sacrário do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.	123
Figura 63 - Interior da torre, escada de acesso. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	123
Figura 64 - Capela do Santíssimo. Fonte: Acervo da autora, 2014.....	125

Lista de Abreviaturas

AHCSM - Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana

AHMI – Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/Casa do Pilar

OTC - Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Mariana

VOTSFco - Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. SÃO FRANCISCO DE ASSIS: A ORDEM TERCEIRA EM MARIANA.....	13
1.1 São Francisco de Assis	13
1.2 As capelas e a sociedade colonial.....	14
1.3 A documentação e os registros das atividades da Ordem.....	19
1.4 A composição da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis	20
1.4.1 Os Estatutos: normas e ideais da Ordem	21
1.4.2 Nosso Caríssimo Irmão José Pereira Arouca	25
CAPÍTULO 2. A OBRA DA CAPELA	37
2.1 Criação da Ordem Terceira e primeiras providências.....	37
2.2 A primeira pedra	48
2.3 Pedra, cal e uma capela a construir	57
2.4 Aceitação da capela parcialmente construída.....	65
2.5 Alterações e acréscimos.....	67
CAPÍTULO 3 – A OBRA FINALIZADA: ASPECTOS DO TEMPLO E DEVOÇÕES FRANCISCANAS.....	75
3.1 O Frontispício	80
3.2 Planta, corpo da capela e fachadas laterais e posterior	84
3.3 O Interior	85
3.3.1 Altares da Nave	91
Altar de Santa Rosa de Viterbo	92
Altar de Santa Isabel, Rainha de Portugal	95
Altar de São Luís, Rei de França	96
Altar de São Roque	99
3.3.2 Elementos em pedra.....	102
Arcos	102
Púlpitos	105
Pias	106
Outros	108
3.3.3 Pinturas	110
Faiscado	116
3.3.4 Capela-Mor.....	117
3.4 Outros	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
FONTES.....	129
BIBLIOGRAFIA	131

GLOSSÁRIO.....	141
-----------------------	------------

ANEXOS	147
---------------------	------------

A- Listagem dos documentos do Livro de Termos relativos à construção da capela:	147
---	-----

B- Transcrição diplomática dos documentos citados	151
---	-----

INTRODUÇÃO

O descobrimento de ouro nas margens do Ribeirão do Carmo¹ impulsionou uma intensa migração para o interior da Colônia no final do século XVII. O ouro retirado das margens dos rios, chamado de aluvião, não requeria grandes investimentos ou maquinários, motivo pelo qual a região logo se tornou tumultuada com toda sorte de gente em busca de enriquecimento fácil. Cada nova cata² encontrada proporcionava a expansão populacional, que fez surgir diversos arraiais próximos às margens dos rios. Tanta obsessão pela descoberta do ouro resultou numa carestia de alimentos e materiais de uso corriqueiro, pois quando todos passavam o dia nas catas de ouro, não sobrava quem fornecesse qualquer coisa que não fosse ouro. Aqueles que se aperceberam disso e criaram uma rede de abastecimento vieram a se tornar ricos comerciantes, pois vendiam as mercadorias “com lucro não somente grande, mas excessivo”, pois que “não havendo nas minas outra moeda que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas” (ANTONIL, 2011, p. 228). Pouco a pouco, a sociedade foi se diversificando criando novas atividades e cargos que, no entanto, continuavam a girar em torno da exploração aurífera.

Nos primeiros anos de exploração, a população tratou de erguer capelas provisórias próximas aos principais núcleos mineradores (FONSECA, 2011). A religião foi trazida junto com os migrantes e serviria de amparo nessas terras antes desérticas, desprovidas de estradas, abastecimento de itens básicos e onde a ganância reinava acima de qualquer norma ou bom senso. Conforme explica Caio César Boschi “Em síntese, as irmandades funcionaram como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social” (BOSCHI, 1986, p.14).

Em 1711, a Coroa percebeu a necessidade de um controle mais rígido da região e fundou as primeiras vilas: Ribeirão do Carmo (futura cidade de Mariana), Vila Rica e Vila Real (atual

¹ Cerca de 120 Km de Belo Horizonte no atual estado de Minas Gerais.

² Cata: “Lugar nas minas, onde já aparece ouro de lavage”. (SILVA, 1789, v.1 p.359)

Sabará). Para evitar o contrabando do ouro foi proibida a instalação de Ordens Regulares³ (BOSCHI, 1986). Como consequência as associações leigas foram criadas para suprir a demanda por assistência religiosa. Tais associações se caracterizavam por serem financiadas e administradas por indivíduos leigos.

Assim que possível, a população substituiu as capelas provisórias por capelas maiores feitas com materiais mais resistentes e nas vilas, surgiam as igrejas Matrizes. Comumente sede da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ela recebia todos os moradores da região e seu edifício possuía grandes dimensões para acomodar vários retábulos laterais que abrigavam as outras devoções.

As irmandades do Santíssimo Sacramento e do respectivo padroeiro do templo compartilhavam o espaço privilegiado da capela-mor [...] as demais irmandades situavam-se nos altares laterais da nave e tinham demandas semelhantes no tocante ao recinto religioso. Responsabilizavam, proporcionalmente, pelas despesas referentes à manutenção do culto no âmbito da matriz, a saber: aquisição do mobiliário da sacristia, contratação de sacerdotes para celebração de missas e de músicos para abrilhantar os dias festivos; instalação e conservação de sinos, bem como dos paramentos litúrgicos, dos ornamentos do templo, das imagens dos santos e dos suprimentos para a execução dos rituais católicos (CAMPOS, 2011, p.98).

Tudo isso como resultado do investimento, não do Estado, nem da Igreja, mas da própria população que pagava esmolas e donativos para contribuir com as despesas. Em geral, a Irmandade do Santíssimo Sacramento reunia os homens brancos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era a associação dos negros. Até meados do século XVIII uma grande variedade de irmandades foi criada para congregar os diversos estratos sociais que iam surgindo. Neste cenário se encontram a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês, dos crioulos (negros nascidos no Brasil), a Irmandade de São José, que comumente agremiava os oficiais mecânicos e, a partir da metade do século, surgem as primeiras Ordens Terceiras, às quais se associavam os homens brancos e em geral abastados.

Segundo Germain Bazin:

³ As ordens regulares eram aquelas cujos membros realizavam votos de castidade. Segundo Bluteau: “Diz-se dos que tem feyto votos em algúa Religião; neste sentido os Clerigos Regulares differem dos Clerigos Seculares; os Regulares vem a ser o mesmo que os Religiosos[...].” (BLUTEAU, 1712, v.7, p.206).

Havia confrarias para todas as classes e condições sociais. As mais aristocráticas foram as Ordens Terceiras, carmelitas e franciscanas; estas no século XVIII, se entregaram a uma rivalidade sem limites, que teve como consequência uma verdadeira febre de construção de monumentos (BAZIN, 1983, p.31).

Em Mariana, no ano de 1758 a Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi criada. A construção de sua capela, objeto de estudo desta pesquisa, realizou-se ao longo da segunda metade do século XVIII, constituindo um importante espaço de disputas e dinâmicas culturais no Brasil setecentista. Por meio da documentação produzida pela Ordem neste período, é possível recompor o percurso da construção deste templo, apreendendo detalhes exclusivos das questões relativas à produção arquitetônica colonial e da relação entre os vários personagens envolvidos nesse processo.

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis, realizadora da obra, é uma das associações religiosas leigas de maior destaque no período colonial, especialmente em Minas Gerais, aonde fora proibida a instalação de ordens regulares. Responsável pela agremiação de alguns dos mais proeminentes indivíduos, este grupo teve influência marcante na composição estrutural da sociedade mineira, reforçando valores hierárquicos e garantindo aos seus membros posição de destaque.

Tamanha importância na sociedade viria a se manifestar nas diversas formas de atuação da Ordem, seja na assistência aos irmãos enfermos e necessitados, nas missas rezadas aos irmãos defuntos, no apoio espiritual e especialmente em aparições públicas na forma de procissões, festas e cerimônias organizadas por eles. Todas as manifestações desta associação eram cercadas de grandiloquência, algo não apenas aceitável, como desejável em uma sociedade regida por normas do antigo regime. Evidentemente, a sede desta renomada ordem terceira haveria de equiparar, senão superar, o apreço à pompa que envolvia esta sociedade.

O estudo da construção da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana se insere neste contexto e envolve uma série de fatores referentes às relações entre

os mais destacados irmãos terceiros⁴ e os oficiais e artífices que trabalharam na sua obra. Deparando-se com obstáculos dos mais diversos, os irmãos terceiros conseguiram, ao longo de vários anos⁵, a concretização deste importante templo.

Inserida no contexto da Praça Minas Gerais, a Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis é a “segunda igreja mais visitada de Mariana”⁶. Junto à Capela da Ordem Terceira do Carmo, a Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, compõem um cenário exclusivo no panorama da arquitetura colonial mineira. Em nenhum outro local de Minas existe essa confluência de edifícios históricos e religiosos tão próximos um do outro. Diante de tamanha peculiaridade era de se esperar uma gama de publicações que explorasse as diversas facetas desta configuração e os mínimos detalhes das construções destes edifícios. Não é o que ocorre, infelizmente. Talvez devido à revalorização do “barroco mineiro”⁷ e à exacerbada valorização de determinados ícones⁸ criados durante a primeira metade do século XX pelo movimento modernista.

Embora existam publicações que apresentam a construção dessas duas capelas, bem como das obras da Casa de Câmara e Cadeia, estudos precedentes nunca chegaram a explorar a fundo esse cenário peculiar, raramente questionando os motivos por detrás das escolhas tomadas e os interesses dos responsáveis por essas decisões. Estes trabalhos não deixam, contudo, de ter seu mérito, em especial pelo importante papel de divulgar os variados documentos produzidos pelas irmandades e associações religiosas. Portanto, para embasamento de nossa pesquisa, montamos uma breve retomada do que já foi visto e analisado por historiadores e pesquisadores no decorrer do século XX.

⁴ Irmão terceiro era qualquer indivíduo associado à Ordem Terceira em questão. Deveriam para isso passar por duas etapas de iniciação: a profissão e o noviciado.

⁵ As obras se iniciaram em 1763 e a capela teria sido entregue, ainda não inteiramente concluída, em 1794 pelo mestre da obra (TRINDADE, 1945).

⁶ Ficando atrás apenas da Catedral da Sé. Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/30/interna_gerais,297187/igreja-de-sao-francisco-de-assis-em-mariana-e-interditada-mais-uma-vez.shtml acesso em 30/12/2013

⁷ Foi somente a partir do século XX com o movimento modernista que houve a revalorização da arte colonial, antes vista como retrógrada.

⁸ Observa-se na historiografia uma insistência no destaque de alguns poucos artistas e obras produzidas em Minas Gerais no século XVIII, tais como Aleijadinho e as esculturas dos profetas realizadas por ele em Congonhas do Campo, MG.

Os primeiros estudos sistemáticos da documentação da Ordem Terceira de São Francisco remontam a Salomão de Vasconcellos e ao Cônego Raimundo Trindade. Em suas obras *Mariana e seus templos* (1938) e *Breviário histórico e turístico da Cidade de Mariana* (1947), Vasconcellos apresentou os diversos edifícios históricos da primeira vila da região mineradora, entre eles a Capela de São Francisco de Assis.

Trindade escreveu um artigo para a revista do SPHAN intitulado *A igreja de São Francisco de Assis de Mariana* (1943), no qual ele discorreu acerca da construção da capela. Pouco depois, lançou um importante livro: *Instituições de Igrejas no bispado de Mariana* (1945) onde ele republicou o artigo sobre o templo franciscano. Este é um dos autores que apresenta mais detalhadamente as etapas de construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, baseando-se na documentação da ordem. Sua interpretação, contudo, acaba sendo tendenciosa e, certas vezes, até mesmo equivocada, provavelmente devido ao grande número de documentos e informações com as quais ele lidou em suas pesquisas.

Exclusivamente tratando da arquitetura, o historiador da arte Germain Bazin produziu uma obra que é referência até os dias de hoje para o estudo da arte religiosa colonial, o livro *L'architecture religieuse baroque au Brésil* (1956)⁹ no qual fez um levantamento das principais obras religiosas do nosso país. Diferente do que poderíamos esperar de um estrangeiro, ele não trouxe novas interpretações para a arte brasileira; ao invés disso, Bazin reitera a opinião modernista de evolução da arte e exclusividade do barroco mineiro em todo o seu texto¹⁰. Sua obra traz diversas informações sobre igrejas e capelas de todo o Brasil e não se restringe em apresentar sua análise formal dos edifícios, às vezes usa uma linguagem demasiadamente debochada.

Sobre o frontispício da Capela de São Francisco de Mariana, por exemplo, escreve:

⁹ Traduzido para o português em 1983 com o título de *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*.

¹⁰ Tal opinião referente aos ideais modernistas pode ter sido incentivada pela íntima relação que Bazin tinha com os principais membros deste movimento.

A composição é muito medíocre, com o frontão nu e pesado e comprimindo um óculo ridículo [...] trabalho mais rebuscado que o do Carmo, nos leva a crer que seja de uma época um pouco anterior (BAZIN, 1983, p.237).

Quando escreve “de uma época um pouco anterior”, refere-se à concepção de fases na arquitetura colonial, para a qual os formatos arredondados seriam os mais “evoluídos” e descreve Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, como seu principal artista. Tais conceitos já foram revistos e contestados por pesquisadores como Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (1999) e André Guilherme Dornelles Dangelo (2006). Como citamos, porém, Bazin foi um pesquisador fundamental para a valorização da nossa arte colonial e teve importante papel na divulgação das obras religiosas de todo o Brasil.

Os documentos produzidos pelas associações ao longo de sua criação e desenvolvimento foram imprescindíveis para as pesquisas sobre arquitetura e arte religiosas. Sem eles, pouco ou nada saberíamos da construção das valiosas igrejas e capelas que embelezam as cidades e distritos mineiros. A pesquisa documental, contudo, não é uma simples questão de encontrar os documentos e fazer sua leitura. Os pesquisadores muitas vezes se perdem no grande número de informações e acabam confundindo os dados. Por exemplo, John Bury, que, apesar de ter sido um ótimo pesquisador da história da arte, escreveu que a construção da “São Francisco de Mariana foi iniciada por José Pereira dos Santos, em 1763, mas a fachada foi redesenhada por José Arouca em 1783...” (BURY, 2006. p.160 - nota 16). Ele se confunde, pois, na verdade, José Pereira dos Santos jamais trabalhou nas obras desta capela, apenas desenhou o risco que então foi utilizado como referência por José Pereira Arouca a partir de 1763.

Tais equívocos são corriqueiros, considerando a quantidade de informações a serem compreendidas e analisadas, em especial se considerarmos que não há um estudo aprofundado sobre a construção da Capela de São Francisco de Assis de Mariana como existe, por exemplo, *A História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*, de Francisco Antônio Lopes (1942).

Outro fator relevante a se levar em conta na pesquisa com fontes primárias é a precária condição dos documentos setecentistas, muitos deles danificados devido à ação de insetos, deteriorados ou úmidos e com fungos, devido ao armazenamento inadequado. Além disso,

a questão da variabilidade de grafia¹¹ e caligrafia dos redatores por vezes se mostra um desafio à parte.

Apesar das dificuldades, existem valiosas ferramentas para o auxílio na compreensão das fontes históricas. Em 1979, foi lançada a primeira edição de uma apostila de abreviaturas realizada por Maria Helena Ochi Flexor que viria a ser publicada outras duas vezes em formato de livro. Seu objetivo era “atenuar os obstáculos relativos aos desdobramentos das abreviaturas” (FLEXOR, 2008, p.9). De fato, é bastante útil para dar assistência ao leitor iniciante de documentações históricas e também ao mais experiente quando este se depara com abreviaturas incomuns ou modificadas. Além disso, a recente digitalização e disponibilização na internet de dicionários da época (Raphael Bluteau-1712-1728, Antonio Moraes Silva-1813 e Luiz Maria da Silva Pinto-1832), pela biblioteca da USP mostrou-se de grande valia quando se trata de vocabulário dos séculos XVIII e XIX. Na temática específica de história da arte foi publicada em 1974, pela pesquisadora Judith Martins, uma coletânea de informações acerca dos artistas e artífices que trabalharam em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, dados obtidos a partir de uma pesquisa sistemática da documentação encontrada em diversos arquivos mineiros. Embora seja bastante útil, este dicionário informa apenas os dados principais e mais objetivos da contratação dos artistas, sendo necessária uma pesquisa mais aprofundada para uma melhor compreensão do cenário artístico colonial.

Outra importante fonte que nos permite compreender mais a fundo a sociedade colonial é um livro composto por cinco volumes que contém a legislação eclesiástica que deveria ser seguida em toda a colônia. São as *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, nas quais se encontram instruções de conduta e normas para reger e uniformizar a atuação de todas as instituições religiosas. De acordo com Myriam Oliveira, este documento:

[...] passou a orientar toda a vida religiosa da colônia brasileira, não se tendo notícia da publicação de outras *Constituições* similares até o final da época colonial. Nele estão codificadas normas básicas de procedimentos, não apenas com relação a aspectos gerais da doutrina, administração religiosa,

¹¹ Mesmo os indivíduos considerados letrados cometiam muitos erros. É comum, por exemplo, encontrar palavras que foram escritas da forma como eram pronunciadas.

funcionamento do culto e direito eclesiástico, mas abrangendo também setores específicos como construções e reparações de igrejas, guarda de ornamentos e alfaías e até mesmo organização dos arquivos paroquiais. (OLIVEIRA, 2003, p.166)

Utilizamos, portanto, as *Constituições* para comparar e compreender algumas atitudes da Ordem Terceira durante a construção de seu templo.

*

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis, por meio de seus registros históricos, permite-nos montar um panorama de construção de sua capela e compreender melhor os trâmites que envolviam uma obra religiosa no período colonial. Pretendemos nessa pesquisa revalorizar esta capela e elucidar o importante ambiente construtivo colonial, destacando os personagens e relações que se estabeleceram ao longo do processo¹².

A partir da escolha do nosso objeto de pesquisa, considerando os documentos disponíveis e as informações passíveis de serem interpretadas, exploraremos o processo de construção da capela franciscana por meio dos termos e listas de despesas que registravam as atitudes e decisões dos irmãos terceiros participantes da mesa administrativa. Os documentos que encontramos ofereceram, em específico, variadas informações acerca do ambiente de construção da capela, além do cotidiano da Mesa da Ordem Terceira franciscana de Mariana e da sociedade setecentista em geral, abordando seus valores e preocupações mais intrínsecos expressados por meio da vivência religiosa.

Embora alguns dos documentos por nós pesquisados já tenham sido em parte citados por outros pesquisadores, como Salomão de Vasconcellos e Cônego Raimundo Trindade nas obras comentadas acima, as abordagens dos estudiosos, em geral, focam no relato de alguns momentos específicos da construção da capela para então explorá-la como monumento final. Eles deixam de considerar, porém, os personagens diretamente relacionados à

¹² Era nossa intenção pesquisar não apenas uma, mas as duas capelas situadas na Praça Minas Gerais, por sua localização tão próxima, pelo contexto peculiar e exclusivo no cenário da arquitetura religiosa mineira. Porém, restrições ao acesso a algumas fontes documentais nos impediram de fazê-lo. Lamentamos, contudo, a lacuna que haveremos de deixar para uma pesquisa futura na qual se leve em conta todo o contexto da Praça Minas Gerais e as irrefutáveis interrelações na construção das duas capelas – ocorridas concomitantemente na segunda metade do século XVIII.

realização da empreitada. Da mesma forma, outros pesquisadores que comentaram a construção da capela franciscana, se concentraram em angariar dados e apresentá-los junto com o de outras capelas coloniais em espécie de catálogos de edifícios históricos, não se importando em analisar o contexto no qual estavam inseridas. Pouco se explora também a motivação por trás das escolhas feitas pela Mesa Administrativa quando da decoração e ornamentação da capela, os estudos já publicados não chegam a se deter muito nos detalhes que permearam as decisões e práticas durante a fatura desta obra. Aí reside a importância de nossa pesquisa: elucidar uma visão mais íntegra do processo de construção do templo franciscano de Mariana, ampliando com isso não apenas o conhecimento acerca deste edifício, mas também do contexto de construção arquitetônica colonial mineira, uma vez que a documentação pesquisada fornece informações num nível de detalhamento que raras outras oferecem.

Para a realização desta pesquisa rastreamos os diversos documentos remanescentes da Ordem Terceira de São Francisco, alguns estavam no Arquivo da Casa do Pilar – Anexo do Museu da Inconfidência, ao passo que a grande maioria encontrava-se no próprio arquivo da Ordem em Mariana. Após uma primeira observação e contato com a documentação, constatamos que esta abrangia diversos períodos e temáticas, desde a criação da Ordem, no século XVIII até os anos de 1970. Dentre eles, selecionamos, catalogamos, transcrevemos e analisamos cuidadosamente aqueles que faziam referência às obras da capela. Resultou disso um grande número de documentos, que, em melhor ou pior estado de conservação¹³, permite-nos resgatar o que se registrou durante a fatura da Capela da Ordem Terceira no decorrer da segunda metade do século XVIII e começo do século seguinte.

Considerando a diversidade e quantidade documental referente à Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana datada do século XVIII e começo do XIX, encontramos os seguintes: Livro de Termos (1758-1870), Livro de Entrada e Profissão (1758-1823)¹⁴,

¹³ Infelizmente os documentos nem sempre foram corretamente armazenados e manuseados, causando danos irreparáveis ao seu suporte físico, o papel. Dentre as patologias constatadas encontram-se: ataque de insetos xilófagos, deterioração e fungos devido à umidade, poeira, amarelamento das folhas, rasgos, cortes e rasuras.

¹⁴ O Livro de Entrada e Profissão caracteriza-se como um registro dos irmãos novos.

Livro de Recibos (1788-18??) ¹⁵. Havia, junto a esses documentos, outros de datas posteriores que hoje estão (em sua maioria) ¹⁶ sob a custódia do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, para onde eles foram transladados no primeiro semestre de 2012, para serem desinfestados, higienizados, catalogados e apropriadamente armazenados. Além destes, utilizamos a versão transcrita dos Estatutos ¹⁷ da Ordem, cuja transcrição fica no arquivo da Casa Setecentista e o Livro de Despesas (1759-1805) sob a guarda do Arquivo do Museu da Inconfidência/ Casa do Pilar.

De todos os documentos produzidos pela Ordem a partir de sua criação, em 1758, referimo-nos constantemente ao Livro de Termos, pois, dentre os registros, este é o que mais detalhadamente evidencia as decisões tomadas pelos membros da mesa e implicitamente exemplifica os anseios e intenções mais diretos da administração do grupo. Consideramos tal fonte, portanto, o elemento chave para a concretização da presente pesquisa. Não deixamos, contudo, de contrapor também as outras existentes, como meio de suplementar as informações omissas naquele.

No primeiro capítulo faremos uma contextualização do ambiente no qual a Ordem Terceira de São Francisco de Assis foi criada e apresentaremos os documentos que serão por nós utilizados como fonte principal para reconhecimento da estrutura da mesa administrativa da ordem e das etapas transcorridas ao longo da obra da capela.

No segundo capítulo discorreremos acerca da construção propriamente da capela, usando como referência os termos e registros nos livros da Ordem. O limite temporal tratado será de 1763, a partir do lançamento da pedra fundamental, a 1794, quando foi realizada a aceitação da capela.

¹⁵ Os Livros de recibos e despesas guardam informações acerca das doações, aquisições, contratos e pagamentos que foram realizados pela Ordem Terceira.

¹⁶ Com exceção do Livro de Despesas, que se encontra no Arquivo da Casa do Pilar de Ouro Preto, desde longa data - provavelmente levado para lá pelo pesquisador e Cônego Raimundo Trindade.

¹⁷ Os Estatutos descrevem as normas a serem seguidas pelos irmãos terceiros, as responsabilidades de cada um dos cargos da mesa, além das garantias e obrigações da ordem para com o irmão associado.

No terceiro capítulo apresentaremos a obra concluída em seus diversos aspectos. A análise da iconografia utilizada na capela franciscana nos permitirá compreender melhor os ideais desta associação, discutir seus gostos, assim como evidenciar as escolhas feitas por eles no emprego de determinadas devoções para adorno de seu templo.

OBS: Ao citarmos os preços de arrematações e pagamentos realizados utilizamos a forma como encontrada nos documentos, seja por peso (ex.: oitava = 1/8 de onça = 3,58g de ouro) ou por valor monetário (ex.: réis, cruzados, etc.). Segundo dicionários da época¹⁸, o valor da oitava de ouro era equivalente a 1200 réis no período estudado. O cruzado equivalia a 400 réis e um vintém 20 réis.

¹⁸ BLUTEAU(1712-1728), SILVA(1789), PINTO(1832).

CAPÍTULO 1. SÃO FRANCISCO DE ASSIS: a Ordem Terceira em Mariana

Na região mineradora, a impossibilidade de instalação de ordens regulares¹⁹ criou um contexto particular no qual as funções religiosas eram supridas pelas associações seculares, compostas e administradas por pessoas leigas, isto é, que faziam votos, mas não viviam enclausurados, podendo ser religiosos ou não. Isso propiciou o surgimento das diversas irmandades e ordens terceiras e a construção de tantos edifícios religiosos no século XVIII e começo do XIX.

Este é o caso da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana que, conforme os sodalícios franciscanas, se originou com o intuito de agremiar irmãos sob os fundamentos pregados por São Francisco.

1.1 São Francisco de Assis

A vida deste santo italiano já foi muitas vezes narrada por biógrafos e cronistas²⁰, de forma que não pretendemos sobrepô-los desbastando cada detalhe de sua história. Mas é importante conhecer os eventos marcantes de sua vida para compreender a motivação de seus seguidores e por consequência, os ideais dos irmãos terceiros que citamos na presente dissertação.

São Francisco nasceu em 1282 na região da Umbria na Itália, filho de um abastado mercador de tecidos. Aficionado pelas histórias de cavalaria, o jovem Francisco sonhava com grandes aventuras. Em sua juventude experienciou os dissabores da guerra com a cidade vizinha, na qual batalhou e foi tomado prisioneiro por quase um ano. Sua personalidade empática e companhia agradável lhe rendeu uma suportável convivência no cativeiro, por menos indesejável que a situação fosse. Tal vivência o fez repensar muito de suas ambições, algo que foi se intensificando ao retornar à casa paterna.

¹⁹ Com receio do contrabando do ouro, a coroa proibiu a instalação de ordens religiosas regulares na região das minas e diamantes (BOSCHI, 1986).

²⁰ Começando por Tomás de Celano (contemporâneo de São Francisco) e São Boaventura ainda no século XIII, e, baseado nesses, outras escritas por Jacques Le Goff, Chiara Frugoni entre outros.

De volta a suas atividades rotineiras, um dia trabalhava para seu pai a vender tecidos para importantes clientes da cidade quando um mendigo entrou na loja a pedir esmola. A reação espontânea foi dispensá-lo, mas isso causou um rebuliço na mente de Francisco que então correu para o homem e lhe deu todo o dinheiro que tinha. Afinal, não era o pobre pedinte um filho de Deus, como todos os outros? Francisco refletira bastante sobre Deus e os filhos aos quais possivelmente enviava a contatá-lo. Depois deste episódio o jovem se tornou cada vez mais emocionado e bem-disposto para com os necessitados.

Tal mentalidade se chocava com o espírito capitalista de sua família, afinal, mercadores haveriam de fazer fortuna acumulando bens e não os doando aos pobres. O confronto com seu pai era eminente e culminou na total entrega de Francisco a Deus. Passou então a viver como mendicante, desfez-se de todas suas posses e vestia trapos que lhe eram doados, comia também, apenas o que lhe concediam. Aos poucos Francisco foi consolidando seus ideais que viriam a compor as Regras pelas quais seus futuros seguidores se guiariam.

No momento auge de sua rendição a Deus, Francisco pediu-lhe que concedesse a dádiva de viver como Cristo e sentir na pele suas dores. Este é o episódio em que ele recebe as chagas de Cristo e é a representação iconográfica mais comum do Santo.

Ligados à simbologia franciscana estão elementos que remetem a passagem do tempo e a perenidade da vida, além do sofrimento de Cristo e a penitência. Os símbolos mais corriqueiros são: a caveira, a ampulheta, instrumentos de martírio como a cruz, o cilício, o chicote, cravos, a coroa de espinhos, as próprias chagas aparecem comumente agrupadas em cinco. Todos esses dramáticos atributos serviam para recordar o fiel do sofrimento de Nosso Senhor e da devoção com a qual São Francisco seguia seus passos como uma forma de inspirar a fé.

1.2 As capelas e a sociedade colonial

A vila de Ribeirão do Carmo, futura cidade de Mariana, foi um dos primeiros povoados a se consolidar e desenvolveu-se conforme os principais polos dessa região, à beira do ribeirão homônimo, onde primeiro foi encontrado ouro em formato de pó, de fácil e barata extração. A princípio com pouca estrutura e comércio precariamente desenvolvido, a população era

instável (FONSECA, 1998). No que concerne à religiosidade de matriz católica, esta veio arraigada com os exploradores que logo trataram de erigir uma primitiva capela, dedicada à Senhora do Carmo, próxima ao mesmo riacho onde foram encontradas as primeiras catas de ouro.

De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração —ou seja, da oficialização— das pequenas capelas construídas pelos habitantes ao lado de suas lavras ou de suas roças coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de capelas filiais e, mais tarde, de igrejas matrizes era, frequentemente, uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam (FONSECA, 2011, p.83).

Passados alguns anos, o eixo central do povoado foi se deslocando para a região onde construíram o que viria a se tornar a Igreja Matriz, sede da freguesia fundada em 1704 (SALLES, 2007, p.58). Via de regra a Matriz abrigava as diversas devoções dos habitantes da região. O altar-mor costumava ser dedicado ao Santíssimo Sacramento e ao santo ou santa padroeira da Capela, enquanto os demais altares eram utilizados para outras invocações, seja pela importância devocional na circunscrição ou patrocinados por irmandades que porventura surgissem.



Figura 1 - Igreja Matriz (Atual Catedral de Nossa Senhora da Assunção de Mariana), ao fundo vê-se as torres da Capela de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Após a estabilização desse povoado, evidenciado pela criação da Vila de Nossa Senhora do Carmo em 1711, a população foi se dividindo e se agrupando em diversas associações, que embora ainda sediadas na Igreja Matriz, ansiavam pela criação de uma capela própria. Faziam-na assim até que houvesse capital suficiente.

Em primeiro lugar, para serem consagradas, as capelas precisavam dispor de um 'dote' ou de um patrimônio capaz de garantir uma renda anual mínima de seis mil réis para sua 'fábrica, reparação e ornamentos' (FONSECA, 2011, p.115).

As irmandades do Rosário dos pretos foram as primeiras a construir capela própria, dividindo dessa forma os ambientes para brancos (na Matriz) e para negros (na capela do Rosário). Em Mariana a Irmandade do Rosário se instalou na antiga capelinha do Carmo, atual Santo Antônio (PINHEIRO, 2006).

As irmandades iam surgindo de acordo com o crescimento populacional e estratificação social: "Quanto mais extenso e diversificado socialmente o núcleo urbano, maior o número de confrarias, isto é, de associações de leigos institucionalizadas a partir de estatutos [...]" (CAMPOS, 2011, p.97). Somente a partir da segunda metade do setecentos foram criadas as Ordens Terceiras na região. Nesta época, em constante expansão, na recém-nomeada cidade de Mariana, a Câmara se esforçava para garantir o ordenamento das ruas e quarteirões que viriam a compor a futura sede do arcebispado. Novas ruas foram abertas, casas demolidas e fachadas alinhadas segundo o planejamento do engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim (FONSECA, 1998).

A partir do remodelamento das quadras, abriu-se a chamada Rua Nova (hoje Rua Dom Silvério), que partia da Rua Direita até a Capela de São Pedro dos Clérigos. Com a nova composição da cidade, as irmandades e as ordens criadas a partir de então buscaram edificar seus templos em locais mais elevados e livres do risco de inundação, como vinha ocorrendo no centro próximo à Matriz (FONSECA, 1998).

Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

Conforme o direito Canonico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, havendo-se de edificar de novo alguma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar

decente, livre da humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos, e sordidos [...] (1853, livro IV, título XVII, §687, p.252).

É neste contexto que a Ordem Terceira de São Francisco de Assis decidiu comprar um terreno próximo à Rua Nova, onde se constituiu uma Praça²¹ (figura 3), que atendia aos preceitos das *Constituições*.

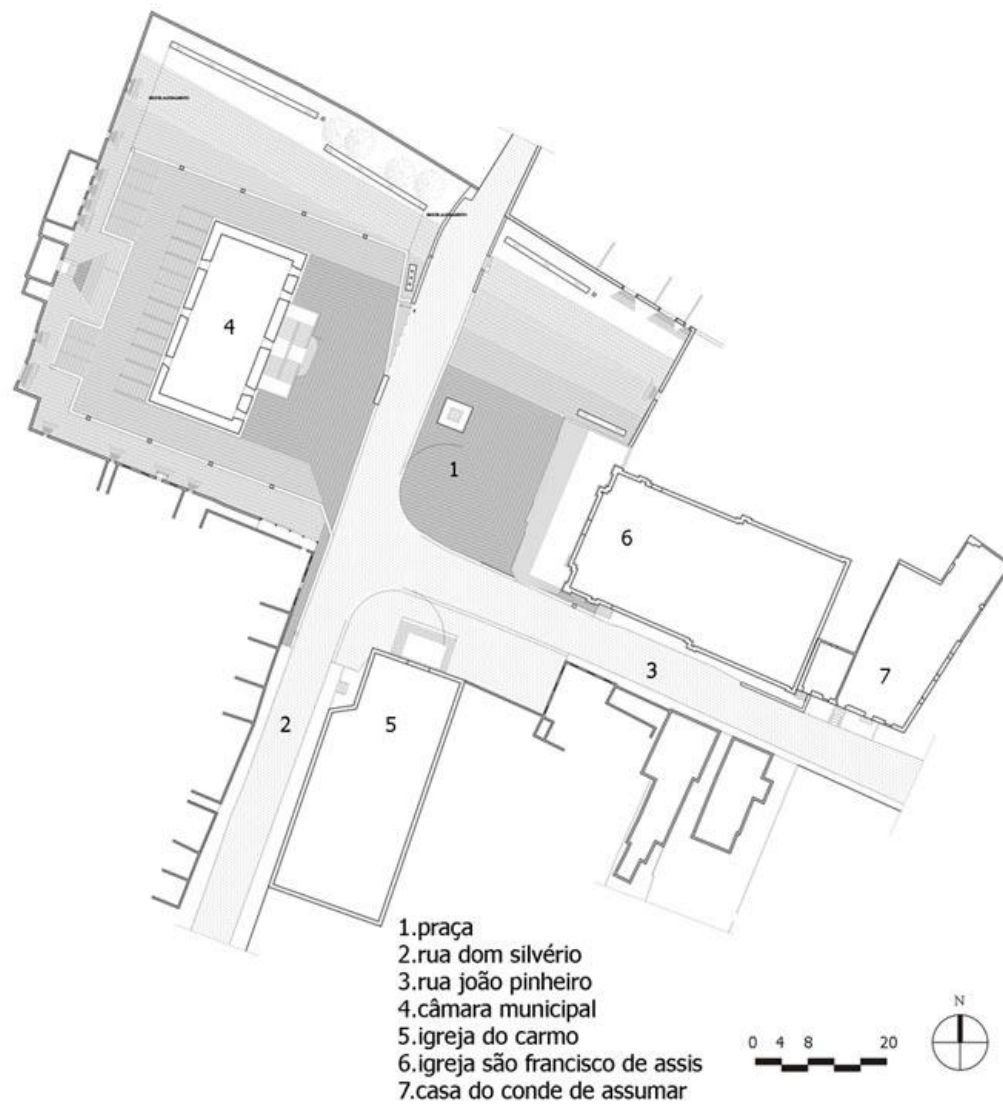


Figura 2 - Planta da Praça Minas Gerais, enumerados seus principais elementos. Disponível em: http://www.arquitetosassociados.arq.br/?attachment_id=2116, acesso em 10/02/2014.

²¹ A Ordem Terceira do Carmo também comprou terreno nesse local.

Conforme Murillo Marx escreveu era comum às igrejas se localizarem em praças e, por isso, destacarem-se neste espaço. Segundo ele: “Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas. Os templos, seculares ou regulares, raramente eram sobrepujados em importância por qualquer outro edifício, nas freguesias ou nas maiores vilas.” (MARX, 1980, p.54).

O caso da Praça Minas Gerais é, contudo, diferente, uma vez que a Capela de São Francisco de Assis disputava em importância com o templo dedicado a Nossa Senhora do Carmo (Figura 4). Ainda mais agravada era a disputa se considerado que as duas ordens terceiras tinham uma relação pouco amistosa e “no século XVIII, se entregaram a uma rivalidade sem limites” (BAZIN, 1983, p.31).



Figura 3 - Praça Minas Gerais, Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis (à esquerda), Capela da Ordem Terceira do Carmo. Fonte: Acervo da autora, 2009.

Tal situação é de se levar em conta ao analisar os aspectos físicos e estéticos escolhidos por elas e demonstrados em seus templos. Não é difícil perceber diferenças notáveis, por exemplo, nas fachadas dessas duas capelas. Nesse contexto, o desejo de uma capela destacável e grandiosa se torna evidentemente ainda mais intenso.

1.3 A documentação e os registros das atividades da Ordem

A Ordem Terceira de São Francisco de Assis, como outras instituições, produziu ao longo de sua trajetória uma grande quantidade de documentos, que evidenciam o seu funcionamento e as ações mais importantes definidas por esta associação. Dentre eles, o Livro de Termos se tornou o documento mais importante dessa pesquisa, uma vez que descreve com minúcia os principais temas discutidos pela Ordem.

O documento é um conjunto encadernado de 238 folhas, todas numeradas e assinadas com a rubrica de Luciano Pereira da Costa, Comissário visitador da Ordem Terceira. Dessas, escreveu-se em 208 folhas com tinta ferrogálica não muito diluída, de forma que o texto apresenta-se bem legível na maior parte do livro.

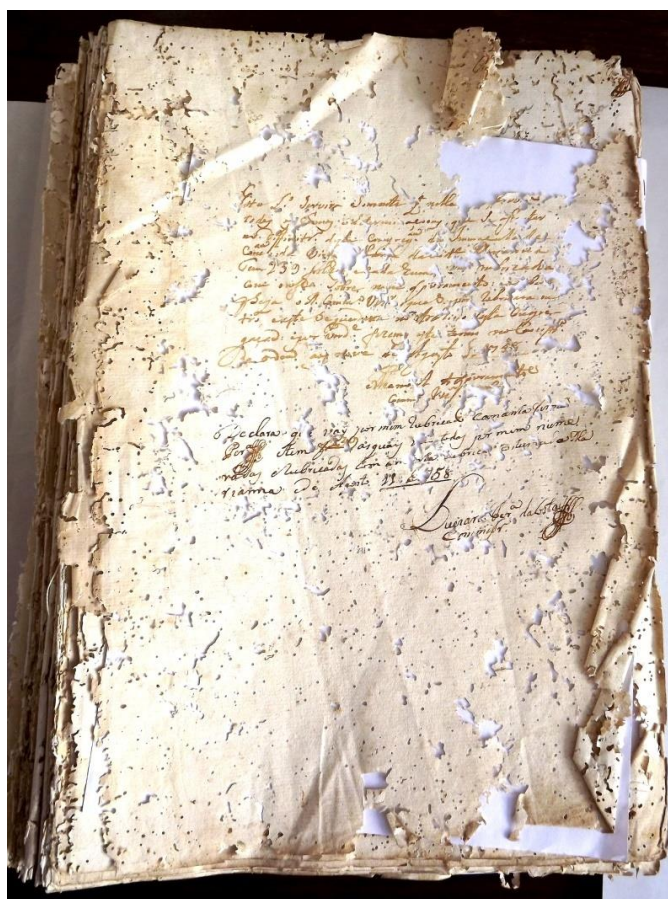


Figura 4 - Abertura do Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2012.

O referido documento foi encontrado junto ao restante do arquivo da Ordem na sacristia da capela, sendo que o acervo inteiro estava infestado por insetos xilófagos²². Esse cenário não é recente e pontual, vem de longa data, pois em 1943, Trindade já havia escrito que “o arquivo de São Francisco está em termos de se perder.” (TRINDADE, 1943, p.66)²³.

Ao realizar uma leitura dos numerosos termos contidos no documento (no intuito de catalogar quais versavam sobre o processo de construção) obtivemos uma noção geral dos assuntos tratados e dos temas mais recorrentemente abordados durante a segunda metade do século XVIII. São eles: a eleição de cargos para membros da mesa administrativa da Ordem, a organização de festas e procissões (dentre as quais se destaca a Procissão de Cinzas, tradicional no calendário franciscano) e também as etapas de construção da capela. Sobre esta última temática, existem neste Livro de Termos cerca de setenta documentos que vão desde a decisão de construir uma capela própria até os últimos reparos já no século XIX. Alguns termos compõem-se de um ou dois parágrafos de extensão outros alcançam quase três laudas.

Esses excertos nos ofereceram um relance sobre a história da construção da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, que apresentaremos com mais detalhes ao longo do segundo capítulo.

1.4 A composição da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis

A inserção em uma ordem terceira garantia diversos benefícios aos seus membros, não apenas na região das Minas, mas em qualquer local onde houvesse uma associação equivalente. Em troca, os irmãos terceiros, isto é, aqueles membros associados à ordem, deveriam obedecer a certas normas que, na esfera local, se seguiam pelos Estatutos redigidos por cada sodalício²⁴. Estes, não obstante, baseavam-se na Regra geral da Ordem,

²² Xilófagos: são insetos que se alimentam de madeira e seus derivados, no caso o papel.

²³ Diante de tal situação, e na impossibilidade de manusear tais documentos, sem comprometer ainda mais sua integridade, intermediamos a sua transferência para o Arquivo Histórico da Casa Setecentista, onde foram tratados e corretamente armazenados. Uma vez desinfestado, o livro cessou de sofrer com a ação dos insetos e pudemos então alavancar o levantamento do seu conteúdo.

²⁴ “Sodalício: sociedade de pessoas que vivem juntas.” Verbete Sodalício. In: PINTO, 1832, p.125.

observada pelos sodalícios franciscanos. Segundo William Martins, a Regra dos terceiros franciscanos

[...] admoestava os penitentes de ambos os sexos a observar a austeridade nos trajes; a privar-se de banquetes, bailes e juramentos solenes; a viver em concórdia; a praticar jejuns durante certos dias da semana e a frequentar com regularidade os sacramentos da comunhão e confissão (MARTINS, 2009, p.38).

1.4.1 Os Estatutos: normas e ideais da Ordem

Como de praxe, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana também possuía seus próprios Estatutos que organizavam e estipulavam os direitos e deveres de seus associados. Eles foram redigidos pelos irmãos Miguel Teixeira Guimarães e Francisco Soares Bernardes²⁵, em 1765, pouco mais de cinco anos após a fundação da ordem na cidade de Mariana.

O documento original, com 87 folhas numeradas e rubricadas, é dividido em capítulos que estabeleciam as normas para orientar os membros da ordem, da função de cada irmão da mesa, às cobranças de esmolas e providências garantidas pela associação. Os Estatutos consistem em um documento essencial para a compreensão da Ordem Terceira, pois registram os valores pelos quais os irmãos franciscanos viviam (ou deveriam viver), além de evidenciar as relações entre eles e as diferentes funções de cada um dentro da ordem.

De tamanha importância são esses tipos de documentos que o pesquisador Fritz Teixeira Salles baseou seu livro *Associações religiosas no ciclo do ouro* (2007) inteiramente neles. Com a análise dos Estatutos (ou Compromissos) das diversas irmandades mineiras, Salles tentou reconstruir o cenário colonial no que diz respeito à composição da sociedade e sua agremiação nas diversas associações leigas. Muitos de seus argumentos, porém, foram revistos pelo estudo de Gustavo Henrique Barbosa (BARBOSA, 2010), por exemplo, no que concerne ao perfil dos irmãos franciscanos de Mariana. Enquanto Salles utilizou-se apenas dos estatutos— que indicavam as pretensões dos seus redatores e elementos cobrados

²⁵ Conforme indicado no próprio documento.

pelos órgãos fiscalizadores – a dissertação de Barbosa se baseia em outros tipos de documentos, que exploram o real perfil dos irmãos que participavam da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Ele apresenta-nos as diferenças entre o que era concebido como ideal pela Ordem, registrado nos Estatutos, e o que outros documentos confirmavam realmente acontecer. Tal pesquisa comprovou que as normas eram maleáveis e contornadas de acordo com o poder social do irmão em questão. Constatamos isso também na presente dissertação, com novas fontes e informações.

Concluímos, portanto, que os Estatutos eram documentos que registravam as intenções da ordem à época de sua criação, mas não necessariamente o cumprimento delas. Podemos confirmar por meio da comparação com outros documentos, que muitas normas eram de fato desobedecidas ou contornadas pelos irmãos terceiros. Todavia, a apreciação dos Estatutos²⁶ ajuda-nos a compreender o que os irmãos tinham em mente no momento da criação da Ordem, por esse motivo, os tomamos como base para começar a estudar a estrutura da mesa administrativa da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Analisá-los nos auxiliou a compreender melhor as hierarquias e distribuição de funções dos membros da mesa, grandes responsáveis pela construção da Capela da Venerável Ordem.

A estrutura formal deste documento compõe-se de uma introdução com apresentações, soneto, prólogo e proêmio, após os quais, os “Estatutos da Venerável Ordem 3ª do seráfico Patriarcha S. Francº da Cidade Mariana” se dividem em diversos capítulos que descrevem as normas que haveriam de reger a ordem.

Os primeiros dezesseis capítulos se referem aos cargos e funções de cada membro do chamado “corpo místico”, a mesa administrativa. A disposição em que aparecem no documento evidencia o *status* evocado por cada ocupação, respeitando uma sequência que observamos também nas assinaturas dos documentos produzidos por essa associação, que obedece a seguinte ordem: Reverendo Padre Comissário, Ministro, Vice-ministro,

²⁶ Em nossa pesquisa, para análise dos Estatutos utilizamos a transcrição feita por Maria das Dôres Moraes Almeida, em 1957, que se encontra no AHCSM. (Os originais encontram-se no Museu Arquidiocesano de Mariana.)

Secretário, Procurador, Síndico, Definidores (12 membros), Vigário do culto divino, Coadjutor do Vigário do culto divino, Enfermeiro, Mestre de noviços, Sacristãos (4), Presidentes, Andador, Ministra, Mestra de noviças, Sacristãs (2) e Enfermeira.

Esta sequência hierárquica não apenas expressava a distinção do indivíduo nas inter-relações sociais, mas se apresentava fisicamente, por exemplo, na precedência em procissões e nos assentos destinados a cada irmão durante as reuniões:

[...] se assentará na Meza na forma seguinte, junto ao Altar a Cadeira do Nosso Reverendo Padre Commissario da parte do Evangelho com tal compustura, que não dê costas às Imagens, que estiverem nelle, E da mesma sorte estará a de nosso Irmão Ministro da outra parte da Epistola, E o Irmão Vice Ministro terá seu assento imediato ao do Reverendo Irmão Commissario, E imediato ao do Irmão Ministro o Irmão Secretario, E junto do Irmão Vice Ministro, Procurador Geral, de frente deste ao pé do Irmão Secretario o Irmão Syndico [...] E os irmãos Definidores se seguirão na ordem dos assentos conforme a antiguidade que tiverem na Ordem [...] ²⁷

Dessa forma se compunha a Mesa Administrativa, respeitando a ordem estabelecida nos Estatutos que reforçavam uma disposição fortemente baseada em uma estrutura pré-definida. Essa hierarquização, inclusive, transpassava o escopo da mesa administrativa: “Noviços mais antigos tem preferencia aos modernos, tanto nos assentos, como nas funções publicas” ²⁸.

Dentro da Mesa, os cargos mais importantes traziam maior prestígio ao seu ocupante, porém, envolviam também maiores responsabilidades e despesas. Campos escreveu que eram as “taxas proporcionais à dignidade do cargo que ocupavam” (2011, p.96). O Irmão Ministro, por exemplo, que era considerado “cabeça principal deste corpo mystico” ²⁹, uma posição de grande honra, porém, ao ocupar este cargo devia pagar a mais alta taxa anual (no valor de 120\$00 réis - cerca de 35,8g de ouro). Além disso, era “obrigado o nosso Irmão

²⁷ Estatutos da VOTSFco, f.81

²⁸ Idem, fl.59

²⁹ Idem, fl.25

Ministro fazer a sua custa a Festa de Nosso Santo Patriarcha no seu dia quatro de Outubro”³⁰, arcando individualmente com todas as despesas desta festa.

Além das obrigações pessoais estabelecidas nos Estatutos da Ordem, doações espontâneas e voluntárias eram corriqueiras. Por exemplo, em 1761 quando “foi dito pelo Reverendo Padre Comissário que de sua livre vontade dava à Venerável Ordem vinte oitavas para a pintura da nova capela”³¹. Neste caso, a doação para o incremento da capela traria benefícios múltiplos: além da evidente valorização de sua pessoa diante de seus pares e de todos os irmãos da Ordem Terceira, o benfeitor teria seu nome relacionado, diretamente (inclusive por escrito nos livros da ordem), à melhoria da capela. Observamos uma recorrência de doações voluntárias por parte dos membros da Mesa, levando-nos a concluir que não fosse algo obrigatório, mas esperado para estes membros. Os indivíduos pertencentes aos mais altos cargos arcavam com custos muito superiores aos dos outros irmãos. Porém, o benefício trazido a eles estava para sempre associado ao seu titular que teria lugar de destaque vitalício.

Conforme vemos nos Estatutos da associação franciscana, a ordem de assentos era assunto sério, definido de acordo com cargo e antiguidade dentro da ordem. Estava inclusive determinado o assento dos indivíduos pertencentes a uma Mesa anterior, caso comparecesse à reunião:

[...] E esta mesma forma de assentos se guardará nas funcoens publicas, que se fizerem na nossa Ordem; porém se alguma destas funções vier o **Ministro que acabou** terá seu assento entre o Irmão Ministro actual, E o Irmão Secretário [...]

³²

Além disso, certas decisões da mesa – as mais importantes- eram relegadas não apenas aos membros atuais, mas aos da mesa anterior, como constatamos no documento em que se

³⁰ Idem, fl.26

³¹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.23v.

³² Estatutos da VOTSFco., fl. 92 (grifo nosso)

discute a escolha do risco para a capela nova: “se assentou tanto pelos irmãos presentes da mesa como da mesa antecedente”³³.

A hierarquia era rigidamente observada, dentro dela, os cargos mais notáveis na mesa da Ordem eram o de Reverendo Padre Comissário, responsável pela orientação espiritual dos irmãos professos, e o de Ministro, cujo detentor era responsável pela administração dos assuntos seculares³⁴ da ordem, nos quais se incluiu a construção da capela.

Interessa-nos, portanto, de modo exemplar, a atuação do ministro da ordem, quando se trata de estudar o processo de ereção do novo templo franciscano. Veremos ainda, mais adiante, que a construção da capela, como um marco imprescindível para a ordem, estava intimamente ligada ao cargo de ministro, a ponto de influir na escolha de seu titular.

1.4.2 Nosso Caríssimo Irmão José Pereira Arouca

A admissão [nas Ordens Terceiras] é extremamente mais seletiva que nas irmandades, tanto no que respeita aos requisitos para a candidatura, quanto ao processo de sindicância, para não mencionar o ritual de profissão (BOSCHI, 1988, p.20).

Os Estatutos, como documentos que estabeleciam as normas, elencavam vários pré-requisitos para a entrada dos irmãos nas ordens terceiras, o que também ocorre nos documentos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, conforme já mencionamos. Porém, diversas passagens dos Estatutos deixam claro que a maioria das regras e normas de admissão podiam ser contornadas com uma contribuição pecuniária para a Ordem. Diversas passagens dos documentos evidenciam tal afirmação.

Apesar de constar nos Estatutos da Ordem Terceira a proibição de homens que vivessem de trabalhos manuais, uma análise dos membros que entraram para a Ordem deixa clara a maleabilidade das normas contidas neste documento. Notamos ser muito comum irmãos terceiros trabalharem para a Ordem, seja como voluntários ou como assalariados, em

³³ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.26v.

³⁴ Secular: que não diz respeito às questões religiosas.

atividades mecânicas tais como o marceneiro Manoel José Martins e o pintor Manoel da Costa Ataíde.

Não apenas era permitida a entrada desses irmãos, como, às vezes, eles chegavam a fazer parte da Mesa Administrativa da Ordem, tal é o caso de Manoel José Martins, que, no ano de 1760, recebe pagamentos tanto por seu trabalho de marceneiro, como pelo cargo de Andador³⁵. Neste mesmo ano, o Irmão Manuel Pinto de Souza realizou a costura de paramentos da Ordem³⁶, embora ele não tivesse o ofício de alfaiate, isso demonstra o cuidado e devoção que os irmãos tinham para com os bens da Ordem. Dessa forma podemos deduzir que mesmo os indivíduos que exerciam seus próprios ofícios em benefício da Ordem, fossem visto não como trabalhadores mecânicos, mas como devotos preocupados e dedicados ao patrimônio da associação.

Outro exemplo de inadimplência era a restrição de participação em outras irmandades. Nos Estatutos declara-se expressamente proibida a participação dos irmãos terceiros franciscanos na Ordem do Carmo. Manuel da Costa Ataíde resistiu a essa norma, pois pertencia às Ordens franciscanas, de Mariana e Vila Rica, e também à do Carmo de Vila Rica (TRINDADE, 1951). Veremos a seguir como as condições adotadas no dia-a-dia dessa associação, diziam respeito muito mais às relações de poder e favorecimento econômico do que a registros escritos nos livros.

Dentre os irmãos terceiros³⁷ encontrados em nossa pesquisa, se destaca José Pereira Arouca, tanto pela documentação disponível³⁸, como pelo seu inestimável papel dentro da Ordem Terceira. Neste subcapítulo abordaremos algumas passagens importantes de sua

³⁵ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco fl.5 e Testamento 1768, 1º ofício, nº55, fl.63 (apud. BARBOSA, 2010)

³⁶ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco fl.5v.

³⁷ Não observamos atuação feminina nas decisões da Mesa Administrativa. De fato, sequer encontramos uma assinatura que indicasse sua presença nas reuniões, embora houvesse espaço reservado para elas na Mesa. Tal fato evidencia “que as fraternidades de irmãos terceiros conferiam um papel marginal às mulheres” (MARTINS, 2009, p.41).

³⁸ Segundo Dangelo, “a vida de José Pereira Arouca nas Minas é a mais bem documentada entre os grandes mestres-de-obras portugueses que aqui trabalharam por todo o século XVIII.” (2006, p.354)

atuação na construção da capela assim como sua relação com a Mesa e outros irmãos terceiros e o crescimento social que adquiriu ao longo dos anos em meio a este contexto.

De acordo com o pesquisador André Dangelo: “a vida de José Pereira Arouca nas Minas é a mais bem documentada entre os grandes mestres-de-obras portugueses que aqui trabalharam” (DANGELO, 2006, p.354). De fato ele é citado inúmeras vezes nos documentos franciscanos.

Analisando a documentação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, no que diz respeito à construção de sua capela, evidencia-se a constante participação de José Pereira Arouca. Ele foi citado no Livro de Termos a partir de 1763 até o final daquele século, mesmo depois de sua morte em 1794. O importante papel desempenhado pelo mestre na ereção da capela fica evidente e se torna ao longo dos anos cada vez mais destacável.

Sobre aspectos da vida de Arouca anterior a sua participação ou não relacionado às obras da ordem franciscana podem ser analisadas duas importantes fontes. A biografia escrita por Afonso Costa Santos da Veiga (1999), que apresenta a sua atuação nas diversas obras efetuadas em Mariana, e o levantamento documental de Ivo Porto de Menezes (1978), que também aborda essas obras, por meio de transcrições de documentos. Além destes pesquisadores, a historiografia concernente aos mestres de obra e em especial a José Pereira Arouca normalmente se baseiam em autos de arrematação e livros de receitas e despesas, nos quais os contratos são confirmados pelos pagamentos realizados e condições estabelecidas. Observamos isso, por exemplo, na publicação de Judith Martins (1974) na qual ela examina e transcreve os pagamentos a variados artistas dos séculos XVIII e XIX, incluindo José Pereira Arouca. Tais fontes, embora valiosíssimas, tendem a focar em momentos específicos da construção religiosa, tais como arrematações, conclusões de etapas ou da totalidade da obra e louvações realizadas consolidando a completude da mesma. Diferentemente desses trabalhos, nossa abordagem buscou explorar as variadas informações contidas nos Livros de Termos, permitindo uma visão mais abrangente do cenário no qual se inseriu esse mestre de obras e das inter-relações estabelecidas entre ele e

os e seus comitentes. Explorando tais facetas, podemos alcançar uma percepção mais ampla da participação dos indivíduos diretamente ligados à construção da capela. A partir da nossa análise, pudemos interpretar os acordos e desacordos que ocorreram na duração da obra e a forma como se sucedeu o incremento de prestígio de Arouca dentro desta ordem terceira.

Antes de fazer parte da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, o mestre responsável pela construção da sua Capela, veio de Portugal. José Pereira Arouca teria nascido no ano de 1731, filho do casal Manoel Pereira Flor e Mézia de Pinho. E, segundo a documentação (*APUD* Menezes, 1978, p.81), foi batizado na freguesia de São Bartolomeu da Vila Arouca, em Portugal – daí o cognome. Ainda jovem, emigrou para o Brasil, e em 1753 já se encontrava trabalhando nas obras da Capela de São Pedro dos Clérigos de Mariana, ao lado de José Pereira dos Santos. É interessante notar que este mesmo mestre com quem trabalhou na Capela de São Pedro dos Clérigos seria o responsável por elaborar o risco que Arouca usou para executar na obra da capela franciscana. Segundo Patrícia Urias:

Alguns trabalhadores permaneciam juntos em empreitadas consecutivas, criando verdadeiras parcerias e sociedades, muitas vezes, por se identificarem com a forma e as técnicas de trabalho e o repertório praticado pelos parceiros no canteiro de obras. (URIAS, 2013, p.57)

Conforme ocorre, os dois voltariam a se associar em diversas empreitadas, como na Capela de São Francisco de Assis e a Casa de Câmara e Cadeia de Mariana, onde o primeiro seria o mestre de obras e o segundo o responsável pelo risco. Em outros casos, Arouca foi fiador de José Pereira dos Santos (DANGELO, 2006, p. 614). Ao observar sua atuação, a afirmação de Urias se torna bastante plausível para o caso de Arouca e Santos. Além do entendimento dos dois, o resultado dessa união parece ter gerado bons frutos conforme escreve Oliveira: “os pedreiros José Pereira dos Santos e José Pereira Arouca, tornaram-se verdadeiros empresários do ramo e gozaram de grande prestígio social” (2003, p.174). A união se desfez com a morte de José Pereira dos Santos em 1762, porém Arouca continuou sua carreira de prestígio por vários anos e ao longo de sua vida trabalhou em diversas obras na região. Como arrematante e mestre de obras, Arouca podia assumir diversas empreitadas

ao mesmo tempo, colocando seus oficiais e subordinados para trabalhar nelas (ALVES, 1997).

A primeira referência ao mestre na documentação franciscana ocorre em 11 de agosto de 1762 no Livro de Termos, data na qual registram que “se tinha ajustado a obra de pedra e cal com nosso irmão José Pereira Arouca”³⁹. Neste mesmo termo se definiu que o mestre de obras ficara responsável por “conservar o risco [da capela] até o fim da obra para na entrega dela ser a dita obra examinada e louvada”⁴⁰. A partir deste momento, Arouca assume, como mestre de obras, o encargo de tomar as providências necessárias para a construção da nova capela. Foi acordado que para a completude da obra ele receberia a quantia de 41 mil cruzados⁴¹, a serem pagos em diversas parcelas. A primeira das quais, no valor de 666 oitavas e meia e seis vinténs de ouro⁴², quantia que pode ser confirmada no Livro de Despesas⁴³ da mesma Ordem Terceira.

Por alguns anos não se discute a atuação do mestre José Pereira Arouca no Livro de Termos, do que inferimos que a obra corria eficientemente e sem impasses. Uma confirmação dessa situação pode ser observada no Livro de Despesas que registra o segundo pagamento feito na gestão do ano de 1764 a 1765⁴⁴. No ano seguinte, ocorre o terceiro pagamento no valor de 669 oitavas e meia e sete vinténs e meio de ouro⁴⁵.

Em 1767 Arouca reaparece no Livro de Termos do qual apresentamos o trecho abaixo:

Aos três dias do mês de maio de mil setecentos e sessenta e sete [...] apresentou o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca seu requerimento pedindo-lhe mandou pagar aquele pagamento, como também **os acréscimos que tinha feito** que constam do rol que apresentou[...] e vista a informação de Nossos Caríssimos Irmãos administradores da obra Miguel Teixeira Guimarães e Antônio Álvares Vieira, em que declaram estar nos termos de se fazer o dito pagamento, e **pela**

³⁹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.33v

⁴⁰ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.33v

⁴¹ Neste período, um cruzado equivalia a 400 reis. 1.200 reis equivaliam a 1/8 de onça de ouro. Portanto um cruzado = 1,19g de ouro.

⁴² Equivalente à 7.999\$200 réis ou 1.999,8 cruzados.

⁴³ Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro Preto (AHMI), Livro de Despesas da VOTSFco, fl.14

⁴⁴ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.17.

⁴⁵ Equivalente à aproximadamente 2.008,5 cruzados.

louvação que houve dos acréscimos que uma e outra coisa faz a soma de um conto, seiscentos e vinte e dois mil e vinte e cinco réis [...] ⁴⁶.

A partir desse excerto constatamos não apenas o pagamento de outra parcela do valor total prometido ao mestre, como a ocorrência de “acréscimos que tinha feito” nas obras da nova capela. Tal situação confirma a maleabilidade da aplicação do risco pelo qual, teoricamente, deveria seguir o mestre de obras, conforme outros autores já discutiram anteriormente. Dentre eles, Germain Bazin explica que:

Era bem difícil acontecer que o autor do risco fosse também o arrematante; por isso, sempre o mestre-de-obras fazia alterações nas plantas do arquiteto, o que, aliás, é comum em todos os trabalhos de construções em todas as épocas, o que faz de tais construções obras coletivas [...] todas as modificações introduzidas nos riscos originais eram melhorias acrescentadas a estes, não porque apresentassem falhas, mas porque, em certos casos, **é somente na hora da execução que se constata a impossibilidade de realizá-los conforme o projeto.** (BAZIN, 1983, p.46, grifo nosso).

O último comentário da citação, destacado por nós, a respeito das modificações no risco original, encaixa perfeitamente no contexto das obras da Capela de São Francisco de Assis, fato que fica evidente ainda em outros termos dentre a documentação os quais apresentaremos mais adiante.

Porém, as referidas modificações sugeridas pelo mestre não foram de início compreendidas pela mesa administrativa da Ordem. Em documento de seis de setembro de 1767:

se determinou uniformemente que o nosso irmão síndico não continuasse mais com pagamento algum que pertença a José Pereira Arouca, mestre da obra, [...] por não ter as paredes dos corredores na igualdade em que se acham as da capela, enquanto não constar o contrário pela escritura do ajuste e determinação individual dos nossos irmãos procuradores da mesma obra [...] ⁴⁷

Neste mesmo termo foi escrito que “o dito mestre **temerariamente** não ande publicando” ⁴⁸ que não havia recebido pagamento, pois já havia recebido “dinheiro demais” para as obras em questão. Segundo dicionário da época ⁴⁹, temerário significaria “Arrojado, sem

⁴⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.70, grifo nosso.

⁴⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.70v.

⁴⁸ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.70v.grifo nosso.

⁴⁹ BLUTEAU, 1712-1728, p.70,71

consideração nem reflexão no em que se mete” e temeridade foi descrito como “Excesso de atrevimento. Audácia sem juízo”, ou seja, a expressão em destaque tem nesse contexto uma conotação totalmente pejorativa e indica-nos a avaliação negativa que a Mesa tinha em relação ao mestre.

Estes, porém, eram os primeiros anos da construção da capela e com o passar do tempo e o desenvolver das obras observamos esta opinião se modificar drasticamente.

Apenas dois anos depois desse impasse são citadas outras modificações no risco original:

foi proposto o requerimento do mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca a respeito de ser conveniente o acrescentamento na largura da sacristia e noviciado três palmos e fazer cunhal de pedra lavrada no canto que fica para a banda destas casas e no principio da parte do corpo da Igreja e juntamente deixar duas portas uma da parte da sacristia outra da parte do noviciado para estas casas terem comunicação com a nova igreja, o que ouvido pela mesa geral que para este efeito [...] foi dito era justo se fizesse o referido acrescentamento assim nas paredes da sacristia e noviciado como também as portas⁵⁰

Além de obter resposta positiva, os procuradores da obra permitiram que as modificações fossem feitas “sem escritura e condições de toda a obra”⁵¹.

Devemos destacar que o “acrescentamento” planejado por Arouca foi antes proposto à Mesa, a partir do que se acatou o pedido do mestre. Diferentemente da situação de 1767, Arouca demonstra ter desenvolvido a habilidade de lidar com os comitentes, quando então soube abordar a Mesa de forma a conseguir uma resposta positiva. Isso poderia indicar um amadurecimento do artista no âmbito das relações sociais e uma estratégia de interação com a Mesa Administrativa mais eficaz. Veremos essa competência do mestre se aprimorar ao longo dos anos.

Em termo de 1770 Arouca articula com a Mesa o valor a ser pago pelos referidos acréscimos feitos na obra:

⁵⁰ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl. 75.

⁵¹ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.75.

foi proposto que era preciso o ajustar com o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca na forma determinada no termo retro, o quanto lhe havia de dar pelo acrescentamento de três palmos na largura da sacristia e noviciado e ouvido o dito mestre disse que lhe haviam de dar noventa oitavas de ouro pelo dito acrescentamento e pelos dois cunhais de pedra lavrada da parte da rua e os dois da parte do quintal⁵²

Pedido para qual: “se determinou na dita Mesa que o referido pagamento se fizesse”⁵³. Esse mesmo termo registra a elaboração de uma petição por parte do Mestre Arouca em relação ao feitio das paredes dos corredores, tema que havia antes sido questão de conflito entre as partes.

Nos anos que se seguiram observa-se o registro de outros pagamentos feitos ao mestre de obras, porém sem maiores detalhes. A construção da capela começou pela capela-mor, sacristia e noviciado⁵⁴, conforme era costumeiro. Estas três dependências foram concluídas e entregues em 1777 para que a capela pudesse ser louvada e utilizada pela Ordem. O restante da obra, contudo, continuaria a ser construído ainda por muitos anos.

Conforme consta no “Termo de Mesa pelo qual se faz aceitação da capela-mor, sacristia e casa do noviciado ao mestre da mesma José Pereira Arouca” datado de nove de dezembro de 1777:

pelo mestre da obra da nova capela Jose Pereira Arouca foi proposto que visto ter satisfeito as condições da fatura da capela-mor, sacristia e casa do noviciado, pelo que toca a sua perfeição interiormente, da mesma se lhe devia fazer aceitação, visto ter esta Venerável Ordem entrado para ela e estar se servindo da mesma: e que não tinha duvida a que se metessem louvados para estes averiguarem se estava ou não no que se acha feito conforme o risco e condições com o que ajustou a mesma obra e logo por todos uniformemente foi determinado que da mesma capela-mor sacristia e casa do noviciado pelo que toca internamente se davam por entregues independentes de louvações que não se convinham mais que a despesa por entenderem estar tudo feito com perfeição e ainda algumas coisas com acréscimo. E de como fizeram aceitação da dita obra independente de louvação sem embargo de qualquer determinação que tenha havido em contrário mandaram lavrar este termo em que assinou a mesa com o aceitante e o dito Mestre José Pereira Arouca como ‘entregante’.⁵⁵

⁵² AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl. 76.

⁵³ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl. 76.

⁵⁴ Normalmente a capela começava a ser construída pela capela-mor e adjacências (BAZIN, 1983). Exploraremos melhor a construção da capela no capítulo seguinte.

⁵⁵ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.92

Observamos que neste documento de entrega parcial da obra, Arouca está satisfeito com seu trabalho e que, aparentemente, a Mesa da Ordem também, considerando as obras internas “entregues independentes de louvações”, ou seja, sem a necessidade de qualquer parecer de outro mestre de obras. Logicamente, devemos considerar a disposição da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em reduzir os custos o quanto possível (no caso com a contratação de louvados), algo inclusive destacado no termo. Porém, a louvação era considerada uma etapa fundamental da entrega da obra, o momento no qual o trabalho do artista seria julgado e avaliado por seus pares. O fato de a Ordem ter renunciado esse passo demonstra a aprovação e confiança que depositavam no trabalho do Mestre José Pereira Arouca.

Poucos anos depois, novo conflito ocorreria. Em documento de 20 de junho de 1781:

[...] se determinou que o Irmão Procurador Geral cuidasse logo em fazer descer os autos de Vila Rica contra o Mestre da obra José Pereira Arouca para obrigar a continuar com a mesma [obra] metendo oficiais a custa dele, quando não queira continuar [...] ⁵⁶

Conforme acontecia, o mestre podia arrematar mais de uma empreitada ao mesmo tempo e não precisava necessariamente estar todos os dias no canteiro de obras, pois colocava sob sua gerência oficiais que executavam o serviço em sua ausência. Este caso explicitado no excerto acima indica, contudo, que o Mestre Arouca não havia oficiais trabalhando na obra da capela franciscana, tendo sido por isso alvo de um auto que se mandou fazer contra ele. O pesquisador Célio Alves discute essa questão em sua dissertação, segundo ele:

Há, também, uma outra faceta deste relacionamento conflitante entre artistas e encomendantes que se desloca da questão da capacidade técnica do executante para a parte que atinge a sua conduta social e moral como indivíduo. As interferências de outras ligações do artista, provenientes de outras atividades cumpridas no seu dia-a-dia social, são bem contundentes no campo da produção das artes e, em muitos casos, refletem negativamente neste, a ponto da associação religiosa tomar medidas, algumas das vezes drásticas, que visem resguardar o bom andamento das obras. (ALVES, 1997, p.97)

⁵⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.98v.

Isso fica evidente neste caso específico, pois não era a falta de habilidade ou capacidade do mestre que o impedia de continuar com a obra, mas a falta de compromisso com ela.

A ação contra o mestre parece ter surtido efeito. Dois anos depois desse episódio as obras estavam se desenvolvendo muito bem. O Mestre Arouca estava trabalhando com tamanha dedicação que inclusive percebeu a necessidade de algumas alterações no risco e condições originais, propondo que se fizesse um risco novo para melhor adequar a obra. O que podemos observar no termo transcrito abaixo:

pelo Irmão José Pereira Arouca Mestre da capela, foi proposto que a empena constante do risco com que rematou a dita obra e mais frontispício e torres tinham bastantes defeitos, os quais se pediam agora emendar, o que sendo ouvido pelo definitório e visto o novo apontamento, que por isso se fez: pelo mesmo definitório foi uniformemente aprovado que se desse nova forma ao frontispício e torres, seguindo em tudo o dito apontamento ou novo risco, que para isso se fez [...]⁵⁷

Um novo risco feito por José Pereira Arouca significaria uma mudança substancial no projeto inicial (que havia sido elaborado por José Pereira dos Santos). A Ordem mostra com isso estar disposta a confiar a nova feição do frontispício, inteiramente a Arouca.

Conforme outros autores já explanaram, modificações no risco original eram comuns, pois adequações iam sendo realizadas no decorrer das obras, com a percepção de incoerências ou descompassos nos planos iniciais. Segundo Dangelo:

[...] o projeto ou “risco” inicial era entendido como uma linha geral a ser seguida, mas não entendida como algo fechado que não pudesse ser adequado, modernizado, ou como se dizia na linguagem da época “emendado”[...] determinados elementos arquitetônicos e ornamentais eram decididos durante a obra, utilizando o repertório em voga na época da construção [...] (DANGELO, 2006, pp.426-27).

Após o termo de 1783, não se fala mais sobre o risco ou modificações tanto no Livro de Termos como no de Despesas da Ordem Terceira de São Francisco, podemos, portanto, apenas especular que de fato a reconfiguração desta capela tenha sido feita pelo Mestre José Pereira Arouca por meio da confecção de um risco novo ou apenas de apontamentos sobre o risco já existente.

⁵⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.102

Seguindo a cronologia dos termos registrados, o próximo documento no qual aparece o nome de Arouca difere bastante dos anteriores no que concerne ao tratamento e ao motivo pelo qual ele é citado. Transcrevemos abaixo parte dele:

Aos quatorze dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e três no consistório desta venerável ordem 3^a da Penitência em Mesa [...] o **Irmão Ministro** o Alferes José Pereira Arouca e mais definitório [...] ⁵⁸

Com esse documento constatamos que em 1793 Arouca não apenas se encontra fazendo parte da Mesa administrativa da Ordem Terceira – o que por si só representa um enorme prestígio diante da sociedade colonial – como encabeça o principal cargo que um leigo poderia possuir dentro da ordem: o de Ministro. Essa informação é de fato extraordinária, pois ainda não havia sido revelada pelos outros historiadores que tiveram acesso a esses documentos. O que reforça a importância da conservação da documentação, da riqueza de informação que podemos constantemente desvendar por meio dela e também da necessidade de pesquisas mais amplas e minuciosas.

Tal descoberta é imprescindível para o estudo da biografia do mestre de obras em questão, pois muda completamente o contexto no qual se insere José Pereira Arouca. Ele deixa de ser apenas um mestre de obras (o que já seria relevante em questões de arquitetura religiosa) e passa a ter também uma relação fulcral com os indivíduos mais elevados da Ordem Terceira, os membros da Mesa Administrativa. Sua participação dentro da Ordem não é mais apenas como responsável pela construção da nova capela, mas também como comandante de todas as decisões da Ordem, pois, como ministro tinha a palavra final e o voto decisivo.

Segundo os Estatutos da Ordem Terceira marianense⁵⁹, o ministro deveria ser:

[...] de exemplar procedimento, abastado, autorizado e inteligente, de forma que sempre se eleja o melhor e mais benemérito eclesiástico ou secular, pois para

⁵⁸ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.111, (grifo nosso).

⁵⁹ Documento que organizava e administrava os cargos e obrigações de cada membro da Ordem Terceira.

prelado da Ordem se deve escolher quem saiba encher esse cargo e possa a ele assistir sem falência⁶⁰

Se tomarmos como base tal definição dos Estatutos, percebemos o prestígio que o Mestre Arouca havia adquirido ao longo dos anos dentro dessa associação. De mestre de obras com comportamento “temerário” e autos contra sua pessoa a “cabeça de todo este corpo místico”⁶¹.

Considerando o que argumenta Gustavo Barbosa:

Em locais de colonização recente como as Minas não havia uma *nobreza de sangue*, tradicional. Por isso, esse *status* era conquistado ao longo da vida, por meio de diversas estratégias que variavam de lugar para lugar. Gozar de prestígio e honra implicava investir na inserção em redes de sociabilidade local, prestar serviços à Coroa e acumular cargos e *privilégios*. (BARBOSA, 2010, p.76)

Lembrando que o mestre, além de ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, adquiriu ao longo da vida diversos outros importantes cargos na sociedade, dentre os quais: tesoureiro da câmara, alferes e juiz do ofício de pedreiro. Podemos concluir que José Pereira Arouca teria tido uma carreira bem-sucedida, caracterizada pela consolidação na dita inserção nas “redes de sociabilidade local”.

⁶⁰ AHCSM, cópia dos ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCHA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA, transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: 1957.p.82

⁶¹ AHCSM, cópia dos ESTATUTOS, p.30

CAPÍTULO 2. A Obra da Capela

No decorrer das diversas etapas para a construção da Capela de São Francisco de Assis redigiram-se termos e recibos, que agora se apresentam como uma fonte fundamental para o acompanhamento das diversas decisões e aquisições feitas com esse intuito. Essa documentação das obras da capela se apresenta como inestimável fonte para uma melhor compreensão não apenas da construção desta capela franciscana, mas, por apresentar tantas informações em detalhes, permite-nos explorar o cenário da construção religiosa colonial como um todo. Neste capítulo apresentaremos trechos e discutiremos os principais documentos que permanecem como evidências do processo construtivo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

2.1 Criação da Ordem Terceira e primeiras providências

Enquanto não havia uma Ordem Terceira de São Francisco de Assis sediada em Mariana, os irmãos terceiros que ali residiam tinham que se dirigir para Vila Rica para professarem e cumprirem suas obrigações religiosas. Porém, com o aumento do número de devotos, intensificou-se a necessidade de uma Ordem mais próxima a eles. Portanto, em 1758, os residentes de Mariana que eram professos da Ordem Terceira de Vila Rica fizeram petição ao comissário visitador, Frei Manoel do Livramento, para obter a criação de uma ordem própria em sua vila. Segundo o Cônego Raimundo Trindade “A patente de fundação tem a data de 9 de agosto, foi passada pelo mencionado Frei Manuel do Livramento no Consistório da Capela de Santana.” (TRINDADE, 1945, p.173), onde se instalou provisoriamente a Ordem recém-criada.

A primeira reunião foi feita “neste nosso consistório da Capela da gloriosa Senhora Santana”⁶². Até agosto do ano seguinte, a Ordem gastou 32 oitavas com a “obra da casa do consistório”⁶³, sugerindo que houvessem construído ou adaptado algum local para realizarem as suas reuniões. Segundo Diogo de Vasconcellos: “O palácio velho passou em

⁶² AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.2

⁶³ Providenciadas pelo irmão João de Caldas Bacellar. AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.2

1758 a pertencer á Ordem Terceira da Penitência, destinado a Consistório” (VASCONCELLOS, 1935, p.130). Outro documento registra gastos entre 1761 e 1762 com o consistório que se localizava na capela de Santana: “Pelo [...] conserto das casas que **serviram** de consistório desta venerável Ordem em Santana”⁶⁴. O emprego do verbo no passado parece confirmar que houvessem de fato mudado seu consistório para o local do palácio velho⁶⁵ pouco depois de criada a Ordem.

Não demorou muito para os irmãos começarem a discutir a construção de uma capela só deles. Sobre isso o Cônego Raimundo Trindade sugere uma indução por parte da irmandade de Santana para a ligeireza das medidas tomadas:

A rapidez, com que a Ordem Terceira providenciou sua instalação em casa própria e a realizou em prazo notavelmente curto, leva-me a suspeitar de alguma intimação por parte da Irmandade de Santana para que os Terceiros despejassem a sua igreja (TRINDADE, 1945, p.173).

Contudo, este pesquisador deixou de considerar outros fatores que poderiam influir na rapidez com que foi realizada a mudança. Notamos, por exemplo, que a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo havia comprado, em 1759, um terreno na Praça Nova para a construção de sua capela – como ele mesmo cita em seu texto anteriormente⁶⁶. Talvez, então, a pressa para construção da capela própria não fosse por conta de intimações feitas pela irmandade de Santana, mas na intenção de superar a Ordem do Carmo na construção de seu templo, uma vez que ambas haviam escolhido a Praça Nova como local para tal realização. Essa hipótese se torna ainda mais viável a partir da consideração do litígio que uma Ordem teria contra a outra em razão da proximidade dos seus terrenos:

Houve protesto da Ordem Terceira de São-Francisco sobre a escôlha do local. Precederam os devotos da Penitência aos do Carmo na compra da colina próxima, onde haviam já estabelecido a sua casa. Tentaram por isso impedir o

⁶⁴ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.7v. (grifo nosso).

⁶⁵ O Palácio velho se localiza atrás da atual Capela da Ordem Terceira, onde, segundo Vasconcellos, havia residido o Conde de Assumar, Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos (1663 -1733). Cf.: VASCONCELLOS, Salomão de. *O palácio de Assumar*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1937.

⁶⁶ “Em mesa de 29 de maio de 1759 resolveu-se ‘que se comprassem uns chãos que estão na praça nova desta cidade [...] para nelles se fazer a capela em que esta venerável Ordem se estabeleça’” (TRINDADE, 1945, p.168).

levantamento de outro templo ali, tão perto, com diferença apenas de metros (VASCONCELLOS, 1947, p.320).

A informação do litígio é interessante, embora Vasconcellos tenha confundido as datas, pois a compra do terreno do Carmo foi feita em 1759, enquanto a Ordem Terceira franciscana o fez dois anos depois disso⁶⁷. De todo modo, podemos supor que, uma vez que a Ordem Terceira de São Francisco houvesse comprado terras na Praça Nova, onde a Ordem do Carmo já possuía um terreno, aquela não ia querer esperar mais para começar a construção de sua capela.

Entendemos, portanto, que a compra do terreno e construção da capela pela Ordem do Carmo tiveram evidente impacto nas atitudes da Ordem Terceira franciscana. É por esse motivo, também, que acreditamos que esta tenha começado sua construção antes de receber permissão da Mesa da Consciência e Ordens⁶⁸ como era norma. Tal atitude representaria não uma passividade responsiva às reclamações de outra associação religiosa (Santana), como sugere Trindade, mas uma determinação clara em superar sua rival, a Ordem do Carmo, ao ser a primeira a construir sua capela na Praça Nova.

Despesas registradas pela Ordem Terceira para melhorias na capela de Santana reforçam a ideia de que essas associações tinham uma relação respeitosa e pacífica. Entre 1759 e 1760, a Ordem realizou gastos para “ladrilhar a sacristia da capela e retificar algumas paredes conforme o ajuste da Venerável Ordem com a Irmandade da Senhora Santana”⁶⁹.

*

⁶⁷ “Em termo de Maio de 1759 [...] ordenou-se ao Irmão procurador Geral, que comprasse uns chãos, que estão ao pé da praça nova d’esta cidade [...] para n’elles se fazer Capella, em que esta Venerável Ordem [do Carmo] se estabeleça para fazer seus actos e funcções [...]” Transcrição do Termo da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. In: VASCONCELLOS, 1935, p.124. Segundo a documentação franciscana, é apenas após reunião em 1761 que se decidem comprar “o lugar em que se acha o Palácio Velho” Termo de cinco de julho de 1761, fl.21, o que se confirma no termo seguinte no qual se constata que “por nosso Caríssimo Irmão Vice Ministro Miguel Teixeira Guimarães foi dito que[...] tinha feito a compra do Palácio Velho” Termo de 06 de setembro de 1761, fl. 22.

⁶⁸ A Mesa de Consciência e Ordens era um tribunal supremo, que concedia licença para a construção de novas igrejas (BAZIN, 1983).

⁶⁹ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.3v.

Acerca da análise dos documentos produzidos a partir da segunda metade do século XVIII, nos embasamos numerosas vezes no Livro de Termos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, no qual se encontram as principais informações que elucidam os anseios dos irmãos franciscanos. Notamos que sua preocupação inicial, assim que criada a Ordem, foi de definir os integrantes da Mesa, realizando as eleições de cargos. Logo após serem escolhidos os primeiros membros, começaram as discussões em torno da questão da construção de sua capela.

A primeira atitude nesse intento foi à compra do local para futura instalação. Na folha 21 do Livro de Termos, que data de julho de 1761, é registrado o passo inicial para a compra do terreno do palácio velho e a construção da capela. O documento inicia informando a discussão e decisão da Mesa em comprar uma porção de terras para consolidar seu projeto. A partir de então, se destaca o então irmão Vice-Ministro, Miguel Teixeira Guimarães, que foi indicado para realizar as transações necessárias para a dita compra. O irmão secretário escreveu a respeito dele que: “[...] do seu distinto zelo confiamos tudo para o melhor acerto dos interesses desta Venerável Ordem e em Mesa nos comunicará o ajuste que fizer [...]”⁷⁰, estabelecendo, com isso, a confiança plena da Mesa no irmão vice-ministro e dando-lhe autonomia absoluta para fazer as escolhas e decisões necessárias em nome da Ordem. Encerra-se o termo com a determinação de que este mesmo irmão ficara responsável por notificar a Mesa das atitudes tomadas.

Dois meses depois, em nova reunião da Mesa, Miguel Teixeira Guimarães, conforme haviam estabelecido, informou a realização da dita compra e registrou-se no Livro de Termos as condições de pagamento para aquisição deste terreno:

[...] por nosso Caríssimo Irmão Vice-Ministro Miguel Teixeira Guimarães foi dito que usando dos poderes que esta Mesa lhe dera na forma do termo retro tinha feito a compra do Palácio Velho por preço e quantia de sete mil cruzados pagos em cinco anos e meio, os pagamentos a saber quatrocentos mil réis pagos dentro de seis meses [...] e daí cinco pagamentos os próximos quatro de quinhentos mil

⁷⁰ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.21

réis cada um e o quinto de quatrocentos mil [réis] com cujas quantias [se perfaz] a de sete mil cruzados [...] ⁷¹

Nesta mesma reunião discutiram a contratação de um mestre carpinteiro para trabalhar na ereção de uma capela provisória ⁷².

Após a aquisição do terreno, a providência seguinte foi a compra de material para construção da dita capela provisória. Para sorte deles, poucos anos antes, a Irmandade do Rosário dos Pretos havia começado a construção de uma capela nova ⁷³ e, por conta disso, possuía material disponível para ser reaproveitado ⁷⁴. A transação certamente foi facilitada pelo fato de que o irmão vice-ministro da Ordem Terceira, Miguel Teixeira Guimarães, era ao mesmo tempo tesoureiro da Irmandade do Rosário, tendo com isso facilidade de acesso e negociação para ambas as partes ⁷⁵.

No Livro de Despesas da Ordem encontramos o registro da compra de materiais da capela do Rosário que descreve o seguinte:

Por ouro que pagou a nosso irmão João Ferreira Faya como Procurador da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos por conta do [documento] que apresentou para cobrar o preço dos retábulos, arco cruzeiro, grades, púlpito e porta principal que se compraram para esta Capela quinze oitavas, três quartos e dois vinténs ⁷⁶

⁷¹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.22

⁷² O pagamento pela escritura para construção da capela consta do Livro de Despesas da VOTSFco, fl.8v. (efetuado entre outubro de 1761 e outubro de 1762)

⁷³ Para mais informações sobre a capela do Rosário cf. PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário*; sociabilidade e identidade étnica em Mariana Minas Gerais (1745-1820). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, Niterói, 2006.

⁷⁴ De acordo com as normas estabelecidas nas CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, de 1707, o material de uma construção religiosa só poderia ser reutilizado em outra construção semelhante, como é informado no trecho seguinte: “*E porque de toda madeira, pedra, e telha que servio em alguma Igreja, se deve usar reverentemente, é bem que se não use dela para uso secular, ou profano, senão para outra Igreja, Mosteiro ou lugar Religioso.*” Livro IV título XXVI §726, p.264

⁷⁵ Segundo Trindade (1945) tal compra teria ocorrido por conta da pressa em construir e sair logo da Capela da irmandade de Santana. Ele não explora outras possíveis motivações e sequer faz menção ao membro pertencente às duas associações.

⁷⁶ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.9. A forma de pagamento mais utilizada no século XVIII era através do ouro em pó. Uma oitava era o mesmo que 1/8 de onça de ouro, que equivalia à aproximadamente: 3,58g de ouro, que por sua vez equivalia a 1\$200 réis a partir da segunda metade do século. Um vintém era o mesmo que 20 réis. (CHAVES, 1999). Outros valores incluíam o tostão -100 réis, o cruzado - 400 réis e o cruzado novo - 480 réis (PINTO, 1832).

Esse material foi utilizado para a construção da capela provisória, onde os irmãos terceiros poderiam realizar seus “ofícios divinos” enquanto não estivesse concluída a capela definitiva. De acordo com outro termo, decidiu-se:

[...] que se fizessem as obras precisas para o altar portátil na forma que estava delimitado para nele se celebraram os ofícios Divinos e mais funções desta Venerável ordem enquanto durar a obra da nova capela [...] ⁷⁷

Esse trecho elucida a solução que se adotou para garantir a continuidade das atividades litúrgicas da ordem: a construção de um altar portátil.

Após a construção de sua capela provisória⁷⁸, os mesários discutem, em documento datado de novembro de 1761, o traslado das imagens para o novo local. A mudança de sede e transporte de objetos de culto e devoção caracterizava um momento de celebração para os membros da associação e de divulgação perante a sociedade da prosperidade que acompanhava a ordem franciscana nesta fase.

Os irmãos terceiros utilizaram-se dessa oportunidade para a organização de uma ostentosa procissão que seguiria da capela de Santana, onde estavam, para o local novo onde ergueram a capela provisória, a se realizar próximo da data comemorativa da padroeira da ordem, Nossa Senhora da Conceição:

[...] por votos uniformes se assentou em que se fizesse procissão com decência [e solenidade] a se porem luminárias neste sítio da Senhora Santana em sábado cinco de dezembro e na capela nova [no] domingo e segunda-feira véspera da Nossa Senhora da Conceição [...] ⁷⁹

Uma vez estabelecidos na nova sede, os irmãos poderiam ocupar-se mais atentamente das outras atividades da Ordem, dentre elas a organização da Procissão de Cinzas, de grande valor para os franciscanos e que neste sodalício se realizava no começo de todo ano, no início do período quaresmal.

⁷⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.22v.

⁷⁸ Serviço pelo qual a Ordem gastou 245 e ½ oitavas de ouro com “os jornais dos oficiais de pedreiros e carapinas que trabalharam na obra desta capela e casas”. Livro de Despesas, fl.9

⁷⁹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.23v.

Mais espetacular era, sem dúvida, a Procissão das Cinzas, que chegava a movimentar cerca de 14 andores com imagens devocionais isoladas ou em grupos, e figurantes caracterizados representando alegorias ou personagens bíblicos do Antigo Testamento (OLIVEIRA e CAMPOS, 2010, p.54).

Contemplando o Livro de Termos, confirmamos a importância da Procissão de Cinzas para a Ordem franciscana – mesmo nos anos em que não era possível a sua realização, tal carência era justificada⁸⁰.



Figura 5 - Foto do início do século XX, encerramento de procissão na Capela de São Francisco de Assis.
Fonte: Autoria desconhecida.

*

Com a sede provisória já estabelecida, começaram os trâmites para a construção da capela definitiva. Sem data certa, o Livro de Despesas registra que, entre outubro de 1761 e

⁸⁰ Apesar da farta documentação para o estudo das procissões franciscanas, o curto espaço de uma dissertação não nos permite uma abordagem mais aprofundada da temática. Desta forma somos obrigados a apenas comentar rapidamente os assuntos circundantes, como forma de ilustrar os valores dos membros desta associação.

outubro de 1762, a Ordem pagou ao escrivão da câmara eclesiástica pela “provisão⁸¹ da ereção da nova capela”⁸².

Em documento datado de 25 de fevereiro de 1762, foi anunciada a apresentação de dois riscos⁸³, dentre os quais os membros da Mesa, juntamente com os da Mesa antecedente, optaram pelo de José Lopes Ferreira da Rocha “por ser mais conveniente a respeito da despesa”⁸⁴. Determinaram ainda a revisão do risco por parte de um mestre ou arquiteto experiente. Tal revisão foi combinada no termo de sete de março conforme transcrito abaixo:

[...] se devia votar na pessoa que havia de assistir ao preparo do risco que se tinha a acertado para a feitura da nova capela a respeito da medição e preceitos que se deviam seguir e por votos uniformes se ajustou que nosso Caríssimo Irmão Vice-Ministro Miguel Teixeira Guimarães junto com nosso Irmão ex-Procurador Thomaz José de Oliveira e nosso Irmão Francisco Soares Bernardes com o arquiteto José Pereira dos Santos ou outro que lhe parecer conveniente [...] ⁸⁵

De fato, após terem chamado José Pereira dos Santos para assistir o preparo do risco, ele não apenas ficou insatisfeito com a proposta inicial, como sugeriu fazer outro de sua autoria. Tal proposta, por julgarem mais apropriada, foi aceita pela Ordem, como se confirma no termo seguinte: “agora usando-se de melhor conselho para a perfeição da obra da igreja se fez um novo risco feito pelo mestre José Pereira”. Ficou então decidido pela “Mesa velha e a presente [...] que se acertasse este novo risco e por ele se faria e executaria a dita obra na forma do dito risco”⁸⁶. No Livro de Despesas registra-se o preço estabelecido por este risco onde se lê: “Por ouro que pagou ao Mestre José Pereira dos Santos de fazer o risco e [planta] para a obra da nova Capela, trinta e duas oitavas”⁸⁷ (Figura 7).

⁸¹ Provisão: Patente, alvará, ou título, com que alguém he provido em algum Benefício, ou officio. BLUTEAU, p.808, v6

⁸² AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.11

⁸³ “Risco: Desenho. Prospecto ou plano de uma construção, um retábulo ou alguma outra obra.” verbete RISCO. In: ÁVILA, 1996.

⁸⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.26v.

⁸⁵ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.27

⁸⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.27v.

⁸⁷ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.9v.

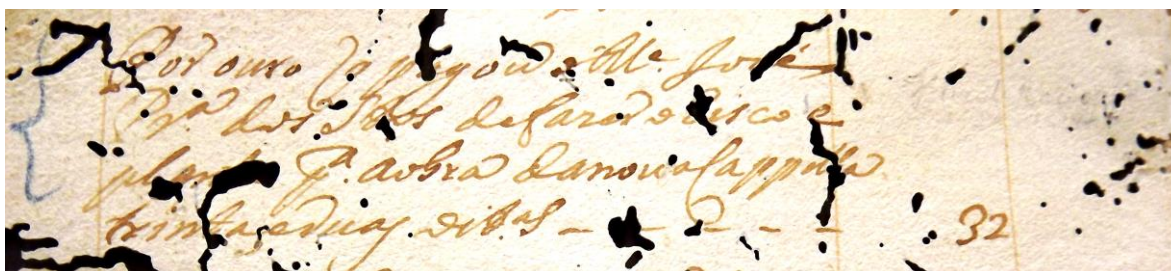


Figura 6 - Trecho do Livro de Despesas com registro de pagamento a José Pereira dos Santos por risco feito para a construção da nova capela. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Se comparado o preço pago pelo risco com outros valores do mesmo período, notamos que ele é muito baixo, equivalendo, por exemplo, a menos da metade do preço de uma cadeira⁸⁸. A diminuta quantia paga ao mestre enquadra-se no contexto do canteiro de obras. Segundo Bazin, os riscos não eram valorizados⁸⁹ como o trabalho do mestre na obra em si, ou mesmo na louvação após o término. A análise dos valores pagos pelas referidas etapas confirmam tal sugestão. Alves escreve que “A relação [da Ordem] com aquele que faz o *risco*, em muitos casos, será mais branda do que com aquele com se empenha em executar a obra seguindo o desenho e as condições estipuladas.” (ALVES, 1997, p.126). O que de fato se verifica na documentação estudada.

Embora tenhamos poucos registros nos livros da Ordem, a respeito do mestre⁹⁰ responsável pela feitura do risco, sabe-se que José Pereira dos Santos era muito atuante em Mariana e região. Segundo o pesquisador André Dangelo:

A perícia de José Pereira dos Santos em obras de alvenaria e cantaria, sua experiência e audácia dentro da cultura construtiva em que fora formado, brevemente fariam dele o maior empreiteiro de Ouro Preto e Mariana da primeira década da segunda metade do século XVIII (DANGELO, 2006, p.343)

Tendo realizado várias obras públicas, certamente seu nome teria sido um bom acréscimo à obra que estava para ser iniciada.

Uma vez decidido o risco⁹¹, este foi colocado em praça:

⁸⁸ Comprada em 1760 por 80 oitavas, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.2

⁸⁹ “Os honorários pagos a estes artistas eram, freqüentemente, bem pequenos. Recompensava-se melhor o trabalho manual que o intelectual” (BAZIN, 1983, p.45).

⁹⁰ José Pereira dos Santos faleceu em 18 de junho do mesmo ano em que desenhou o risco da capela franciscana (DANGELO, 2006).

Ainda que os mais expressivos adquirentes fossem as associações leigas e, portanto, entidades civis, era praxe que as obras ou serviços desejados fossem ‘postos em praça’, durante determinado período (em torno de um mês), sob a forma de arrematação pública, devendo os artistas interessados, após o exame das condições, apresentar, além de sua proposta, nomes dos seus fiadores, aos quais se recorreria diante de quaisquer falhas do contratado (BOSCHI, 1988, p.44).

Menos de três meses depois, voltaram à mesa com a decisão de se contratar o arrematante, pelo preço mais viável para as despesas da Ordem. Informando que “até agora não tenha havido lance de menos de quarenta e um mil cruzados”⁹², a Mesa dá novamente poder a alguns irmãos para os ajustes, são eles: Miguel Teixeira Guimarães, Thomas José de Oliveira, Antônio Álvares Vieira, Miguel Peixoto de Araújo e Francisco Soares Bernardes. Aos procuradores escolhidos foi determinado que “ajustassem a dita obra pelo preço mais conveniente e na forma do risco e condições pedindo fianças seguras”⁹³. Pode surpreender, a primeira vista, a confiança que a Ordem deposita nestes irmãos quando ela lhes dá o poder de decisão e autonomia, conforme fica explícito no mesmo termo: “tudo por eles feito e obrado haverá esta mesa por firma no [livro] ficando esta Venerável Ordem obrigada a solução do preço por que ajustarem”⁹⁴. Mas, uma vez observado que todos estes irmãos escolhidos faziam ou já haviam feito parte da Mesa, constata-se que uma vez assumido um posto de confiança, o irmão terceiro garantia a condição desse *status* diante de seus pares.

É por meio da observação das assinaturas nos documentos, que conseguimos acompanhar a participação de cada irmão nas reuniões da Mesa Administrativa e sua participação nos tramites que ladearam a construção da capela franciscana. Um dos nomes que mais se destacou em nossa pesquisa foi o de Miguel Teixeira Guimarães que, desde o surgimento da Ordem, esteve envolvido com as questões da construção da capela. A partir da data da

⁹¹ Este documento se perdeu com o tempo. Sabemos, porém, que esteve nas mãos de José Pereira Arouca, arrematante da obra que deveria “conservar o risco até o fim da obra para entrega dela ser a [dita] obra examinada e louvada” (Livro de Termos, fl.33v.). Infelizmente não está nos arquivos da ordem, sequer sabemos se algum dia ele retornou às mãos dos mesários. Também não encontramos descrições a respeito das suas especificações, além do pouco que está escrito no Livro de Termos onde se lê a exigência do uso de pedra nos principais elementos da capela: “frontispício de cunhais de pedra lavrada, arco-cruzeiro, portais, janelas [e portas]” (fl.26v.)

⁹² AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.31

⁹³ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.31.

⁹⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.31.

reunião citada no termo acima (seis de junho de 1762), ele assume a função mais importante da Mesa, para substituir o atual ministro enquanto houvesse “impedimento do Nosso Caríssimo Irmão Ministro José Dias Penido”⁹⁵.

Assumindo, portanto, o encargo que lhes havia sido outorgado para arrematação de um mestre de obras da capela, é escolhido o menor preço oferecido pelo serviço, na pessoa de José Pereira Arouca, irmão terceiro desta associação. Observamos em diversos estudos que era corriqueiro a contratação de membros da própria ordem tanto para o feitiço do risco como do arremate da obra em si. Conforme destaca Costa: “No caso das construções envolvendo as ordens religiosas, a função de mestre de obras era desempenhada com frequência por membros da própria ordem.” (COSTA, 2009, p.53).

Acompanhando a sequência de documentos, notamos a preocupação em arrecadar todos os fundos possíveis para investimento na obra⁹⁶. O termo de 30 de julho de 1762, por exemplo, refere-se a anuais que deviam ser cobrados dos irmãos residentes nas presídias⁹⁷. Seguem-se aos acertos da obra a discussão do madeiramento, novamente tendo como encarregados dessa responsabilidade os mesmos irmãos que trataram do ajuste da obra em pedra:

[...] foi proposto que era conveniente fazermos condições, risco do emadeiramento, portas, janelas, frestas, forro e acompanhamento de sepulturas da nova igreja para se rematar tudo a oficial perito [...] e mandando-se votar a este respeito se assentou por votos uniformes que se fizessem as referidas condições pelos mesmos irmãos que tinham feito as de pedra e cal, e que os mesmo ajustassem este de carpintaria, com mestre que dela desse boa conta, tanto do primor da obra como na segurança [...] ⁹⁸

⁹⁵ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.31.

⁹⁶ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.32, fl.45.

⁹⁷ As Presídias, sob jurisdição das Ordens Terceiras, eram responsáveis pela ampliação dos prelados terceiros em Minas Gerais. Vide: SANTIAGO, F. J. F. .“Presídias do Carmo de Vila Rica: Relações de poder em Minas Colonial”. In: XVIII ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 2012, Mariana. ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG. ouro preto: EDUFOP, 2012.

⁹⁸ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.32v.

Na reunião de 11 de agosto de 1762, José Pereira Arouca comparece à sessão na qual foi acertado seu pagamento acerca da obra de pedra e cal dentro do prazo de oito dias⁹⁹. Ainda em relação aos investimentos na obra, outro termo, de outubro do mesmo ano, registrou que os duzentos mil réis que a ordem devia de pagamento ao Padre Comissário Luciano Pereira da Costa foram abonados como parte da doação prometida pelo mesmo no valor de quatrocentos mil réis para investimento na obra da nova capela¹⁰⁰.

No ano seguinte, foi firmado termo para determinar o dia de lançamento da pedra fundamental a se realizar em 15 de agosto. Conforme veremos, esta cerimônia era especialmente importante para os membros da Ordem, pois evidenciava o início propriamente da construção da capela.

2.2 A primeira pedra

Para o início da construção de qualquer templo religioso, realizava-se uma cerimônia simbólica na qual era assentada a primeira pedra. A esse respeito Selma Miranda escreve: “cumpridas as providências iniciais, realizava-se o lançamento da pedra fundamental, passo importante que reforçava o compromisso dos irmãos com a execução do projeto” (MIRANDA, 2002, p.24). A Ordem Terceira de São Francisco, conforme esperado de uma associação tão importante seguiu essa tradição. De fato, o lançamento da pedra fundamental foi considerado tão significativo que os irmãos despenderam duas laudas e meia para a descrição dos eventos realizados na cerimônia (Figura 8), quantidade significativa, considerando que a maioria do conteúdo dos termos não supera meia lauda de extensão. Lembremos ainda, que nesta época papel e tinta eram materiais caros¹⁰¹, portanto apenas se

⁹⁹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.33v. Essa foi a primeira das parcelas pagas ao mestre da obra, que ao final deveriam totalizar 41\$000 cruzados.

¹⁰⁰ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.35v.

¹⁰¹ Na segunda folha do livro de despesas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis existem três registros de aquisição de livros para a Ordem com o custo de: Dezessete oitavas por cinco livros grandes, quatro oitavas e meia por “livros para a Ordem” e “um livro que se lhe comprou para a Ordem” duas oitavas e

escrevia o que era importante de ser registrado. Mantendo isso em mente podemos aprofundar a análise acerca do que se considerava importante ou não pelos irmãos terceiros.

Em geral, poucos autores comentam esta importante cerimônia na construção de outros templos, e ainda assim, apenas de forma passageira, tal como escreve Bazin: “O lançamento da pedra fundamental era motivo de uma cerimônia solene e de muitas festividades, colocavam-se moedas nessa pedra. Mas as maiores comemorações tinham lugar por ocasião da bênção da igreja” (BAZIN, 1983, p.52). Ainda não encontramos pesquisa que fosse capaz de apresentar o nível de detalhamento que existe na documentação franciscana. Considerando isso, vamos nos deter com mais atenção neste documento, para, através dele, demonstrar diversos valores e explorar as principais informações que podemos extrair deste registro.

meia, totalizando apenas entre os anos de 1758-1759 o valor de 24 oitavas, mais do que as esmolos recolhidas para a Procissão de Cinzas desse ano (20 oitavas). Na folha 15 registra-se a despesa de $\frac{1}{4}$ de oitava e quatro vinténs por “Um frasco de tinta de escrever”. AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.2 e fl.15

Neste termo (Figuras 8 e 9)¹⁰² observamos diversas informações que exemplificam como se sucedeu o ato que é narrado minuciosamente. Apresentaremos o documento em partes, para melhor destacar e discutir os seus detalhes intrínsecos.

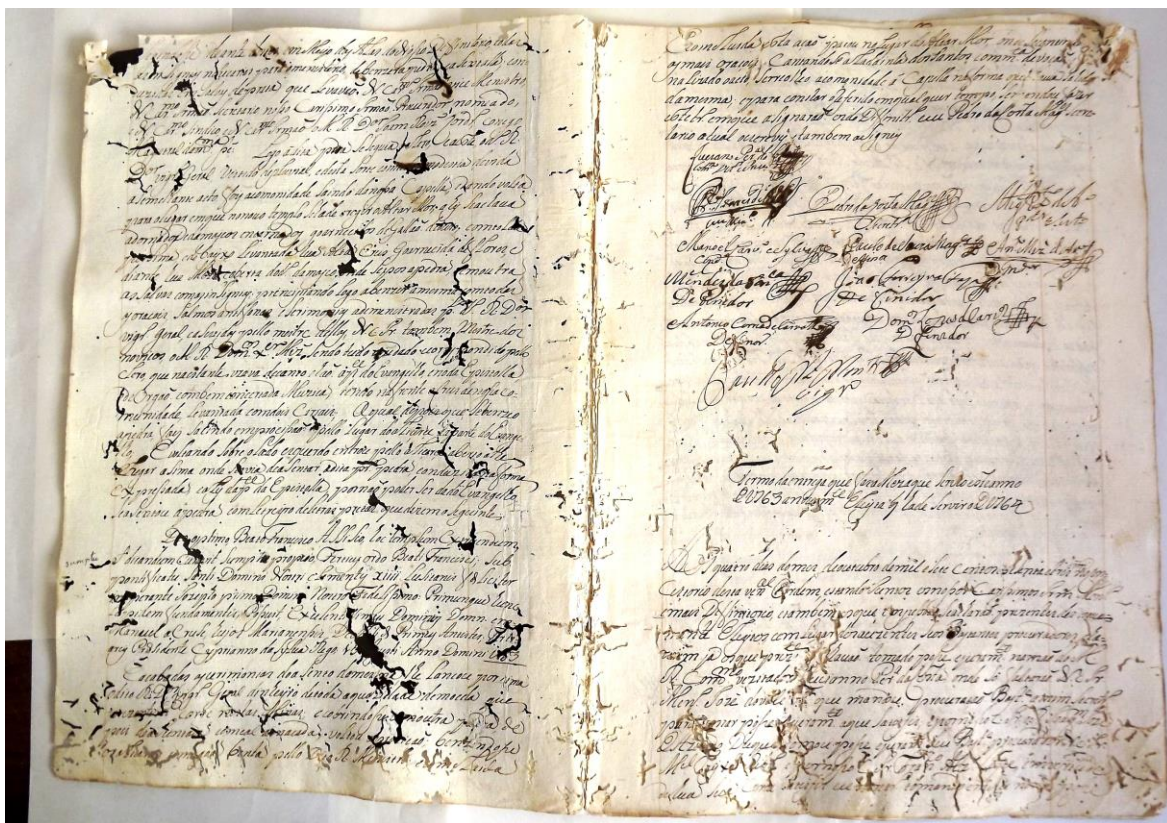


Figura 8 - Folhas 47 verso e 48 do Livro de Termos referente ao lançamento da pedra fundamental. Fonte: acervo da autora, 2012.

O termo começa como de costume fornecendo informações acerca da data e dos irmãos que presidiam a Mesa, fornecendo, contudo, apenas o nome daqueles de mais elevado prestígio:

Aos quinze dias do mês de agosto de 1763 anos, estando no consistório desta Venerável Ordem, Nosso Caríssimo Irmão Ministro o Capitão Cipriano da Silva Rego com todo o definitório a que presidiu o Nosso Mui Reverendo Comissário Visitador Luciano Pereira da Costa se propôs que a Mesa do Definitório havia feito termo neste Livro [...]¹⁰³

Continua registrando o assunto do qual o termo se trata:

¹⁰² Pode-se notar as intervenções indevidas de outros pesquisadores (anotações a lápis e giz nos cantos das folhas), muito posteriores ao período em que o documento foi criado.

¹⁰³ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.47.

[...] declarando que a primeira pedra que se havia de lançar no alicerce do novo templo que esta Venerável Ordem erigia, em louvor da virgem Santíssima Senhora Nossa da Conceição: se destinara para as oito horas, da manhã deste presente dia; porém atendendo a certo inconveniente, se transferira para de tarde, e com efeito se executara [...]¹⁰⁴

É interessante notar o registro de que a cerimônia teve seu horário modificado e este fato é notificado no termo, como que para explicar que, embora os irmãos terceiros franciscanos prezassem pelo correto prosseguimento da procissão, não o fizeram de acordo com os planos prévios devido ao tal “inconveniente”¹⁰⁵. A seguir, o termo apresenta as solenidades que presidiram o ato:

[...] mandando-se expressar neste termo a formalidade do ato, que se compôs das circunstâncias seguintes: Consta do referido termo, convidar-se por votos da mesa, Nosso Caríssimo Irmão Mui Reverendíssimo Doutor Theodoro Ferreira Jacome Comissário do Santo Ofício Examinador Sinodal, Tesoureiro-mor da Sé, Juiz dos casamentos, e resídios¹⁰⁶ e Vigário Geral deste Bispado, para benzer a dita primeira pedra e lançá-la no alicerce do templo, por se achar molesto o Excelentíssimo Bispo a quem se tinha rogado para a tal ação; e vindo o dito Reverendíssimo Ministro executá-la [...]¹⁰⁷

Observamos neste trecho como o indivíduo escolhido para benzer a pedra fundamental, em substituição ao Bispo, é apresentado, de forma a exaltar todos os seus créditos. Sendo a condução da cerimônia uma função de tamanho valor, os irmãos terceiros iriam querer o mais alto representante possível para executá-la. Apesar da impossibilidade do Bispo em participar do ato, conseguem trazer para substituí-lo o Comissário do Santo Ofício, que apresentam seguido de todos os seus títulos. Isso evidencia a importância que cada patente ou título trazia a seu possuidor. Lembrando que o indivíduo dependia de sua reputação para classificação social, fosse ele religioso ou leigo, civil ou militar.

Continuando com a análise do documento, segue uma descritiva narração da cerimônia:

[...] se principiou o ato pelas quatro horas da tarde, saindo da nossa capela os nossos caríssimos irmãos com a cruz alçada em comunidade, postos em duas alas com as mãos levantadas, e a vista inclinada para a terra: no fim a comunidade se

¹⁰⁴ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.47.

¹⁰⁵ O clima úmido da região nos leva a sugerir que possa ter chovido forte, impedindo a procissão.

¹⁰⁶ Resídios: imposto sobre residência.

¹⁰⁷ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.47.

seguiu a pedra descansando em assento coberto de rica [seda] encarnada tecida de [preto] e ao redor guarnecida de franja da mesma, tendo nos quatro [cantos] laços de fitas, em que seguravam o Nosso Mui Reverendíssimo Comissário Visitador, Nosso Caríssimo Irmão Ministro = o Nosso Caríssimo Irmão Reverendíssimo Doutor Alexandre Nunes Cardoso, comissário da Bula da Santa Cruzada, Examinador Sinodal e [Chantre]¹⁰⁸ da Sé desta cidade, o Nosso Caríssimo Irmão Mui Reverendíssimo Vicente Gonçalves Jorge de Almeida, Cônego da dita Sé, Examinador Sinodal, Escrivão da Câmara Eclesiástica, Secretário [E. S. Ex.^a. R.^m.] seguindo-se diante destes em meio das alas do nosso definitório todas as insígnias necessárias para o ministério de benzer a pedra e assentá-la; conduzidas em salvas de prata que levavam Nosso Caríssimo Irmão Vice-Ministro, nosso Caríssimo Irmão Secretário, Nosso Caríssimo Irmão Procurador nomeado e Nosso Caríssimo Síndico e Nosso Caríssimo Irmão o Mui Reverendíssimo Doutor João Rodriguez Cordeiro; Cônego Magistral da mesma Sé: logo a dita pedra se seguiu o clero, e a este o Nosso Reverendíssimo Doutor Vigário Geral, vestido de pluvial¹⁰⁹, e desta sorte com toda modéstia devida a semelhante ato, foi a comunidade saindo da nossa Capela, e dando volta para o lugar em que no novo templo se há de erigir o Altar-mor; aí se achava adornados de damascos encarnados¹¹⁰ guarnecidos de galão de ouro, com [toldo] por cima, e de baixo levantada uma alta cruz guarnecida de flores e diante uma mesa coberta do dito damasco onde se pôs a pedra, em outra as salvas com as insígnias principiando logo a benzer a mesma com todas as orações, salmos, antífonas e cerimônias administradas pelo Mui Reverendíssimo Doutor Vigário Geral e assistidas pelo mestre delas, Nosso Caríssimo Irmão também Mestre dos Noviços, o Mui Reverendíssimo Domingos Xavier Martins, sendo tudo ajudado e correspondido pelo clero, que no instante usava de canto [então] a parte do Evangelho e no da Epístola o de Órgão com bem concertada música, tendo na frente a cruz de nossa comunidade, levantada com dois ciriais¹¹¹ [...]

Nesse trecho, novamente evidencia-se a importância da hierarquia na aparição e função de cada irmão presente na cerimônia. Os quatro principais indivíduos presentes eram aqueles que carregavam o assento sob o qual descansava a pedra fundamental: o Comissário Visitador, o Ministro da Ordem, o Irmão Alexandre Nunes Cardoso, que era Comissário da Bula da Santa Cruzada, Examinador Sinodal, além de Chantre, e o Irmão Vicente Gonçalves Jorge de Almeida, Examinador Sinodal e Escrivão da Câmara; portanto, todos homens que ocupavam cargos prestigiosos. Continua:

¹⁰⁸ Chantre: “É a 3ª dignidade da Sé [...] antigamente era provida esta ocupação em pessoas destras no canto, e depois que foi elevada a dignidade e criado para seu suplemento um subchantre, se não requer que seja músico. Mas lhe pertence reger no coro o ofício divino, ordenar as tábuas e mais cousas para ele necessárias, levantar o tom de cantar e rezar conforme o tempo e os palmos o pedirem, ou mandar fazê-los pelo subchantre, encomendando as lições [e] antífonas, e satisfazendo a tudo mais que lhe pertencer” In: BOSCHI, 2011. p.200

¹⁰⁹“Pluvial: vestidura sacerdotal, vulgarmente conhecida por ‘capa de Alperges’”. In: BLUTEAU, 1728, v.6, p.554,

¹¹⁰ Pano de cor vermelha

¹¹¹ Cirial: tocheira de círio. Círio: vela grande de cera. (PINTO, 1832.)

[...] depois que se benzeu a pedra, foi [a comunidade] saindo em procissão pelo lugar do alicerce da parte do Evangelho, e voltando sobre o lado esquerdo entrou pelo alicerce aberto a lhe chegar acima onde se havia de assentar a dita primeira pedra, conduzida na forma expressada e ali da parte da Epístola por não poder ser da do Evangelho se assentou a pedra [...]

Notamos bastante detalhamento do percurso que a pedra fez até o local onde seria instalada. De acordo com o documento, a comunidade circulou o local, saindo por um lado (do Evangelho) e voltando pelo outro (da Epístola) até o altar mor, segundo trecho anterior do mesmo termo: “o lugar em que no novo templo se há de erigir o Altar-mor” (Figura 10).

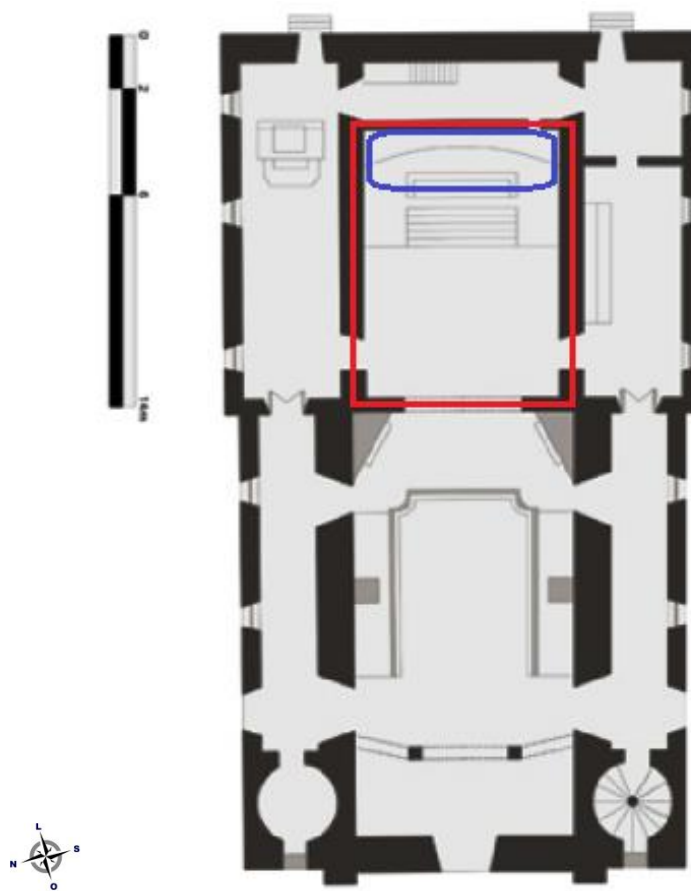


Figura 9 - Planta da Capela, destaque (em vermelho) para a capela-mor e (em azul) para o local onde seria construído o altar-mor e teria sido lançada a pedra fundamental. Fonte: <http://www.atlasdigitalmg.com.br/>, acesso em 23/02/14

Então, no local escolhido:

[...] se assentou a pedra com letreiro de letras pretas que dizem o seguinte: ‘*Deo optimo Beato Francisco Assiseo, hoc templum extruendum, dedicandum curavit sumpte próprio, Tertius ordo Beati Francisci; sub Pontificatu Santi Domini Nostri clementis XIII Lusitanis Feliciter Imperante Josepho primo domini Nostro fedelissimo: Primunque hunc Lapidem fundamenter, Possuit, Excelentissimus Dominus Domn Emmanuel a Cruse hujos Marianenssis Dioecesis Primus Antistes; [Tertiarius] Presidente Cyprianno da Sylva Rego; [15] Agusti Anno Domini 1763*’[...] ¹¹²

O documento apresenta também o registro do texto escrito em latim na pedra fundamental, que muito se assemelha ao que foi esculpido e colocado no medalhão acima da portada da capela (Figura 11), seguindo as orientações das *Constituições Primeiras* que recomendam “[...] se declarará o dia, mez e anno, e por quem forão sagradas, e isto mesmo se escreverá em uma pedra, e se porá a parede junto à porta principal da dita Igreja.” ¹¹³.

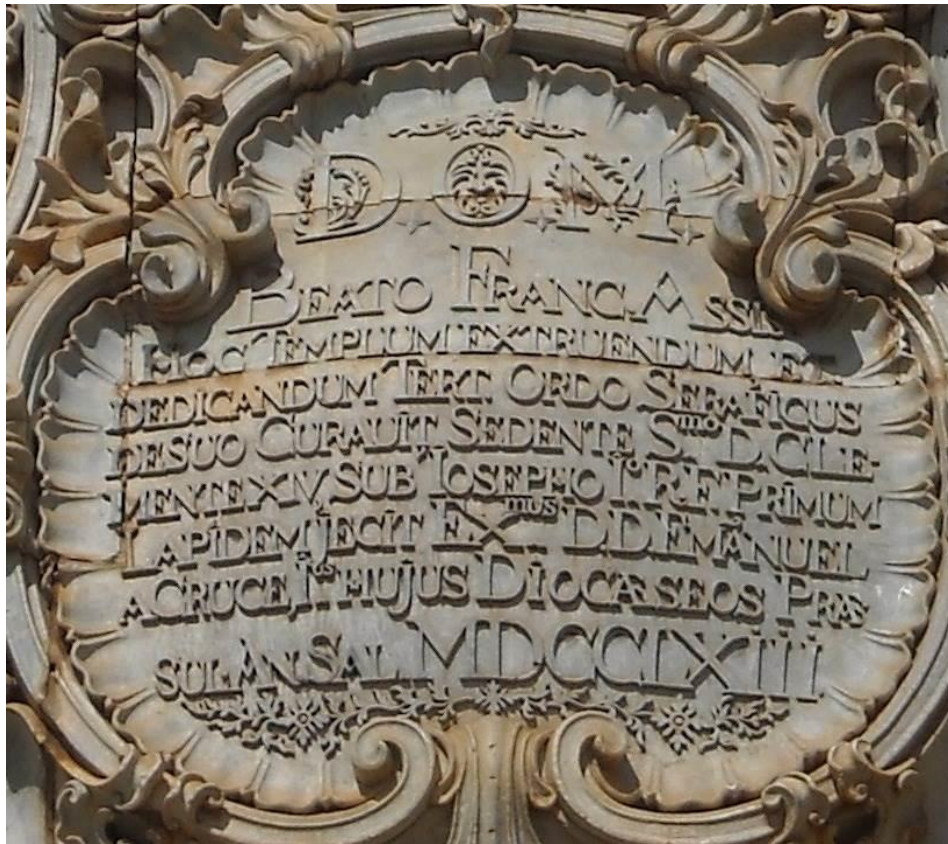


Figura 10 - Frontão da capela, detalhe do medalhão. Fonte: acervo da autora, 2009.

Abaixo segue a transcrição dos dizeres atuais do medalhão:

¹¹² AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.47-47v.

¹¹³ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1853, livro IV, título 23, §708, p.260

D.O.M. Beato Franc. Assis. Hoc Templum extruendum et. dedicandum Tert. Ordo Seraficus deSuo Curauit Sedente S.^{mo} D. Clemente XIV Sub Iosepho I^o R.F. Primum Lapidem Jecit Ex.^{mus} D. D. Emãnuel. a Cruce, I.^{os} hujus Diocæseos Præsul An Sal. MDCCLXIII

E sua tradução¹¹⁴ para o português:

À Deus Ótimo Máximo, a Ordem Terceira Seráfica, às suas expensas, cuidou que este templo fosse construído e dedicado a São Francisco de Assis, sendo Papa Clemente XIV, no reinado de José I, o reformador. Excelentíssimo Senhor Dom Manuel da Cruz, primeiro bispo desta diocese, colocou a primeira pedra no ano da salvação de 1763

A diferença entre este e o que estava na primeira pedra é que aquele era mais descritivo, incluso o nome do ministro vigente da ordem, enquanto este é mais sucinto, provavelmente devido à dimensão da pedra e tamanho do medalhão planejado para o frontispício da capela. Na verdade, se compararmos com outras capelas, é raro encontrar um texto deste tamanho no frontispício, portanto, mesmo a forma abreviada já representa uma peculiaridade.

Retomando o documento do lançamento da pedra fundamental, uma vez transportada a pedra para o local onde seria construída a Capela da Ordem Terceira, continuaram o rito da seguinte forma:

[...] E acabadas as cerimônias do assento da mesma lhe lançou por cima o dito Reverendo Doutor Vigário Geral, dinheiro de toda a qualidade de moeda que presentemente corre nestas Minas e cobrindo-se noutra pedra, depois de assentadas com cal amassada, voltou a procissão; benzendo-se os alicerces em água benta pelo dito Reverendo Ministro e concluída esta ação parou no lugar do altar-mor, onde se continuou as mais orações cantando-se a ladainha dos santos com muita devoção; e finalizado o ato, se recolheu a comunidade à Capela na forma que havia saído da mesma, e para constar o referido em qualquer tempo, se mandou fazer este termo em que assinaram os do definitório e eu Pedro da Costa Magalhães secretário atual o escrevi e também assinei¹¹⁵

Uma vez encerrada o ato de assentamento da pedra fundamental, continuaram a cerimônia benzendo os alicerces¹¹⁶ do edifício que estava por ser construído e depois disso fazendo orações e cantando ladainhas. Com toda esta descrição, só podemos concluir que este deve

¹¹⁴ Tradução feita pelo professor Aldo Eustáquio Assir Sobral. APUD: FERREIRA, 2005, p.90

¹¹⁵ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.47-47v.

¹¹⁶ Na realidade, o alicerce ao qual se referem provavelmente diz respeito à terra sobre a qual depois se construiriam alicerces propriamente, pois em documento posterior se discute a obra do alicerce, anos depois.

ter sido um evento bastante emocionante para os irmãos terceiros na primeira etapa de construção da nova capela.

Além disso, o documento evidencia diversos outros valores da Ordem Terceira, conforme podemos observar. Numa visão geral do documento, destacamos algumas das principais informações fornecidas: o destaque à importância dos irmãos presentes e daquele que iria benzer e assentar a pedra; a referência ao horário e condições estabelecidas para a celebração; uma descrição minuciosa da cerimônia; das vestimentas, posição e gestos realizados pelas pessoas; e também o cenário em que foi feito o lançamento da pedra. Esse documento é um registro da importância que os irmãos terceiros davam para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, é a partir deste marco tão crucial que se consolida propriamente a ereção da capela.

2.3 Pedra, cal e uma capela a construir

Após a cerimônia de lançamento da pedra fundamental, começaram efetivamente as obras de construção da capela. No Livro de Despesas, os registros referentes à gestão de 1764 a 1765 confirmam o pagamento de 672 oitavas e dois vinténs ao “mestre da obra Nosso Caríssimo Irmão José Pereira Arouca, do pagamento 2º da obra de nossa capela e mais umas quebras”¹¹⁷, sugerindo, com isso que as obras estavam em andamento conforme planejado.

Em termo de dois de julho de 1765 foi decidido pela demolição de uma casa que ficava no terreno e que era usada para guardar materiais, onde então se faria o alicerce da capela nova. Segue a transcrição do documento:

[...] foi proposto que para se [abrir] o alicerce da capela-mor da nova Igreja se demolisse a casa que serve de guardar os andores que fica junto à Capela que agora serve guardando-se o massame¹¹⁸ com a maior segurança que puder ser, o que executará o Nosso Caríssimo Irmão Procurador Geral [...] ¹¹⁹

¹¹⁷ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.17.

¹¹⁸ Massame: 1.Argamassa simples, de cascalho, terra e cal, para receber o assentamento de pisos de pedra ou ladrilho. 2. O material resultante da demolição de uma construção. In: Ávila, 1996, p.62.

¹¹⁹ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.64.

A construção dos alicerces garantiria a fundação sobre a qual se ergueriam as paredes do edifício, todo construído em pedra. Notamos, portanto, nesta decisão, o começo efetivo das ações em função da ereção da capela nova. Confere no Livro de Despesas que se pagou $\frac{3}{4}$ de oitava “a João Carneiro de desfazer a casa onde estavam os andores” ¹²⁰, garantindo que o espaço ficasse desimpedido para a feitura do alicerce.

Poucos meses depois, discutiram a construção de paredes e a utilização de pedra na feitura das portas como se lê a seguir: “se determinou que na parede que se ha de fazer para a segurança [destas casas] na frente da rua façamos as portas que se [carecerem] com portais e vergas de pedra” ¹²¹ (Figura 13).

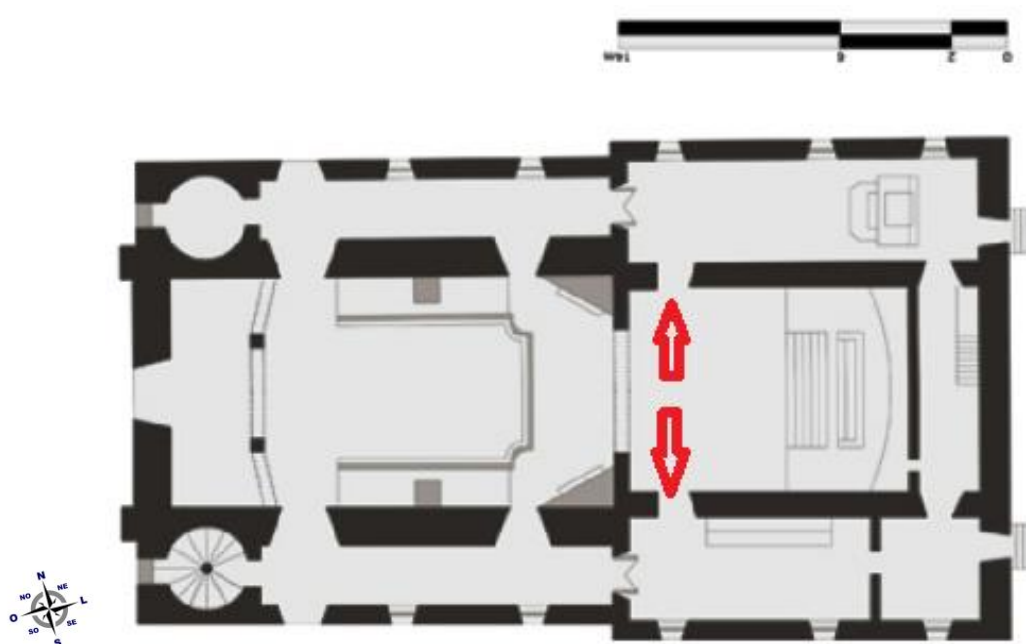


Figura 11 - Planta da Capela com setas apontando para os portais referidos. Fonte: <http://www.atlasdigitalmg.com.br/>, acesso em 23/02/14.

¹²⁰ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco fl.19v.

¹²¹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.66v.



Figura 12 - Vista interna da Capela (lado do Evangelho) e portal de pedra em destaque. Fonte: acervo da autora, 2014.

O uso da pedra se disseminou bastante nas Minas a partir da segunda metade do século XVIII (PEREIRA et al., 2007). Porém, construir em pedra era algo dispendioso, demorado e exigia oficiais treinados, por isso, tal utilização se restringia a edifícios de grande porte como as Capelas das irmandades e ordens terceiras e as casas de Câmara e Cadeia. Ainda assim, sua aplicação não era generalizada no edifício. “Para a Capitania de Minas, as construções edificadas inteiramente em pedra são muito raras.” (COSTA, 2009, p.63). Ocorre também em alguns edifícios residenciais, pertencentes a pessoas abastadas, mas são raros os casos (ex. casa do Barão de Pontal, em Mariana e Casa dos Contos, em Ouro Preto).

Costa explica o emprego da pedra como elemento estrutural e ornamental:

Na Capitania das Minas, a cantaria foi implantada a partir de 1740, em construções públicas, religiosas e civis, como parte estrutural e ornamental. Trazida por pedreiros e canteiros das regiões do Minho e do Douro, no norte de Portugal, aqui adquiriu originalidade em formas, cores e texturas, com o uso de rochas locais, principalmente quartzito e a pedra-sabão ou esteatito, e com a sensibilidade e criatividade de artistas e artesãos locais. (COSTA, 2009, p.43).

Porém apenas as construções mais grandiosas eram feitas de pedra, uma vez que o material era mais custoso, assim como a mão-de-obra apta a utilizá-lo. Segundo Costa:

as construções na *Capitania de Minas Geraes*, concentradas no Setecentos, foram quase sempre de alvenaria de tijolos de barro cru, também conhecidos como adobes, ou de diferentes tipos de taipa e de pau a pique, rebocadas e caiadas. (COSTA, 2009, p.58)

Ele destaca ainda que:

considerando-se os sítios históricos de Minas, cujas construções foram edificadas principalmente ao longo do século XVIII, constata-se que a cantaria não foi amplamente utilizada, seja pela falta de material adequado, seja pela inexistência de mestres de cantaria ou de recursos financeiros suficientes para a contratação destes (COSTA, 2009, p.64)

Na contramão da regra geral está a Capela da Ordem Franciscana de Mariana, que superou as adversidades, garantindo com isso a construção de um templo mais duradouro e imponente.

O pagamento feito ao mestre-de-obras, realizado em etapas, pode ser acompanhado através da documentação. Verificamos que José Pereira Arouca recebeu, até junho de 1766, 669 oitavas e meia e sete vinténs e meio, “por conta do 3º pagamento vencido da nova capela”¹²².

Fica evidente, contudo, que os gastos dispendidos ao longo da obra tinham grande impacto nas finanças da ordem, as vezes resultando em saldo negativo por vários anos consecutivos. No final da gestão administrativa de 1764-1765, por exemplo, constata-se que:

Examinadas todas as verbas da despesa que por ordem da mesa fez Nosso Caríssimo Irmão Síndico o Alferes Luiz José Duque carregadas neste livro [...] se vê importarem a quantia de mil e duzentas e noventa e sete, três quartos e dois vinténs de ouro, cuja despesa foi aprovada pela mesa e porque para o pagamento delas só tinha recebido mil e setenta e nove oitavas e meia e três vinténs, **fica excedendo a despesa a receita** de duzentas e dezoito oitavas e sete vinténs de que a ordem lhe fica responsável e será satisfeito do primeiro dinheiro que entrar e de tudo mandaram fazer este termo de encerramento que todos assinaram comigo secretário que o escrevi e assinei¹²³

Tal situação era comum numa obra como esta. Selma Miranda escreve a respeito da construção dos templos mineiros que:

¹²² AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.19.

¹²³ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.18v., grifo nosso.

[...] na maioria dos empreendimentos as coisas quase nunca corriam conforme o planejado. Dificuldades de toda ordem, entre elas os problemas financeiros, implicavam atrasos constantes e o arrastar das obras por décadas. (MIRANDA, 2002, p.25)

Para compensar esses déficits, em agosto de 1766, quando a Ordem ainda necessitava de capital para continuar a construção da capela, enviou alguns irmãos para arrecadar esmolas nas presídias, como informa o termo do dia 3 deste mês e ano¹²⁴.

Em 1767, o mestre da obra recebeu o quarto pagamento no valor de 817 oitavas e ½ e 3 vinténs de ouro¹²⁵. Arouca, inclusive, realizou “acréscimos”, como se registra no seguinte termo: “apresentou o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca seu requerimento pedindo-lhe mandou pagar aquele pagamento, **como também os acréscimos que tinha feito**”¹²⁶.

Apenas quatro meses depois, a mesa decidiu suspender os pagamentos à Arouca:

Pela razão de não estar vencido o pagamento que de presente se lhe vai fazendo e tem feito por não ter as paredes dos [corredores] na igualdade em que se acham as da capela, enquanto não constar o contrário pela escritura do ajuste, e determinação individual dos nossos irmãos procuradores da mesma obra, como também por levantar os oficiais que nela trabalhavam¹²⁷

A análise dos documentos nos leva a acreditar que o mestre José Pereira Arouca não estava se empenhando devidamente no cumprimento de suas responsabilidades na obra da Capela franciscana. Por isso, a Mesa afirmou que ele “tem recebido dinheiro demais” e que, “ainda no caso que se lhe devesse, ou deva, não por suspender o dito pagamento enquanto não puser oficiais na dita obra”. Estes excertos acima expostos elucidam um evento interessante no contexto do canteiro de obras: o descumprimento do compromisso firmado e a reação do contratante. A atitude da Mesa exemplifica a solução encontrada diante de uma divergência entre ela e o arrematante da obra. Como o pagamento era feito em etapas, a suspensão do

¹²⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.68.

¹²⁵ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.23.

¹²⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.70, grifo nosso.

¹²⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.70v.

mesmo foi a forma encontrada para forçar o mestre a ajustar “as paredes dos corredores” e colocar oficiais para trabalhar na obra.

Ao que tudo indica a medida surtiu efeito, pois, em 1769, a ordem realizou o quinto pagamento no valor de 324 oitavas $\frac{1}{4}$ e 2 vinténs¹²⁸ (Figura 14).

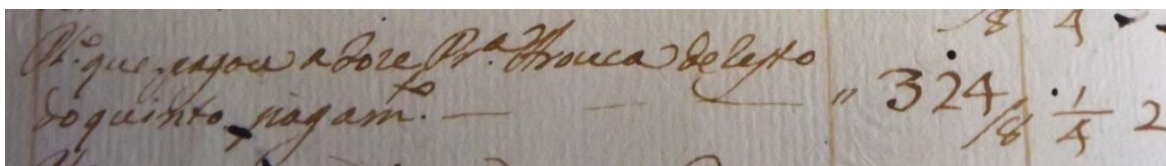


Figura 13 - Livro de Despesas da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, registro do 5º pagamento a José Pereira Arouca. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Além disso, atenderam a um pedido do mestre: “Se resolveu conceder-se ao Nosso Caríssimo Irmão José Pereira Arouca e seu sócio Mestre da obra na nova capela a parte do quintal”. Vários detalhes da obra são descritos no termo de dois de dezembro deste ano. Entre eles, o mestre faz um requerimento que é ouvido pela mesa para alterações, ele disse “ser conveniente o acrescentamento na largura da sacristia e noviciado [em] três palmos”¹²⁹ além de pedir para fazer “duas portas, uma da parte da sacristia outra da parte do noviciado para [que] estas casas façam comunicação com a nova igreja” (Figura 15). Outra informação neste documento é a utilização da pedra lavrada no feitio de dois cunhais “no canto que fica para a banda destas casas”.

¹²⁸ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl.23v.

¹²⁹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.75

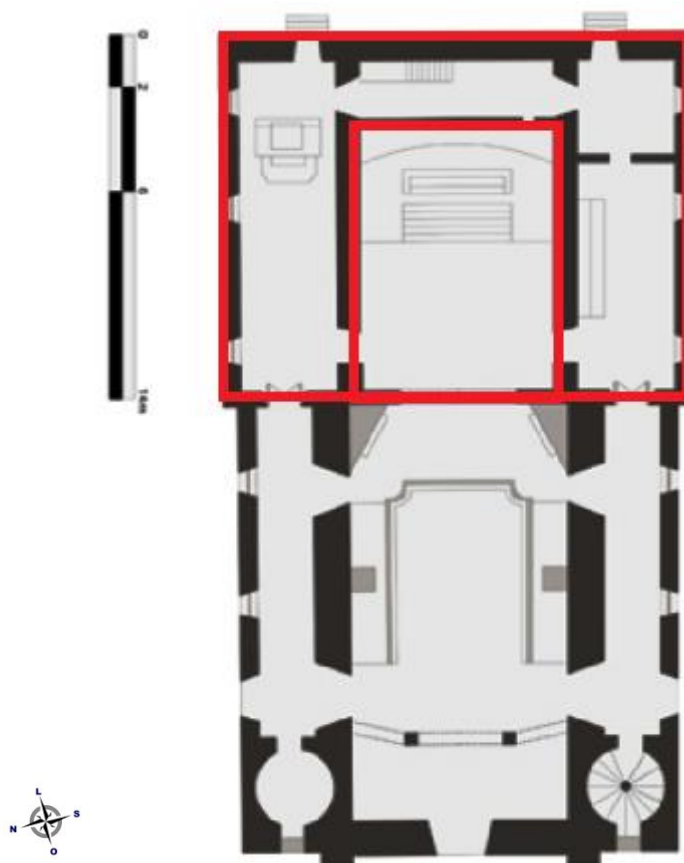


Figura 14- Planta da Capela (destacado em vermelho a área da capela-mor, sacristia e noviciado). Fonte: <http://www.atlasdigitalmg.com.br/>, acesso em 23/02/14.

O risco ou condições da encomenda, porém, não eram definitivos. Conforme afirma Dangelo:

[...] o projeto ou “risco” inicial era entendido como uma linha geral a ser seguida, mas não entendida como algo fechado que não pudesse ser adequado, modernizado, ou como se dizia na linguagem da época “emendado”. Pela análise da documentação, podemos ver que o detalhamento do projeto ou, como se dizia na linguagem da época, “as formas pelo que se ia fazer”, determinados elementos arquitetônicos e ornamentais eram decididos durante a obra, utilizando o repertório em voga na época da construção e buscando sempre a “modernização” e atualização possível em relação aos novos gostos artísticos ou levando em conta a possibilidade econômica e humana da execução. (DANGELO, 2006, p.426-427).

Portanto, modificações no risco original eram comuns, pois adequações iam sendo realizadas no decorrer das obras, com a percepção de incoerências ou descompassos nos planos iniciais, além de se considerar que a obra era executada por um mestre diferente daquele que havia feito o risco apresentando com isso métodos e técnicas diferentes.

Foi o que aconteceu quando Arouca solicitou “acrescentamento na largura da sacristia e noviciado”. Efetuado o dito acréscimo e as outras exigências, era “preciso ajustar com o Mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca [...] o quanto se lhe havia de dar pelo acrescentamento” a respeito do que o:

[...] mestre [disse] q lhe haviam de dar noventa oitavas de ouro pelo dito acrescentamento e pelos dois cunhais de pedra lavrada da parte da rua e os dois da parte do quintal [...] também duas portas uma para a [sacristia] e outra para o noviciado [...].¹³⁰

O que de fato foi acordado pela Mesa e:

[...] se determinou na dita Mesa que o referido pagamento se fizesse da forma que [nem excedesse] o preço de quarenta e um mil cruzados e o que se ajustou pertencente as mesmas paredes se fizessem no tempo determinado na escritura e condições [...].¹³¹

No canto superior direito da folha 79, no Livro de Termos, consta uma declaração datada de 1772 a respeito do pagamento de 400\$000 réis a José Pereira Arouca, pela obra da nova capela.

Apesar das diversas cobranças aos irmãos ao longo do ano e das doações voluntárias recebidas, na maior parte do tempo a receita não superava as despesas. Em abril de 1775, por falta de verba, determinaram em reunião que novamente se pedissem esmolas para os gastos com a obra:

[...] foi determinado que como se não podia do rendimento atual da mesma Ordem suprir aos pagamentos que se devam fazer ao Mestre da obra José Pereira Arouca, se precisava pedir esmolas por todo o território desta congregação [...].¹³²

A construção do novo templo era o objetivo prioritário da Ordem franciscana, o que incentivou-os a solicitar mais contribuições dos irmãos para a completude do montante necessário.

*

¹³⁰ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.76

¹³¹ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.76

¹³² AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl. 88v.

Enquanto a obra não era concluída, contudo, as atividades da Ordem seguiam seu curso, da melhor maneira que fosse possível. Alguns documentos nos permitem acompanhar as celebrações e evidenciar as adaptações realizadas pelos irmãos terceiros para o melhor arranjo das cerimônias. Em um documento de dezembro de 1765, quando ainda estava em trâmite a feitura dos alicerces da capela nova, encontram-se as providências exigidas para a realização da tradicional Procissão de Cinzas do ano seguinte: “se determinou se levantasse o corpo da nossa capela na forma que mais possível for para a entrada e saída dos andores”. No caso, referindo-se à capela provisória, erguida com o material antigo da Irmandade do Rosário. Tal exigência nos leva a concluir que essa capela fosse de pequenas proporções, sequer tendo o pé-direito uma altura suficiente para receber os andores da ordem. De qualquer forma, essa era uma solução provisória até que a capela nova estivesse concluída. Contudo, os irmãos não deixavam de se empenhar em fazer dela a sua sede, pelo tempo que durassem as obras. Enquanto sediados na capela provisória, os irmãos terceiros garantiram a sua conservação: tiveram gastos com a caiação do templo provisório, além do conserto do telhado e outros reparos¹³³.

2.4 Aceitação da capela parcialmente construída

Em 1777, as principais partes da capela haviam sido concluídas, de forma que o termo abaixo transcrito relata a aceitação da capela-mor, sacristia e noviciado:

Aos nove dias do mês de dezembro de mil setecentos setenta e sete anos nesta cidade Mariana e consistório desta venerável ordem 3^a. do Seráfico P. S. Francisco em mesa a que preside o Reverendo Comissário visitador Irmão Luciano Pereira da Costa, nosso irmão Ministro Gonçalo Rodrigues de Magalhães e mais definitório aí pelo mestre da obra da nova capela José Pereira Arouca foi proposto que visto ter satisfeito as condições da fatura da capela-mor sacristia e casa do noviciado pelo que toca a sua perfeição interiormente da mesma se lhe devia fazer aceitação [...] ¹³⁴

Embora fosse de praxe a contratação de louvados para realizarem a inspeção antes da aceitação da obra, a Ordem Terceira dispensou essa etapa confiando na palavra do mestre quando este afirmou:

¹³³ AHMI, Livro de despesas da VOTSFco, fl.11, fl.13, fl.15, fl.20.

¹³⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.92.

[...] que não tinha duvida a que se metessem louvados para este averiguar em se estava ou não no que se acha feito conforme o risco e condições como pré-ajustou a mesma obra e logo por todos uniformemente foi determinado que da mesma capela-mor, sacristia e casa do noviciado, pelo que toca internamente, se davam por entregues independentes de louvações que não se [convinhem] mais que a despesa por entenderem estar tudo feito com perfeição, e ainda algumas coisas com [acréscimo]. E de como fizeram aceitação da dita obra independente de louvação sem embargo de qualquer determinação que tenha havido em contrário mandaram lavrar este termo em que assinou a mesa com o aceitante e o dito mestre José Pereira Arouca com o [entregante] e eu João Borges Coelho secretário que o escrevi e assinei¹³⁵

Ainda neste documento, o mestre cita como argumento para a desnecessária louvação o fato de que as partes entregues já estavam sendo utilizadas pela Ordem. Diz que “se lhe devia fazer aceitação, visto ter esta Venerável Ordem entrado para ela e estar se servindo da mesma”¹³⁶. Portanto, constata-se que, em dezembro de 1777, o novo templo, parcialmente construído, estava em condições de abrigar a ordem e já servia para a prática litúrgica. Nota-se a utilização do espaço da capela-mor porquanto durasse o restante da obra e finalização da nave e retábulos. Myriam Oliveira destaca a respeito das construções religiosas que “a situação de inacabadas não impedia que as novas igrejas recebessem licença episcopal para entrar em funcionamento. Bastava que uma parte do edifício estivesse em condições de servir ao culto” (OLIVEIRA, 2003, p.172). Como o culto exigia apenas um altar, era completamente viável a utilização da capela-mor para este fim.

Como efeito da conclusão parcial da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, os irmãos da Mesa organizaram a cerimônia para benzê-la. Segundo Bazin “as maiores comemorações tinham lugar por ocasião da bênção da igreja, quando era aberta ao culto”. Oliveira também corrobora ao escrever que: “Intervinha então a benção do novo templo, geralmente em meio a magníficos festejos dos quais faziam parte procissões solenes para trasladação das imagens [...]” (OLIVEIRA, 2003, p.172)

Conforme costume, a procissão ocorreu também na data da benção da Capela franciscana. Este evento é registrado no livro de termos em janeiro de 1778:

¹³⁵ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.92.

¹³⁶ Inclusive, antes mesmo da aceitação a capela já havia sido benzida.

Em o dia sábadó seis do mês de dezembro de mil setecentos setenta e sete anos, foi benzida a nova Capela de Nossa Senhora da Conceição de manhã pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Vigário deste Bispado José Justino de Oliveira Gondim na qual disse a primeira missa depois de acabada a solenidade da benção: e no dia seguinte, sete do dito mês e ano se fez a festividade de Nosso Patriarca São Francisco: e no seguinte dia sito do dito mês se festejou Nossa Senhora da Conceição [...] ¹³⁷

A pesquisadora Maria Regina escreve acerca deste da procissão:

Foi determinado que a transladação se fizesse com seis andores, a saber o Senhor no Monte Alverne, o de N. Sra. da Conceição, o de S. Luiz rei de França, o de Santa Isabel Rainha de Portugal, o de São Roque e o de Santa Rosa de Viterbo. É curioso que as imagens transladadas sejam exatamente as mesmas que ficam nos retábulos dentro da atual igreja. Isto nos faz questionar se já estariam prontos (na talha) os altares colaterais e os da nave, neste momento (QUITES, 2006, p.152).

De fato neste momento já deveria estar pronto o projeto para a feitura dos retábulos destes santos e ao menos um altar para dispô-los na capela após a transladação, que seria ao longo dos anos elaborado e concluído, conforme o vemos atualmente.

A documentação não cita atividades do canteiro nos anos seguintes, deixando-nos a concluir que as obras seguiam vagarosamente, sem grandes inovações.

2.5 Alterações e acréscimos

Em 1783 algumas modificações foram requeridas e justificadas pelo mestre da obra. O documento apresenta as seguintes informações:

[...] pelo Irmão José Pereira Arouca mestre da capela foi proposto, q a empena constante do risco, com que arrematou a dita obra, e mais frontispício e torres [tinham] bastantes defeitos, os quais [se pediam] agora emendar o que [...] foi uniformemente aprovado [...]. ¹³⁸

Segundo o livro de termos, para reparar os tais defeitos foi feito um “novo risco”, mas não é informado quem foi o autor desse novo risco. Deduzimos ser provável que tenha sido o próprio José Pereira Arouca, que estava presente nesta reunião e conhecia a fundo as

¹³⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.94v.

¹³⁸ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.102

deficiências da obra¹³⁹, ajuda a sustentar essa afirmação o fato de não constar nenhum nome diferente de mestre ou pedreiro nesse documento.

No mesmo momento:

[...] foi proposto que o arco do coro, por ser difícil a sua segurança em razão da muita largura da Capela, se devia dividir em três, o que [ouvido] e [ponderado] pelo mesmo definitório se assentou uniformemente que se fizessem os três [arcos] com suas colunas tudo de **pedra da passagem**, metendo-se nas mesmas colunas duas pias de água benta [...]¹⁴⁰

Essa passagem além de esclarecer as soluções encontradas para o arco do coro (dividi-lo em três partes, vide figura 16), nos informa donde vinham as pedras utilizadas para a construção dessa parte da capela – senão dela inteira¹⁴¹.



Figura 15– Nave da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis vista do altar-mor.
Fonte: www.panoramio.com, acesso em 14/01/14.

¹³⁹ Embora o Livro de Despesas faça referência neste ano apenas “para conta do que vence da obra da capela” fl.42, diversos autores defendem essa ideia: Judith Martins, Myriam Oliveira, Selma Miranda, Rodrigo Bastos, etc.

¹⁴⁰ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.102, 102v. (grifo nosso)

¹⁴¹ Passagem é um distrito de Mariana e fica no caminho para Ouro Preto.

O emprego da pedra parece ter agradado os encomendantes, pois estes resolveram modificar e refazer em pedra outros detalhes: “também se determinou, que as grades, que se acham postas nas duas janelas das torres se tirassem fora, e se usassem balaústres de pedra na forma dos que se acham postos nas outras janelas” ¹⁴² (Figura 17).



Figura 16 – Detalhe das porta-sacadas da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.
Fonte: Acervo da autora, 2009.

Segundo Oliveira, “As sucessivas modificações do risco inicial, incluindo acréscimos, supressões ou mesmo remodelações totais de partes do edifício projetado, aparecem efetivamente como uma constante no processo construtivo da maioria das igrejas” (OLIVEIRA, 2003, p.215). Tal situação, como se vê, não é diferente para a Capela de São Francisco de Assis, neste e nos diversos casos discutidos acima.

A respeito das torres, foi estabelecido fazer o arremate em forma de pirâmide novamente com “pedra da Passagem”. Essa obra, porém, não foi concluída como planejado, pois como se vê atualmente na capela, as torres tem acabamento em formato bulboso e não piramidal (Figura 18).

¹⁴² AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.102v.



Figura 17 - Torre esquerda da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

Fonte: acervo da autora, 2009.

Neste mesmo termo discutem também a pintura das cimalthas conforme o gosto da época, com imitação de mármore: o faiscado (Figuras 19 e 20).

[...] Também foi proposto que visto ser dividido o arco do coro em três, seguisse a mesma correspondência por cima de mesma forma de madeira, levando cimalha com a mesma fatura correspondente a do arco cruzeiro de faiscado, e que o forro do corpo da Igreja se [pintar] de faiscado nascendo de todas as partes da cimalha real, e de como assim [o disseram] e acordaram se lançou este termo que todos assinaram junto com o Mestre da obra José Pereira Arouca.¹⁴³

¹⁴³ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.102v.



Figura 18 - Cimalha com pintura em “faiscado”. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 19 - Detalhe da pintura da cimalha (com rachadura no quadrante inferior esquerdo). Fonte: Acervo da autora, 2014.

Finalmente, aos doze dias do mês de outubro de 1793 foi dito pelo ex-ministro Miguel Teixeira Guimarães “que fazia entrega de todas as obras que tem feito nessa capela”. O documento apresenta uma grande listagem das partes dadas como concluídas. O irmão ex-ministro começa informando a entrega de:

[...] seis portadas de cortina [de damasco aparelhadas], de um sitial de damasco [com franja] de ouro da boca da tribuna, e assim mais quatro [sitiais] da boca dos

quatro altares colaterais [todos] de damasco e franja de retroz; e assim mais de dois altares colaterais a saber de Santa Isabel e São Luis Rei de França [...]¹⁴⁴

Além de todos os sitiais, entregou também “a escada da torre que ajustou com o Alferes José Pereira Arouca e lhe pagou de seu dinheiro”, o “forro do corpo da igreja e [coro]”, “o reboque dos seis barretes do coro”, “e assim mais as pinturas do teto da igreja e cimalthas que mandou fazer sem licença da mesa”, também “faz entrega das grades que mandou fazer sem licença da mesa por Romão de Abreu [...] que pagou do seu dinheiro sem que de todas [estas obras] dependesse esta Venerável Ordem conta alguma”¹⁴⁵. A análise mais detalhada deste termo abre terreno para a investigação do poder e autonomia concedidos ao irmão Miguel Teixeira Guimarães, que passa a tomar decisões individuais “sem a licença da mesa” muitas das quais arcou com seu próprio dinheiro. Evidencia-se, portanto um cambiamento de autoridade entre os anos de 1763, quando se começaram as obras e o irmão foi escolhido como procurador da obra, até este momento da entrega, no qual Miguel Teixeira Guimarães demonstra estar diretamente ligado às escolhas tomadas para a construção. Alteração de relação que é inclusive reconhecida pela mesa com a descrição em detalhes no termo de entrega das obras. A conivência da Ordem vem logo em seguida no mesmo termo, que descreve que com tudo concordado “fizeram aceitação da dita entrega das sobreditas obras se fez este termo que todos assinaram”¹⁴⁶.

No termo do dia 10 de março de 1794 se propõe “examinar com o Mestre da obra os acréscimos e diminuições que na mesma houveram a vista do risco e condições com que foi arrematada a mesma obra”¹⁴⁷. Declaram que os acréscimos e diminuições foram aceitos e “sendo chamado o dito Irmão rematante da obra, o Alferes José Pereira Arouca, para dizer e declarar se estava ou não pelo [dito] ajuste e cálculo expressado pelo mesmo foi dito que não duvidava a coisa alguma do que se acha declarado” e “dava plena e geral quitação, e que para inteira solução de quarenta e um mil cruzados em que fora rematada a obra”¹⁴⁸. Com isso dá-se por encerrada a obra e responsabilidade de José Pereira Arouca e considera-

¹⁴⁴ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.112v.

¹⁴⁵ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.112v.

¹⁴⁶ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.112v.

¹⁴⁷ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.113v.,114.

¹⁴⁸ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.114, 114v

se concluída a obra da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana.

Ainda restavam as últimas etapas de ornamentação, em especial o douramento e pintura dos altares e forro, o que se constata foi ocorrendo ao longo dos anos. E uma vez concluída a obra da capela, como em qualquer construção, sempre há reparos para fazer. Constatamos diversas melhorias e consertos feitos no decorrer do tempo, tais como: pagamento por um “novo sino” ¹⁴⁹, conserto do adro ¹⁵⁰, “reedificação e conserto das casas” ¹⁵¹, obras de encanamento ¹⁵² dentre outros.

Avaliando as principais obras e decisões para construção da Capela franciscana, podemos considerar que em 1794 a obra de pedra e cal estivesse completamente terminada. Restava então, a realização de uma parte da ornamentação interna tal como as pinturas dos retábulos e forros. Tais realizações ficam como fontes para futuras pesquisas, pois, escolhemos por focar nossas análises antes do final do século XVIII, quando foram concluídas as obras de pedra e cal.

¹⁴⁹ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.120

¹⁵⁰ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl. 130 e fl.207v.

¹⁵¹ AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.134

¹⁵² AHCSM , Livro de Termos da VOTSFco, fl.144

CAPÍTULO 3 – A OBRA FINALIZADA: ASPECTOS DO TEMPLO E DEVOÇÕES FRANCISCANAS

“Um dos mais famosos monumentos de que se ensoberbece, não só a velha cidade episcopal, senão todo o Estado de Minas.” com essas palavras o Cônego Raimundo Trindade (1943, p.66) descreve a Capela de São Francisco de Assis. A seguir intentaremos apresentá-la ao leitor em seus aspectos mais notáveis.



Figura 20- Frontispício da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Fonte: Acervo da autora, 2009.

A Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis localiza-se na Praça Minas Gerais, dividindo este espaço com outros dois importantes edifícios, conforme já mencionamos. Porém, ela não se deixa ofuscar por sua rival, a Capela da Ordem Terceira do Carmo, ao contrário, garante destaque por conta de sua dimensão e posicionamento em frente à Casa de Câmara e Cadeia¹⁵³.

A Praça possui um formato quadrangular, com o frontispício da Capela franciscana em paralelo com o da Casa de Câmara e Cadeia ambas bastante recuadas do eixo da rua. A Capela do Carmo se posiciona perpendicularmente a essas duas, num nível mais elevado (seguindo a inclinação do local) e tem uma pequena escadaria a sua frente. Outras edificações completam o cenário: casario à esquerda da Casa de Câmara e Cadeia, divididos desta por uma rua, depois de um vasto gramado, paredes de sobrados que descem a Rua Dom Silvério em direção à Rua Direita, os muros posteriores dos edifícios da Rua Direita que se encontram com os muros do cemitério da Capela de São Francisco. O Pelourinho¹⁵⁴ foi instalado ao centro da praça, no gramado em frente à Capela Franciscana (Figura 22).

¹⁵³ Discutimos estratégias de destaque dos edifícios da Praça Minas Gerais no segundo capítulo de nossa monografia de bacharelado. SALVADOR, Natalia Casagrande. *Litígio arquitetural: As igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo de Mariana*. Monografia (Bacharelado em História) Mariana, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2010, p. 38.

¹⁵⁴ Ele foi reconstruído neste local no ano de 1981 com material remanescente do antigo Pelourinho, guardado na Casa de Câmara e Cadeia.



Figura 21 - Praça Minas Gerais. Fonte: Acervo da autora, 2009.

Atualmente todas as árvores, arbustos e plantas foram eliminados desta paisagem¹⁵⁵, no intuito de evidenciar os edifícios históricos. Outra estratégia para diminuir a poluição visual foi o enterramento dos fios condutores de eletricidade, o que aproxima a praça do ambiente no qual ela foi criada, sem postes e cabos de energia elétrica atrapalhando a visão dos frontispícios históricos. À noite a praça é iluminada por postes e refletores, também foi instalada iluminação nas calçadas ao redor dos monumentos, direcionando a luz para cima no entorno dos edifícios.

As ruas são de pedra em estilo “pé-de-moleque”, também o são as calçadas, estreitas¹⁵⁶ como a maioria das existentes nesta cidade colonial. A estrutura urbana presente, portanto, é evidência de um planejamento apropriado para o período no qual fora concebido (a partir

¹⁵⁵ Fotos antigas nos mostram como outra percepção do espaço podia ser apreciada quando ainda havia ornamentação natural.

¹⁵⁶ As calçadas do centro históricos de Mariana dificilmente medem mais de um metro de largura .

de 1745). Considerando a centralidade do local, verifica-se um fluxo intenso de carros, caminhões, motos e pessoas nas ruas de mão dupla desta praça.

A Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis tem o altar-mor predominantemente direcionado ao sol nascente (Figura 10), diferente da maioria das igrejas e capelas da região, algo destacado por Bastos: “Uma rápida vista de olhos pelo sítio de Ouro Preto permite perceber que a maioria das igrejas e capelas não obedeceu a ‘regra’ que preconizava para os templos uma orientação leste-oeste.” (BASTOS, 2013, p.259). O altar-mor como o principal espaço da capela, quando direcionado ao sol nascente teria uma representação muito significativa, pois:

A luz simboliza constantemente a vida, a salvação, a felicidade dadas por Deus (Salmos 4,7; 36, 10;97, 11; Isaías 9,1) que é ele próprio a luz (Salmos 27, 1; Isaías 60, 19-20). A lei de Deus é uma luz sobre o caminho dos homens (Salmos 119, 105); assim também sua palavra (Isaías 2, 3-5) (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1990, p.570, verbete luz).

Segundo recomendação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* “se procurará que a Capella maior se funde de maneira, que posto o Sacerdote no Altar, que com o rosto no Oriente, e não podendo ser, fique para o Meio-dia, mas nunca para o Norte, nem para o Occidente” (2011, p.253, Título XVII, parágrafo 688). Em Mariana duas outras construções religiosas tem a mesma direção, a Capela da Arquiconfraria do Cordão e a de N. Sra. do Rosário dos Pretos, porém ambas tem seu altar-mor posicionado no sentido contrário.

Ainda conforme orientação das *Constituições Primeiras*, o terreno da Ordem abrange um espaço muito maior do que a capela em si, permitindo a instalação de um cemitério lateral, do adro e escadaria com amplo espaço a frente para que se “possão andar Procissões ao redor” (2011, p.252, Título XVII, parágrafo 687). Essas “procissões ao redor” eram referidas na documentação como “razouras” e ocorriam em intervalos regulares.



Figura 22 - Reunião de fiéis em frente à Capela. Fonte: autoria desconhecida, c.1940.

À frente de seu imponente frontispício condiz um amplo espaço que serviu- e ainda serve- para reunir grupos processionais¹⁵⁷ (figura 23). Devido ao declive do terreno ocorre uma elevação do alicerce do lado esquerdo da capela que garante o nivelamento do eixo da mesma. A escadaria de pedra xisto acompanhando essa inclinação vai se encerrando a medida que o terreno alcança um nível mais alto. À extrema esquerda um muro acompanha a escada até alcançar o adro da capela, também feitos com pedra xisto (COSTA, 2009).

A capela foi toda construída com “pedra da Passagem” conforme constatamos na documentação e exploramos no capítulo II. Essa escolha garante maior durabilidade e ao mesmo tempo oferece maior custo à obra, características que acabam por expressar a longevidade e poder aquisitivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis.

¹⁵⁷ Por esse motivo a praça foi, por muito tempo, referida como Largo de São Francisco.

3.1 O Frontispício

O frontispício da Capela é seccionado verticalmente por pilastras de pedra e se divide em três eixos, o das torres laterais (levemente recuado), e o central com o frontão. Horizontalmente uma cornija e uma cimalha separam os vãos inferiores das torres e do frontão. A superfície da fachada é caiada e as cornijas, contornos do frontão e chanfros das torres pintados de amarelo. Na seção inferior existe quatro porta-sacadas paralelas, com balaustrada de pedra-sabão, duas imediatamente ladeando o medalhão central e duas no eixo das torres. Abaixo destas, dois olhos-de-boi garantem a entrada de luz às escadas no interior das torres.

O acesso principal à capela se dá por uma portada central de madeira. Suas almofadas, entalhadas com muito requinte, foram pintadas de verde, a composição é emoldurada por ombreiras de quartzito estriadas. Acima desta portada fica o medalhão esculpido em “pedra-talco de coloração marrom clara” (COSTA, 2009, p.160) com a inscrição em latim, relativa à data de lançamento da pedra fundamental (conforme exploramos no capítulo anterior). Nas laterais foram esculpidas volutas, rocalhas e elementos fitomorfos, além de dois querubins, nos lados opostos do medalhão. Acima deste há um escudo dividido em duas partes, do lado esquerdo detalhes das cinco chagas de Cristo, que teriam sido recebidas por São Francisco no monte Alverne, alusivo à ordem à qual pertencia¹⁵⁸ esta capela¹⁵⁹ do lado direito, as sete torres e cinco escudos, símbolos da Coroa portuguesa. O cordão franciscano contorna-os simbolizando a união entre a Ordem e a Coroa.

Mais acima existe um querubim, de cuja cabeça saem dois braços, outra alusão à ordem franciscana, o da esquerda desnudo e com uma chaga na mão, representação do braço de Jesus Cristo e espelhando este, outro braço sem a chaga e coberto pela manga de um hábito. Acima dos braços nasce uma cruz no centro da qual está a coroa de espinhos de Cristo.

¹⁵⁸ A Ordem Terceira de São Francisco de Assis se desfez ao longo do século XX.

¹⁵⁹ As chagas fazem parte da principal iconografia franciscana pois representam o momento mais importante da vida do santo. São por isso utilizadas tanto nos medalhões, como nas tarjas dos retábulos, arremate do arco-cruzeiro, altar-mor, móveis e livros da Ordem.

Suas pontas são trilobadas¹⁶⁰, detrás dela quatro raios disparam para os lados intermediários entre os braços da cruz (figura 24).



Figura 23 - Medalhão de pedra com inscrições em latim. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Esta secção superior à portada concentra toda a composição ornamental da fachada, uma vez que as outras cantarias representam apenas detalhes de finalização dos vãos e pilastras. Tal opção é comumente observado em várias outras capelas da região mineradora e, em especial, nas igrejas matrizes.

As porta-sacadas são quatro, simetricamente divididas no frontispício. Podemos observar na sua balaustrada de pedra a instalação de lâmpadas, provavelmente colocadas na última metade do século XX para melhor iluminação da praça.

Acima, no intervalo entre a cornija e a cimalha, que cortam o edifício horizontalmente, está um óculo vidrado relativamente pequeno em relação à fachada, com formato anguloso e um discreto arremate superior em forma de bico que é contornado pela cornija. O tímpano

¹⁶⁰ Esta cruz também é conhecida como cruz de trevo, ou cruz tridentina.

acima é fechado e caiado, apresentando em seu contorno discretas curvas finalizado pelo acrotério que sustenta a cruz de Lorena, cruz característica da ordem franciscana¹⁶¹.



Figura 24 - Cruz de Lorena. Fonte: acervo da autora, 2009.

A cruz com dois braços transversais representaria, no braço superior, a inscrição derrisória de Pilatos, *Jesus de Nazaré, rei dos judeus*. O braço inferior seria aquele em que se estenderam os braços do Cristo. É a cruz dita “de Lorena” que provém, na realidade, da Grécia onde é comum. (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1990, p.310)

As torres laterais, simétricas e idênticas possuem base quadrada chanfrada nos cantos e uma janela em cada uma de suas faces. Encimadas por cobertura em formato de sino e pináculo de pedra (Figura 26).

¹⁶¹ Em Minas Gerais, todas as capelas da Ordem Terceira de São Francisco de Assis são coroadas com esta cruz de dois braços.



Figura 25 - Torres e frontão da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2013.

O frontispício acompanha o costume arquitetônico da colônia, Oliveira explica que:

Diversamente da América Hispânica, as tradições da arquitetura religiosa luso-brasileira sempre priorizaram a decoração interna, mantendo um relativo despojamento na ornamentação das fachadas, concentrada nos frontões e enquadramento dos vãos, particularmente nas portadas (OLIVEIRA, 1999, p.129).

Infelizmente, o clima úmido e chuvoso da região, a poluição gerada por combustíveis dentre outros fatores, afetam a cal que protege a superfície da capela, resultando nas manchas escuras que vemos por toda a fachada. Tal situação não apenas restringe a apreciação estética do frontispício da capela, como representa um risco para sua estrutura, uma vez que a cal é aplicada justamente para proteger as paredes do edifício. Dentre as variáveis que prejudicam o edifício, a humidade característica da região, especialmente no verão, é um fator bastante considerável. Segundo o *Manual de conservação de cantarias* elaborado pelo IPHAN/Monumenta o ataque de chuvas:

[...] é prejudicial à cantaria porque o ar contém dióxido de carbono, que, dissolvido em água, forma ácido carbônico. Nessas condições os calcários, as argamassas, a cal, e os mármorees podem ser transformados e gradativamente dissolvidos.” (2000, p.21).

Uma manutenção regular garantiria melhor conservação da capela. Felizmente, em 2012 ela foi fechada e foi elaborado um projeto de restauro, que envolve intervenções além da superfície externa do edifício¹⁶².

3.2 Planta, corpo da capela e fachadas laterais e posterior

A volumetria da capela se manifesta da seguinte forma: nave central (com o maior pé-direito), capela-mor, corredores laterais, sacristia e capela do Santíssimo. Acompanhando esses cômodos a elevação do telhado evidencia exteriormente a divisão dos espaços. A cobertura da nave e capela-mor é feita por telhas de cerâmica em duas águas, o restante tem cobertura de meia água (Figura 27). Os beirais são sustentados por cimalkhas pintadas de amarelo ao longo de todo o edifício.



Figura 26 - Fachada lateral da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁶² O projeto de restauro da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis pode ser conferido no escritório técnico do IPHAN de Mariana/ Casa setecentista.

As duas fachadas laterais possuem vãos simétricos dispostos da seguinte forma: três janelas garantindo a iluminação da nave central, três janelas de formato arredondado, no altar-mor, no eixo inferior cinco janelas e uma porta almofadada em cada lado da capela. A fachada da direita é alinhada com a rua, já a fachada oposta se torna inacessível por fazer lado com o cemitério da Ordem, pois há um muro de alvenaria que segue o eixo do frontispício e vai até o início dos fundos das casas da Rua Direita. A fachada posterior é lisa e divide parede com os edifícios anexos. Recentemente, após novos projetos de iluminação da praça foram instalados fontes de luz no piso da calçada lateral à capela, que ilumina as paredes de baixo pra cima e garante a visibilidade de seu volume mesmo nas noites mais escuras.

3.3 O Interior

Ao adentrar a capela pela portada principal, o indivíduo se depara com o para-vento, um elemento multifuncional, que impede a entrada de fortes correntes de ar e ao mesmo tempo separa o nártex (entrada da capela) da nave. Este para-vento é pintado de branco, azul claro e dourado, também composto de almofadas (Figura 28). Suas ombreiras têm base de pedra e o contorno em madeira, arrematando até acima da altura dos arcos do coro.



Figura 27 - Para-vento. Disponível em:
<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.519719084734194.1073741958.471025786270191&type=3>
acesso em 07/12/2014.

Dividida em três partes e em formato de barrete o forro do nártex é pintado de branco com delineamento em cinza claro. O chão do nártex, na região equivalente à portada, é lajeado, suavizando a transição entre o piso do adro, em pedra, e o da nave que passa a ser de madeira, aonde se encontra as campas numeradas dos diversos irmãos falecidos da ordem¹⁶³ (Figura 29).



Figura 28 - Campa número 94, onde teria sido enterrado Manuel da Costa Ataíde.
Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁶³ A campa de número 94, localizada do lado da epístola, logo abaixo do coro possui a seguinte inscrição “94 Athayde 1762-1830”, onde estaria enterrado o corpo do pintor Manoel da Costa Ataíde pertencente à Ordem. Também se encontram enterrados dentro da capela o mestre José Pereira Arouca e João Nepomuceno Correia e Castro.

No nível superior, o piso do coro é de tabuado e se delimita por uma balaustrada. O óculo garante a luminosidade da nave por meio do vão na parede do frontispício, que ilumina primeiramente o coro.

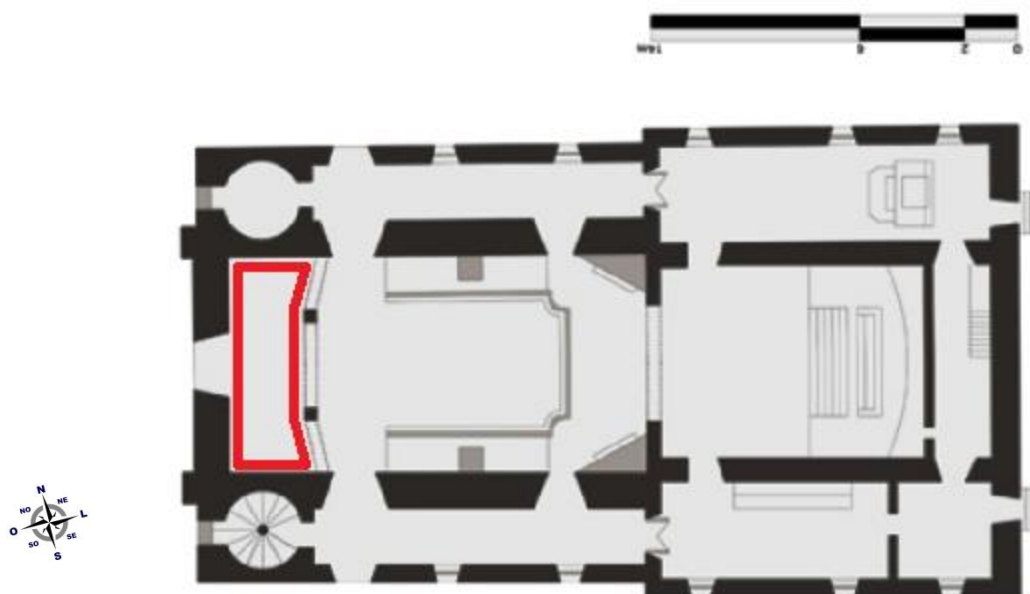


Figura 29 - Planta da capela com destaque para o Nártex em vermelho. Fonte: www.atlasdigital.com.br, acesso em 23/04/14 (com alteração nossa).

O nártex é o espaço de transição entre o exterior da capela e o interior, portanto, logo após transpassar o para-vento deparamo-nos com a nave da capela, que é o ambiente mais amplo, onde os fiéis se posicionavam para acompanhar a missa e outras atividades litúrgicas. A nave da Capela da Ordem Terceira de São Francisco possui quatro altares laterais dedicados a santos franciscanos, dois púlpitos de pedra, uma balaustrada separando os corredores laterais do centro da nave que tem o piso em tabuado de madeira rebaixado. Myriam Oliveira destaca o emprego das elevações no piso da nave: “Essas divisões tinham importante função nos tempos coloniais pois determinavam a posição dos fiéis nas igrejas.” (OLIVEIRA, 2003, p.173).

O forro branco tem ao centro uma pintura representando o dilúvio e a arca de Noé, contornada por rocalhas, elementos em “s” de cor vermelha e azul. Nos cantos do forro, atrás de um muro parapeito de arquitetura fingida, aparecem quatro papas (São Clemente

V, São Clemente VII, Santo Inocêncio III e Santo Honório), santos que se relacionam diretamente à história franciscana, detrás de seus respectivos tambores¹⁶⁴.



Figura 30 - Vista geral da nave da Capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.

A cimalha real com fingimento de mármore contorna o arco-cruzeiro que encerra o espaço da nave e direciona o olhar para o espaço principal: a capela-mor. Quatro portas ligam o eixo central aos corredores laterais, duas delas, alinhadas às portas das fachadas laterais, próximas à portada principal, e duas próximas aos altares colaterais.

Na capela-mor se encontra o principal altar, com as imagens de São Francisco de Assis no momento em que recebe as chagas do Cristo crucificado, a de Nossa Senhora da Conceição e a de São Manoel. Possui também dois santos nos camarins laterais, composição similar à do altar-mor da Capela da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de São João del Rei.

¹⁶⁴ “Tambor do púlpito: Caixa de guarda-corpo ou parapecito do púlpito, fechada e abaulada.” In: ÁVILA, 1996, p.177

O forro da capela-mor, em barrete, possui elegantes contornos em talha dourada com motivos fitomorfos. Todo esse conjunto é destacado pela luz que entra através de quatro janelas arredondadas. O altar-mor possui ainda duas portas com decoração em pedra sabão acima das ombreiras.

Passando para as áreas de mais restrita circulação, dois corredores laterais um de cada lado da nave dão acesso à diversos cômodos: sacristia, consistório e noviciado (que foi transformado em capela do Santíssimo Sacramento a partir de 1822¹⁶⁵). No piso dos corredores há um degrau de elevação em pedra a partir do qual é revestido em tabuado. As janelas dos corredores possuem conversadeiras de pedra e grades de ferro.



Figura 31 - Corredor lateral da capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁶⁵ INVENTÁRIO Nacional de Bens Móveis, 1989.

Chegando às “casas”¹⁶⁶ do fundo, “uma vez que no século XVIII cada cômodo era nomeado como ‘casa’” (SANTOS FILHO, 2010, p.40), as paredes externas se ampliam e as da capela-mor recuam proporcionando uma maior área. Ali era justamente onde ocorriam as importantes reuniões, das quais temos registro os livros apresentados anteriormente, a profissão dos noviços e a conservação dos paramentos.

3.3.1 Altares da Nave

A espiritualidade franciscana valorizou, sobremaneira, o homem comum despojado dos conhecimentos doutrinários e dogmáticos, ou seja, o leigo solteiro ou casado. Dentre os santos milagrosos venerados pela Ordem (primeira, segunda e terceira) há aqueles que se destacaram pela caridade e penitência, como: Isabel, Rainha da Hungria (falecida em 1231), São Lúcio e Santa Bona, ou ‘Os Bem Casados’ (falecidos na primeira metade do século XIII), Santa Rosa de Viterbo (falecida em 1256), São Luis, Rei de França (falecido em 1270), Santa Margarida de Cortona (falecida em 1297), São Roque (1300-1327) – que recebeu os estigmas de Cristo em sua coxa esquerda – Santa Isabel, Rainha de Portugal (falecida em 1336) e Santo Ivo Sacerdote (falecido em 1693). (CAMPOS, 2011, p.69)

Dentre os santos citados por Campos, a maioria deles é adotada pela Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana, seja para entronar os retábulos da nave ou andores nas procissões (conforme constatamos na documentação¹⁶⁷). Por uma questão de impossibilidade de acesso à maioria dos bens móveis da Ordem Terceira, que foram retirados após o fechamento da capela¹⁶⁸ para restauro, apenas analisaremos as esculturas dos retábulos, que são imprescindíveis para uma completa compreensão dos mesmos¹⁶⁹.

A maioria das imagens escultóricas encontradas na Capela da Ordem Terceira foi doada pelos irmãos terceiros nos primeiros anos após a criação da ordem, conforme pode ser constatado nos documentos em anexo¹⁷⁰.

¹⁶⁶ O termo casas é utilizado vastamente na documentação, fazendo referência a “peça ou parte do edifício, aposento” (BLUTEAU, 1712-28, v.2, p.173).

¹⁶⁷ Estatutos da VOTSFco e Livro de Termos da VOTSFco (1758-1870).

¹⁶⁸ No ano de 2012, todas as imagens da capela foram retiradas e embaladas para armazenamento enquanto durasse o restauro. Elas se encontram sob a guarda do Museu de Arte Sacra de Mariana, junto com a reserva técnica e não estão em exposição.

¹⁶⁹ Um estudo complementar sobre o tema se encontra publicado na tese de Maria Regina Emery Quites: *Imagens de Vestir* (QUITES, 2007).

¹⁷⁰ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.8v-9v.

Uma observação preliminar nos permite destacar as escolhas que dizem respeito à localização dos altares laterais. Primeiramente, notamos a predominância do feminino no lado do evangelho (com a colocação de duas santas nos camarins principais) e o masculino, no lado da epístola (aonde se expõem dois santos). Em questão de classificação social, os santos com títulos de majestade (Santa Isabel, Rainha de Portugal e São Luis, Rei de França) ocupam os retábulos mais próximos da capela-mor¹⁷¹, um de cada lado do arco-cruzeiro. Esses altares também têm uma fatura mais sofisticada e dimensões maiores que os outros dois altares da nave. Todos esses detalhes se relacionam diretamente com as intenções da Ordem Terceira e a preferência de devoção escolhida pelos irmãos terceiros, conforme exploraremos mais adiante. A seguir analisaremos as características e elementos dispostos nos quatro retábulos da nave¹⁷².

Altar de Santa Rosa de Viterbo

Santa Rosa nasceu em Viterbo poucos anos após a morte de São Francisco de Assis. Diz-se que Nossa Senhora apareceu para ela em momento de enfermidade e a curou da doença que a acometia, motivo pelo qual desde bem jovem sonhava em entrar para a ordem das clarissas. A rosa é um elemento iconográfico relativo à santa faz referência ao seu nome.

¹⁷¹ Quanto mais próximo da capela-mor, mais prestigioso é o local dentro da capela.

¹⁷² Para compreender a iconografia de cada santo será importante retomar sua história, para isso apresentamos uma breve biografia antes de analisar cada altar.



Figura 32 - Retábulo de Santa Rosa. Fonte: Acervo da autora, 2012.

Do topo de seu trono Santa Rosa veste um manto marrom com o cordão franciscano amarrado na cintura. Seu corpo é todo coberto, estando visível apenas sua face e mão direita com a qual segura uma cruz coberta de rosas¹⁷³. Ela mantém uma feição sóbria e seu

¹⁷³ As rosas atualmente são amarelas, mas existem fotografias que mostram rosas vermelhas, evidenciando que o item vai sendo renovado ao longo dos anos.

rosto está levemente inclinado para a esquerda. A tribuna do trono é pintada de azul claro imitando seda, com alguns agrupamentos de flores azuis, rosas e amarelas.

No camarim à direita da Santa fica uma escultura em madeira de Santo Antônio segurando na mão esquerda o livro sagrado sob o qual descansa o Menino Jesus e na mão direita uma cruz. À esquerda, está uma escultura de São Vicente Ferrer, conhecido como Anjo do apocalipse. A representação é de um jovem imberbe, com a cabeça descoberta de forma que vemos seu cabelo revirar na testa e ao entorno da cabeça. Veste uma longa túnica com capa e capuz, grandes asas azuis saem de suas costas. Ele aponta o dedo indicador da mão direita para o céu e com a outra mão, segura um livro.

A pintura do retábulo é bem clara e leve. Apenas um pouco de dourado contorna as pilastras, dosséis, cartela com o nome da santa e acabamentos.



Figura 33 - Detalhe da pintura do retábulo de Sta. Rosa. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Altar de Santa Isabel, Rainha de Portugal

Santa Isabel nasceu em 1274, filha de Pedro II, rei de Aragão. Ainda jovem contraiu matrimônio com o rei D. Dinis de Portugal. Apesar de privilegiada posição social, Isabel sempre se preocupou com os pobres, dedicando sua vida aos mais necessitados, ela também foi responsável pela fundação de conventos e hospitais. Após a morte de seu marido, o rei, Santa Isabel tomou o hábito franciscano e por isso tornou-se uma santa comumente venerada pelos irmãos terceiros.



Figura 34 - Retábulo de Santa Isabel, Rainha de Portugal. Fonte: Acervo da autora, 2012.

A imagem de Santa Isabel é de uma jovem em pé vestida de hábito franciscano que segura um cajado na mão direita. Sua representação é bastante modesta, ela não usa a coroa de rainha que ela foi em vida, nem trajes vistosos ou joias – ela é a personificação do desapego material. No medalhão deste retábulo, porém, está representada a coroa, símbolo de sua majestade.

Nos camarins laterais encontram-se duas santas. À direita está Santa Clara de Assis, que é a mais conhecida santa franciscana. Tendo vivido à época de São Francisco, seguiu seus passos e devotou sua vida à Igreja. Sua imagem está em posição secundária no camarim à direita da santa a quem o altar é dedicado. Pelo fato de ter destinado sua vida inteiramente à Igreja, optando por não se esposar, fica evidente que os membros da Ordem Terceira, que eram leigos com vida matrimonial, escolhessem outra santa com características mais próximas das suas para entronar o retábulo.

Já Santa Rita, que se encontra no camarim à esquerda, foi casada e teve filhos e após a morte de todos recolheu-se ao convento em Cássia, onde por diversos anos viveu com uma ferida do espinho da cruz de Cristo em sua testa. Diz-se que durante um rigoroso inverno, as videiras cultivadas por Santa Rita proveram frutos para a população esfomeada. Sua representação na capela marianense poderia estar evocando os primeiros anos da povoação da região, quando havia de fato escassez de alimentos e bens de primeira necessidade. Neste caso, a santa serviria como um apelo para que tal carestia não voltasse a atormentar a população.

O retábulo faz parte das obras entregues em 1793 por Miguel Teixeira Guimarães quando houve a aceitação da capela. Ataíde trabalharia na pintura e douramento deste retábulo entre os anos de 1795 e 1797. Santa Isabel, também é cultuada nas Capelas franciscanas de Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina.

Altar de São Luis, Rei de França

São Luis se tornou monarca ainda muito jovem, por ser um rei muito devoto, de preocupava com a aplicação dos preceitos cristãos em todos os seus domínios. Tão intensa

era sua fé que chegou a participar das cruzadas para a Terra Santa, numa das quais veio a falecer em 25 de agosto de 1270, data em que se o comemoramos. Sob seu reinado foram edificadas diversas capelas e catedrais góticas. São Luis de França é considerado por esses e outros motivos o modelo de monarca cristão.



Figura 35 - Altar de São Luis, Rei de França. Fonte: Acervo da autora, 2014.

São Luis é representado com uma vistosa capa vermelha, coroa e cetro, elementos relativos à sua posição social. Por baixo da capa, porém, está o hábito franciscano, que nos recorda de sua devoção e fé.

São Luis é uma figura comum dentre a iconografia franciscana, sendo representado também em retábulos das capelas franciscanas de Diamantina, Ouro Preto e São João del Rei. No camarim à esquerda do santo temos uma representação de São Sebastião. No camarim à direita, São Manoel.

O livro de despesas registra o pagamento da “seda e feitio do vestido de São Luis” ¹⁷⁴ o equivalente a 27 oitavas e quatro tostões no ano de 1760, ou seja, desde então a Ordem já possuía a imagem deste santo e estava investindo na sua decoração e ornamentação.

A mesa do altar (figura 37) retangular tem detalhados motivos fitomorfos pintados em dourado, em cima de branco, laranja e azul (infelizmente a tinta está muito desgastada o que dificulta sua apreciação).



Figura 36 - Mesa do Altar de São Luis rei de França. Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁷⁴ AHMI, Livro de Despesas da VOTSFco, fl. 3v.

Altar de São Roque

São Roque, desde muito novo era bastante religioso e voltado a ajudar os outros, inclusive veio a fazer votos na Ordem Terceira franciscana. Após a morte de seus pais, doou todos os bens herdados e como peregrino foi à Roma na época que uma terrível peste assolava a região. Roque serviu de enfermeiro e ajudou a tratar dos mais pobres e doentes. Ajudou a curar muitas pessoas e por onde passava a peste cessava.

Embora fosse resistente à doença, certa vez acordou com uma dor terrível, febre alta e uma ferida na perna esquerda. Rejeitado após esse evento, São Roque se recolhera para viver em isolamento, de onde recebia a visita de um cão que lhe trazia alimento, por esse motivo, o cão e a chaga na coxa esquerda são representações alusivas a esse santo.



Figura 37 - Altar de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.

No camarim central está São Roque, em sua típica representação com uma chaga na coxa e o fiel cachorro ao seu lado, a frente está a representação do anjo que teria sido mandando por Deus para interceder em nome de São Roque na cura da epidemia que assolava a região. Nos camarins laterais encontramos, à esquerda São Lázaro e à direita São Libório, santos também ligados à cura. O livro de recibos da Ordem Terceira¹⁷⁵ informa que este retábulo foi feito por Francisco Xavier Carneiro.

A respeito da invocação:

Foi relatado que segundo informações dos moradores e devotos por motivos que não se explicam, num dos altares da Igreja de São Francisco de Assis de Mariana ficou um nicho vazio por longo tempo. E não se decidia qual santo ocuparia o nicho, até que uma epidemia de varíola, na época conhecida por bexiga, assolou a região. O povo então invocou a São Roque, protetor contra peste, em especial, doenças da pele como as feridas, prometendo que se cessasse a epidemia, colocariam no nicho vazio uma imagem de São Roque, uma vez, que ele era também franciscano. A epidemia cessou e o bispo da época, juntamente com o Assistente Espiritual dos Irmãos Terceiros de São Francisco encomendou a imagem de São Roque, que veio diretamente da França para Mariana (NEVES, 2013, p.5).

A mesa do altar é retangular e possui poucos detalhes, é pintada de vermelho, laranja e branco com dois conjuntos de flores representados num fundo branco (figura 39).



Figura 38 - Mesa do altar de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁷⁵ AHMI, Livro de recibos da VOTSFco, fl.18v.-36v.

3.3.2 Elementos em pedra

Arcos

O arco-cruzeiro é um importante elemento estrutural na arquitetura religiosa. Ele garante a sustentação do teto da nave e faz a sua ligação com a capela-mor. O nome advém da sua localização no transepto das igrejas em formato de cruz latina. Fica, portanto, onde se localizaria o transepto, caso esta capela tivesse planta em forma de cruz.

Na Capela franciscana de Mariana, o arco-cruzeiro é feito inteiramente em pedra de cantaria que compõe um arco pleno. O intradorso e faces têm detalhes em faiscado. Não possui cartela acima do fecho¹⁷⁶, apenas detalhes ornamentais na pedra chave.

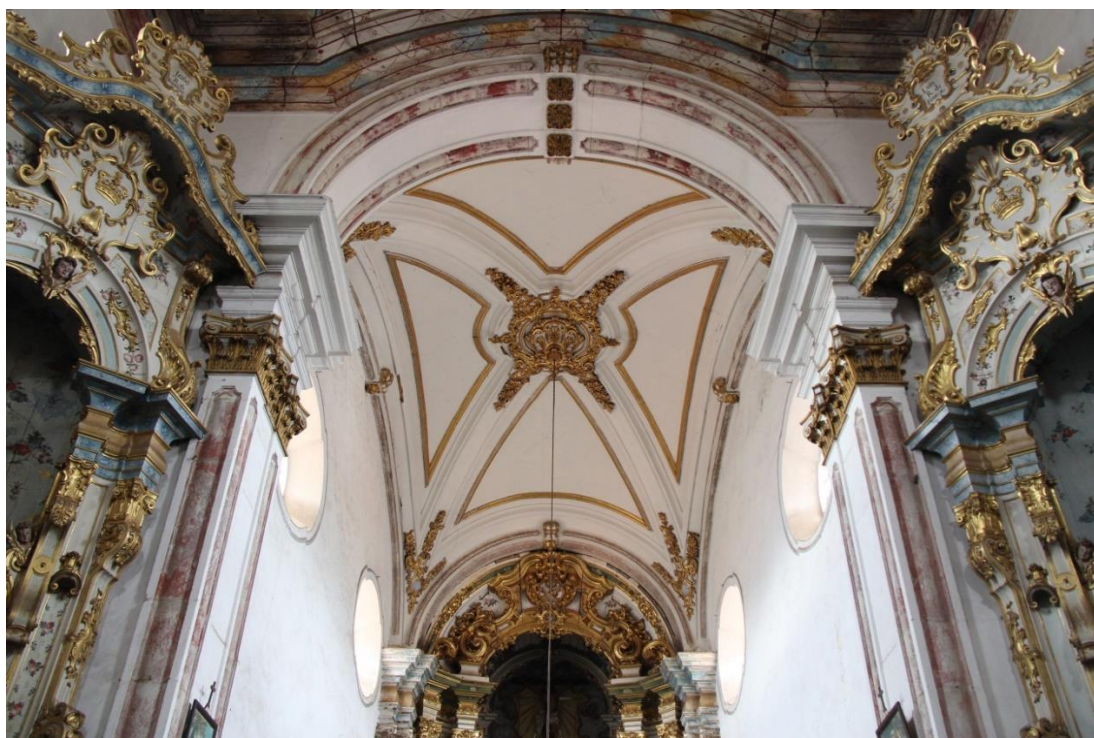


Figura 39 - Arco-cruzeiro. Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁷⁶ Como ocorre em diversas outras capelas, tais como: Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana, São Francisco de Assis de São João del Rei e a Matriz de Nossa Senhora de Nazaré em Cachoeira do Campo (distrito de Ouro Preto).



Figura 40 - Arco-cruzeiro visto de baixo. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Os arcos do coro (figuras 42 e 43) foram inserção de José Pereira Arouca nas modificações de 1783, segundo o risco original constava apenas um arco transpassando todo o vão da capela.



Figura 41 - Colunas do coro e detalhe (à direita). Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 42 - Divisão do suporte do coro em três arcos (detalhe). Fonte: Acervo da autora, 2014.

Púlpitos

Segundo o padre Bluteau, púlpito: “he nas Igrejas o lugar levantado, em que se prega a palavra de Deos” (BLUTEAU, 1712, v.6, p.823-24). Infelizmente não encontramos na documentação citação de sua utilização.

Os dois púlpitos, simetricamente localizados cada um de um lado da capela, entre as portas laterais e os retábulos de Santa Rosa Viterbo e São Roque, possuem ornamentos idênticos esculpidos na pedra sabão. O acesso se dá através de porta nos corredores laterais.



Figura 43 - Púlpito do lado do Evangelho e Púlpito do lado da Epístola

Pias

Nas paredes internas do frontispício, ladeando a portada, estão as duas pias de água benta intencionalmente na documentação para serem colocadas nas colunas do coro. Elas são feitas inteiramente de pedra com formato interno de concha, elementos circulares e acabamento afunilado.



Figura 44 - Pias de água benta. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Há ainda o lavabo feito em pedra, no corredor do lado da epístola, que foi descaracterizado ao longo dos anos com a instalação de uma torneira metálica, sua beleza, porém continua admirável.



Figura 45 - Lavabo no corredor para o consistório. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Outros



Figura 46 - Porta de acesso ao corredor do lado da Epístola. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 47 - Ornamentação em pedra do presbitério. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 48 - Ornamentação em pedra do presbitério. Fonte: Acervo da autora, 2014.

3.3.3 Pinturas

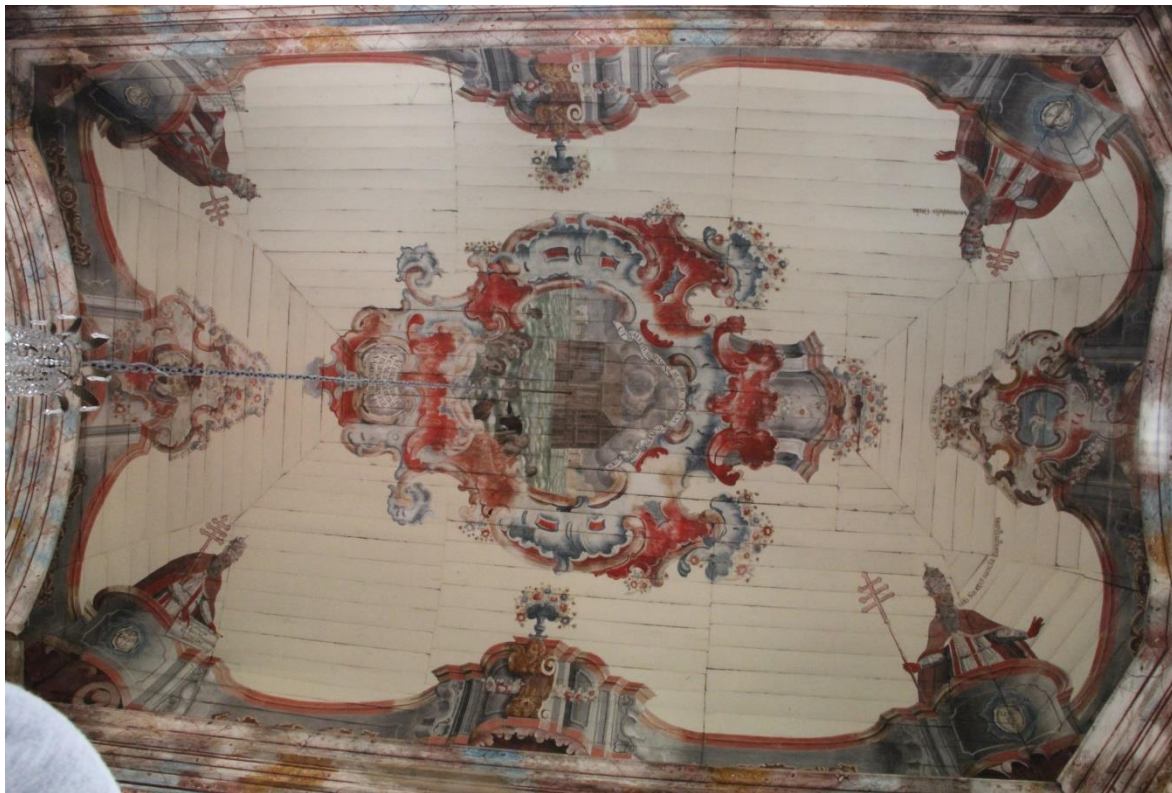


Figura 49 - Pintura do forro da nave da capela. Fonte: Acervo da autora, 2014.

A Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis tem três pinturas de forro executadas no começo do século XIX. A principal delas é a pintura do forro da nave que consiste em um medalhão central e uma pintura em perspectiva simulando um balcão ao redor do entablamento com tambores nos quatro cantos aonde se posicionam quatro figuras humanas.

Suspenso sobre um fundo branco o medalhão central é adornado por rocalhas e flores azuis e vermelhas. Destaca-se abaixo da cena principal uma fita com a seguinte inscrição em latim: “*ut salvetur semen super faciem universæ terræ genes.7.3*”. A cena representada no medalhão é composta por nuvens escuras, uma cidade ao fundo, coberta por águas agitadas e no primeiro plano várias pessoas e animais se encontram imersos na água. Ao centro da imagem, encontra-se uma imponente construção em madeira, que representa a arca de Noé (figura 51).



Figura 50 - Medalhão central da pintura da nave. Fonte: Acervo da autora, 2014.

A representação do dilúvio é bastante dramática e condiz com o espírito da contrarreforma, ao ser entendida como uma decisão de Deus em salvar algumas poucas almas e destruir todas as outras, não merecedoras de seu perdão. Tal opção iconográfica, para o forro da

nave da capela pode ser interpretada como uma forma de consolidar a percepção hierárquica dos irmãos franciscanos, frequentadores desta capela, em relação ao resto da sociedade colonial. Dessa forma, a arca de Noé faz analogia a Igreja Católica e aos fiéis franciscanos, que mesmo num lugar distante e de difícil sobrevivência, se prendem a ela em busca da salvação. A pintura de algumas pessoas abandonadas à fúria da enchente serve ainda como um lembrete das punições reservadas àqueles que não “embarcarem” na arca.

Preenchendo os cantos do forro, quatro figuras masculinas foram representadas atrás de um balcão com detalhes intermediários de flores e inscrições. O primeiro indivíduo do lado da epístola é um homem maduro, de longa barba grisalha, tem o olhar direcionado para um manuscrito que carrega em sua mão direita aonde se lê em latim: “*REGULA ET VITA Fratrum Minor Evangel DNIN ISU C/Vivendo in Obed. Et Patr (...)et ca...*”. Usa vestes brancas e vermelhas e luvas, além de uma capa bordô com detalhe dourado na lapela. Na mão esquerda sustenta uma cruz patriarcal e usa também uma coroa papal. Tal iconografia nos leva a concluir que se trata de um papa. Em específico o papa Inocêncio III – o que é reforçado pela inscrição no tambor. Santo Inocêncio III foi contemporâneo de São Francisco de Assis e é reconhecido por ter aprovado a ordem criada por este, o documento em sua mão reforça essa ideia. Sua importância significativa para esta Ordem justificaria a representação no forro da capela.

Do lado oposto (o do evangelho) outro ancião com roupas e características similares segura com a mão esquerda um manuscrito e aponta para ele com a mão direita, equilibrando entre seu corpo e braço a cruz papal. Na inscrição lemos o seguinte: “*Rursum Dimisit Columbam Ex Arca At Illa Venit Poians Fam (...) Gen 8. 10*”. No seu tambor lemos “*CLEMENTE VII*”. O próximo personagem, representado do lado da epístola próxima ao arco-cruzeiro é novamente um ancião com uma coroa papal e a cruz patriarcal. É nítido um crucifixo com três braços em seu peito, a cruz papal. Diferente dos dois primeiros papas, este tem os olhos direcionados ao horizonte e não carrega inscrição, de sua boca saem palavras em latim: “*venerabilis ordo*.”. Esta é a representação do papa Clemente V, conforme indicado pela tarja. É bastante comum a representação de fala através de palavras que parecem sair da boca do locutor. Por exemplo, nas ilhargas da capela-mor da Ordem Terceira do Carmo de Ouro Preto há diversos azulejos com letras saindo da boca dos personagens.

As pinturas no forro da sacristia, por sua vez, representam momentos da vida de São Francisco de Assis. Ambas feitas por Manuel da Costa Ataíde, foram entregues no começo do século XIX. Uma biógrafa do Mestre Ataíde escreve acerca dessas pinturas:

Estes dois painéis no forro da sacristia de São Francisco de Mariana estarão entre os mais belos trabalhos realizados pelo Ataíde. Reúnem de maneira ótima as suas mais evidentes qualidades [...] ¹⁷⁷ (FROTA, 1982, p.92).



Figura 51 - Pintura da Sacristia Francisco em Oração. Fonte: Acervo da autora, 2014.

O primeiro painel com a qual nos deparamos ao entrar na sacristia exibe a imagem de São Francisco em oração. A cena é situada em ambiente aberto, ao centro um homem de túnica e sandálias segura uma cruz. Ao seu lado estão objetos remetentes à passagem do tempo e a

¹⁷⁷ FROTA, Lélia Coelho. *Ataíde*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

penitência: uma bíblia aberta, um colar de crucifixo, uma caveira, uma ampulheta, um cilício, um chicote e uma roseira. Todos esses elementos e o homem se encontram como que abrigados em um nicho natural de pedra. Do lado esquerdo da pintura há uma pequena casa de madeira com a porta entreaberta, do lado direito e num plano posterior um lago ou rio com barcos a vela e, no plano do fundo, casas emolduradas por montanhas. Atrás do casebre surge o tronco de uma árvore antiga, de caule grosso, que em algum momento fora partido. Porém essa árvore tem novos ramos verdes e alguns pássaros pousam e voam ao redor. No canto superior direito, duas figuras angelicais estão suspensas no ar, sob uma nuvem branca. Ambas direcionam o olhar para baixo.

Essa representação expressa ao mesmo tempo um momento específico da vida de São Francisco de Assis, como reitera os valores que ele pregava e que devem ser observados pelos irmãos terceiros. Os vários elementos dispostos próximo ao santo fazem parte da iconografia franciscana de diversas outras igrejas e capelas.

Ataíde escolheu por uma configuração de tons majoritariamente terrosos para a pintura, na qual o vermelho se destaca em elementos-chave: as folhas da bíblia, a túnica de um dos anjos e as rosas (que remetem a virgem Maria).



Figura 52 - Pintura da Sacristia, São Francisco em agonia.
Fonte: Acervo de Leandro Gonçalves de Rezende, 2009.

Esta é uma representação de uma cena externa. Cercado de anjos um homem de túnica marrom e olhos semicerrados sustenta com as mãos cansadas uma cruz. Seus membros tem chagas e seu corpo parece envolto de uma chama enquanto sua cabeça recebe raios advindos de cima, aonde um anjo segura um triângulo com olho ao centro.

Ao redor o mesmo cenário da imagem anterior, com a diferença que a nuvem não mais se limita à parte superior, mas se espalha e envolve o santo. Um anjo segura uma inscrição, dois leem um livro, outro toca o violino. Ao lado de São Francisco estão elementos de martírio e referência à perenidade da vida: o cilício, o chicote, a ampulheta, uma caveira e a sagrada escritura.

Como uma sequência da cena anterior, Ataíde faz parecer que os anjos e querubins desceram do céu, para acompanhar o Santo no momento de sua morte, pois é essa cena que é representada, o momento de arrebatamento de São Francisco de Assis. Os anjos que aparecem, vestem roupas azuis, vermelhas e brancas tornando a cena mais colorida e por

consequência, mais leve e alegre que a anterior. A presença dos inúmeros anjos dá a sensação de acolhimento e serenidade o que alivia a tensão de uma cena de morte. Ataíde conseguiu, nesses dois painéis oferecer lindas representações da vida de São Francisco de Assis, que influenciariam e inspirariam os irmãos terceiros a seguir também os passos de Cristo.

Destacamos então, a forma de distribuição de temáticas nas pinturas de forro: as representações mais intimamente ligadas à Ordem franciscana se localizam na sacristia, lugar restrito e reservado. Enquanto no forro da nave a cena adotada foi a do dilúvio, uma representação mais genérica do cristianismo.

Faiscado

A técnica do faiscado consiste em uma pintura que imita a coloração da pedra, normalmente mármore. Ela foi amplamente empregada nas capelas e igrejas de Minas Gerais em especial quando não se podia construir em pedra mas desejava-se obter o efeito desta.



Figura 53 - Detalhes da pintura do para-vento. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Outra importante utilização da pintura para criar efeitos era utilizada nos retábulos. Observamos uma habilidade de representação de diversas flores e folhagens, além de imitação de seda com tons suaves e delicados nos retábulos desta capela (Figura 55).



Figura 54 - Detalhe da pintura do camarim de São Roque. Fonte: Acervo da autora, 2014.

3.3.4 Capela-Mor

Esse é o local mais privilegiado da capela, e como tal, é comum que haja uma maior dedicação aos detalhes de ornamentação, material empregado e disposição dos elementos decorativos.

A capela-mor, de planta retangular como a nave – porém menor, o piso do presbitério é de pedra. Quatro grandes janelas arredondadas permitem a entrada a luz para esse ambiente.



Figura 55 - Escadaria em pedra na capela-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.

O forro da capela-mor em barrete de clérigo tem seus contornos em talha dourada com motivos fitomorfos delimitados no centro e nos ângulos.



Figura 56 - Forro da capela-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.

Altar-mor

O sacrário de formato ovalado possui ao centro o cálice com a hóstia e ao seu redor decoração com rocalhas, querubins e símbolos eucarísticos, encimando tudo, o cordeiro de Deus repousa sobre o livro dos sete selos.

Ao centro no trono de sete degraus Cristo crucificado e São Francisco no momento do recebimento das chagas (representado por fitas vermelhas ligando os estigmas do santo às feridas de Cristo). Mais abaixo no trono está uma escultura de Nossa Senhora da Conceição, padroeira desta Capela marianense. Segundo Maria Regina Emery Quites esta invocação é representada “na capela-mor de todas as igrejas” e “É sempre uma imagem de vulto de talha inteira, dourada e policromada, ocupando o trono e podendo ainda ser encontrada em sua base, no topo ou mesmo noutro local, mas sua presença ocorre infalivelmente na capela-mor.” (QUITES, 2006, p.570).

No camarim lateral esquerdo se encontra São Francisco da Penitência, segurando uma caveira numa mão – representação da perenidade da vida - e uma cruz na outra. Do lado direito São Domingos que segura um livro aberto.



Figura 57 - Altar-mor da capela. Fonte: Acervo da autora, 2009.

O retábulo da capela-mor foi executado por Luiz Pinheiro de Souza¹⁷⁸ entre os anos de 1776 e 1778, com acréscimos posteriores de Francisco Viera Servas.



Figura 58 - Altar-mor (detalhe). Fonte: Acervo da autora, 2014.

¹⁷⁸ INVENTÁRIO, 1989, v.8.

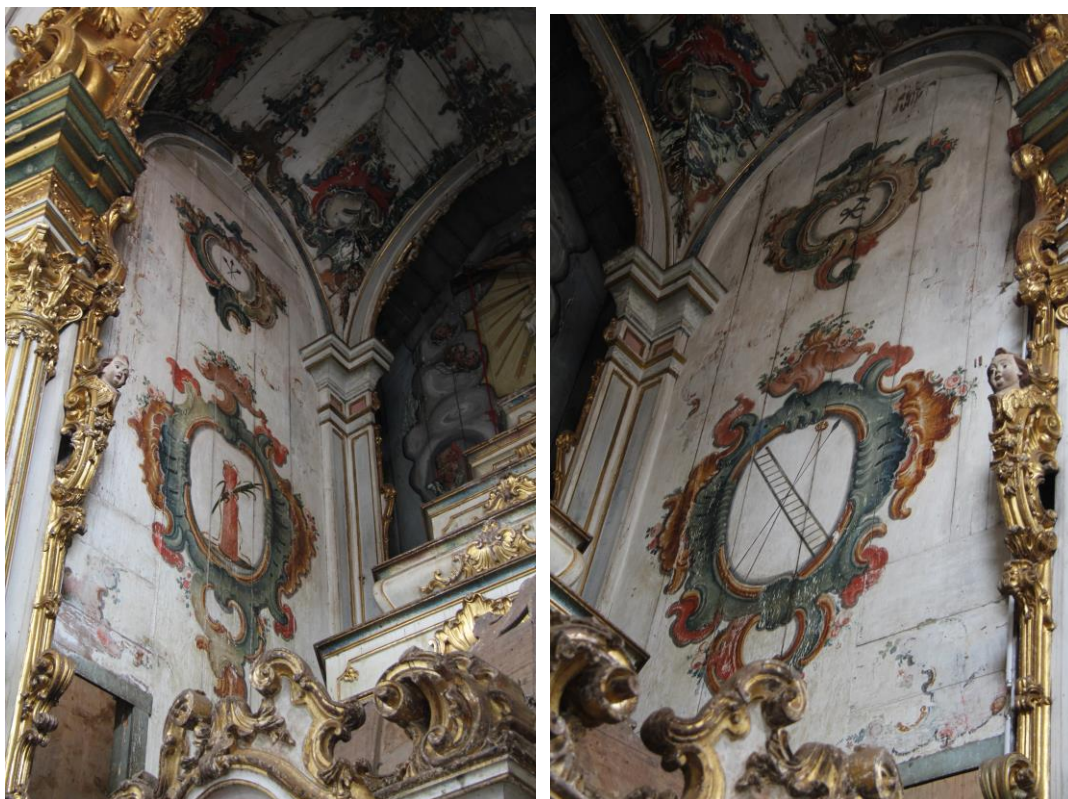


Figura 59 - Pintura no camarim do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 60 - Arremate do arco do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.



Figura 61 - Sacrário do altar-mor. Fonte: Acervo da autora, 2014.

3.4 Outros



Figura 62 - Interior da torre, escada de acesso. Fonte: Acervo da autora, 2014.

A escada de madeira espiralada é o meio de acesso à torre da capela. Feita pelo mestre José Pereira Arouca, ela foi entregue junto com as outras obras concluídas em 1793, conforme consta na documentação¹⁷⁹.

O coro, presente na maioria das capelas de grande porte, foi primeiramente planejado para ter apenas um arco, mas o mestre Arouca, ao perceber que tal projeto não era viável na prática, logo tratou de adaptá-lo, inserindo duas colunas de pedra-sabão para distribuir o peso. Tal modificação repercute em todo o espaço, pois a quebra se reproduz novamente na arcada superior, formada por pilastras de madeira.

A capela do Santíssimo Sacramento foi um espaço readaptado com o passar do tempo. Possui retábulo e forro elaborados já em meados do século XIX, em estilo muito diferente do restante da capela. Sua fatura posterior, acompanhando os modismos da época explica as diferenças estilísticas.

A pintura do forro exibe a imagem de Nossa Senhora em meio a anjos e querubins. Uma arquitetura fingida sustenta o medalhão central envolto por rocalhas, festões e flores. As cores predominantes são o cinza, azul e vermelho.

O retábulo é simplificado seguindo o estilo neoclássico em voga no século XIX. Possui duas inscrições em latim nos intercolúnios laterais¹⁸⁰. Em cima do altar um sacrário em forma de caixa retangular é decorado com elementos fitomorfos. Ele é encimado por uma cúpula e coruchéu. Tem também, ao centro a representação de um hostiário com uma cruz no meio da hóstia.

¹⁷⁹ AHCSM, Livro de Termos da VOTSFco, fl.112-113.

¹⁸⁰ “*Caro mea vere/ est cibus &/ sanguis me/ us vere est/ potus*” e “*qui man/ducat meam car/nem, e bibit me-/ um sanguinem,/ in me manet, &/ ego in illo*”



Figura 63 - Capela do Santíssimo. Fonte: Acervo da autora, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação para desvendar os trâmites da construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana começou com um grande impasse: a condição das fontes documentais. O precário armazenamento dos documentos, infestados e se perdendo, além de chocante, evidenciou a importância da preservação dos mesmos e da divulgação do seu conteúdo, motivo que nos incentivou a inserir as principais transcrições em anexo.

Após a análise inicial dos livros da Ordem, percebemos a diversidade de informações passíveis de serem obtidas nesse material, algo que só seria possível com a sua preservação. Acreditamos ter contribuído para sua longevidade com a intermediação da transferência e acompanhamento da desinfestação e higienização dos documentos que ocorreu no primeiro semestre de 2012 no Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana.

Uma vez garantido o suporte físico de nossas fontes, pudemos mergulhar nas folhas da história e desvendar variados aspectos do cotidiano da Ordem franciscana. A pesquisa acerca da construção da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis nos revelou diversos detalhes acerca do universo da arquitetura religiosa no século XVIII e relações entre os encomendantes e arrematantes, conforme exploramos no segundo capítulo dessa dissertação. A análise dos documentos redigidos pela Ordem ao longo da segunda metade daquele século elucida cada intenção e restrição impugnada pelos mesários em prol da construção, o que nos permite uma análise de seu comportamento.

O atento observar das decisões e escolhas feitas pela mesa administrativa da Ordem Terceira, contraposto às normas, Estatutos e Regra franciscana, evidencia a quebra com diversos dos fundamentos dessa mesma Ordem. Embora fosse pregada a obediência, observamos diversos momentos de transgressão. Ao mesmo tempo em que preconizavam a humildade, se buscava garantir posição social e honorários dentro da ordem, seja em vida ou após a morte.

Em contrapartida, a intensa atuação de diversos irmãos muitos anos seguidos demonstra a intensidade da fé e dedicação que eles tinham para com a ordem, mesmo que fosse na ânsia de alavancar seu próprio *status*. Observamos que, uma vez adquiridos papéis destacáveis na associação, os irmãos trabalhavam vigorosamente para o sucesso da mesma, muitas vezes até o momento de sua morte. O que nos levou a deduzir que a participação na Ordem Terceira além de um mecanismo de inserção e valorização social correspondia às necessidades de devoção e fé de cada indivíduo temente a Deus.

Notamos ao longo desta pesquisa como a posição social era de vital importância para os irmãos terceiros, que constantemente buscavam garantir destaque e crédito por seus feitos. Condizem, portanto, as representações dispostas no interior da capela, adaptadas a esse perfil dos irmãos terceiros. As escolhas iconográficas para a Capela da Venerável Ordem Terceira demonstram as preferências dos irmãos leigos, dentre as diversas devoções possíveis no universo religioso em geral e franciscano em específico. Os santos e santas venerados nesta capela mantem uma relação inerente com o perfil dos irmãos terceiros, reforçando a função da Ordem Terceira e demonstrando a adaptabilidade da religiosidade em terras mineiras.

FONTES

AHCSM – 1º ofício, Livro de Registros de testamento, nº44, fl.62v. (1794) – testamento de Miguel Teixeira Guimarães.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA; feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Dom Sebastião Monteiro da Vide (1707). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. 730p.

ESTATUTOS MUNICIPAIS DA ORDEM TERCEIRA DO SERAFIM HUMANO GLORIOSO PATRIARCHA SÃO FRANCISCO DA CIDADE DE MARIANA. Que por comum consentimento de toda a ordem se mandarão fazer aprovados e corrigidos pelo M. R. O; Ex Custódio Frei Ignácio da Graça, ministro provincial da nossa Província do Rio de Janeiro no ano de 1765. Cópia transcrita por Maria das Dôres Moraes Almeida. Mariana: Casa Setecentista, 1957.

Mariana. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Livro de Termos (1759-1870). Atualmente no AHCSM.

Mariana. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Livro de Entrada e Profissão. (1758-1823). Atualmente no AHCSM.

Mariana. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco. Livro de Recibos (1788-18??). Atualmente no AHCSM.

Mariana. Arquivo da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Livro de Despesas (1759-1805). Atualmente no AHMI.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Célio Macedo. *Artistas e irmãos: o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, USP, 1997.

ALVES, Celio Macedo. *Das pompas barrocas à interioridade Rococó; arte e sociedade na 2a.metade do setecentos mineiro*. Tese (doutorado em história social) FFLCH-USP, 2002.

ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. *Arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro: plantas, fachadas e volumes*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1999. v2.

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo, Experimento, 1993.

ANJOS, Paulo Roberto Versiani dos. *Metáforas de pedra; a retórica da representação plástica da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto*. Dissertação (Mestrado em Letras) Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, 2002.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil; por suas drogas e minas*. Edições do Senado Federal, 2011. v.160. 282p.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. *Os artífices do sagrado e a arte religiosa nas Minas Setecentistas; Trabalho e vida cotidiana*. Tese (doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. *Imagem e persuasão: ensaios sobre o barroco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte Como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ÁVILA, Affonso (Org.). *Barroco: Teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Companhia Brasileira de metalurgia e mineração, 1997. (coleção stylus, 10)

ÁVILA, Affonso, GONTIJO, João Marcos, MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro; Glossário de Arquitetura e Ornamentação*. 3ª. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 232p. (Coleção Mineiriana)

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. 4v. Disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/13496> acesso em: 12/01/2014.

BAETA, Rodrigo Espinha. *O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. Salvador: EDUFBA, 2010. 368p.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A arte do urbanismo conveniente: O decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. 2003. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *A maravilhosa fábrica de virtudes: o decoro na arquitetura religiosa de Vila Rica, Minas Gerais (1711-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 2013.

BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. São Paulo: Record, 1983.

BARBOSA, Gustavo Henrique. *Associações religiosas de leigos e sociedade em Minas colonial; Os Membros da Ordem terceira de São Francisco de Mariana (1758-1808)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Minas Gerais.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 10/01/2012

BOSCHI, Caio César. *O Barroco Mineiro; Artes e Trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder; irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Caio César. *O cabido da Sé de Mariana (1745-1820); documentos básicos*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Editora da PUC Minas, 2011.

BOXER, Charles. *A idade do Ouro do Brasil: dores do crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio; o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. Tese. FAU-USP. 2003

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil Colonial*. Organização de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CAETANO, Daniele Nunes. *Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto: Teatrum Sacrum*. 169f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

CALDEIRA, Altino Barbosa. *Mapeamento do Acervo Arquitetônico e Histórico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte: IPHAN-SAMARCO, 2006.

CALDEIRA, Altino Barbosa. *The conservation of historic cities and architectural heritage in Brazil, with particular reference to the state of Minas Gerais and the city of Mariana*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Sheffield, Inglaterra, 1997.

CALDEIRA, Junia Marques. *A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade*. 434f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALDEIRA, Junia Marques. “A praça colonial brasileira”. In: *Universitas: Arquitetura e Comunicação Social*. V.7, p. 19-39, 2010.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: Editora C/arte, 2011.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “As Ordens terceiras de São Francisco nas Minas Coloniais: Cultura artística e Procissão de Cinzas”. In: *Estudos de História (UNESP)*. Franca, v. 6, n. 2, p. 121-134, 1999.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *A vivência da morte na Capitania das Minas*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Cultura artística e calendário festivo no barroco luso-brasileiro: as Ordens Terceiras do Carmo”. *Revista Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, nº2, p. 99-109, 2003.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “Irmandades mineiras e missas”. *Varia Historia* - UFMG, Belo Horizonte, n.15, p.19-27, mar. 1996.

CAMPOS, Adalgisa Arantes (org.) *Manoel da Costa Ataíde*. Aspectos históricos estilísticos, iconográficos e técnicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. 249 p.

CAMPOS, Adalgisa Arantes, FRANCO, Renato. “Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiro: disputas por precedência em confrarias mineiras.” *Revista Tempo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, julho 2004. Vol. 9, num 17, pp.1-23

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. *A procissão de Cinza dos Terceiros Franciscanos na Bahia*; uma expressão religiosa, pedagógica e barroca no mundo colonial. Campinas, SP: *Librum*, Navegando, 2012.

CELANO, Thomás de. *Vida de São Francisco de Assis*. Disponível em: http://franciscanos.org.br/?page_id=3235, acesso em: 19/10/14

CHAVES, Cláudia. *Perfeitos negociantes*: Mercadores das Minas Setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999, 184p.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos*; Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1990.

CÓDICE Costa Matoso. Coleção de notícias dos primeiros descobrimento das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999 (coord. FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida & CAMPOS, Maria Verônica.) 2 vols.

COSTA, A. G. *Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2009. 292 p.

DANGELO, André Guilherme Dornelles. *A cultura arquitetônica em Minas Gerais e seus antecedentes em Portugal e na Europa*: arquitetos, mestres-de-obras e construtores e o trânsito de cultura na produção da arquitetura religiosa nas Minas Gerais setecentistas. 4 vol. 2006. 951 p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

DEL BRENNA, Giovana Rosso. “Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço Colonial”. In: *Revista Barroco*, Belo Horizonte. n°12 p.141-145, 1982.

DELSON, Roberta Marx. *New towns for colonial Brazil*; spatial and social planning of the eighteen century. Ann Arbor: UMI, 2002. 212p.

DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal. Disponível em: http://www.snpcultura.org/historia_religiosa_portugal_e_dicionario_historia_religiosa_disponiveis_consulta.html. Acesso em: 29/12/2013.

DONADIO, Fábio. *Cadernos de Ofícios*: Pintura. FAOP: Ouro Preto, 2008. v.6.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*; investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sussekind: Prefácio Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERREIRA, Maria Clara Caldas. *Representações acerca da estética da Capela da ordem Terceira de São Francisco da Penitência em Mariana*. Monografia (Bacharelado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFOP. 2005.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas*; manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 6000p. (Publicações Técnicas; nº53)

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O antigo regime nos trópicos*; dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Prefácio de A.J.R. Russel-Wood. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FROTA, Lélia Coelho. *Ataíde*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1982.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei*; espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 731p.

FONSECA, Cláudia Damasceno. “A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: algumas considerações”. In: *Termo de Mariana*. História e Documentação. Ouro Preto: EDUFOP, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*; a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARDNER, George. *Travels in the interior of Brazil*, principally through the Northern provinces and the gold and diamond districts, during the years 1836-1841. Boston: Milford House Inc., 1973. p. 508-09

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Monumenta. *Manual de Conservação de Cantarias*. 2000. 43p.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Mariana*, Minas Gerais – Imagens/pesquisa, Maria da Graça Soto Queiroz; Érika P. Machado. – Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2008. 64p. (Imagens).

INVENTÁRIO Nacional de Bens Móveis e Integrados. Módulo 2 – Região de Mariana, v.8 – Igreja de São Francisco de Assis. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN/Pró-memória, jan/1989.

ITINERARIO geográfico com a verdadeira descrição dos Caminhos, Estradas, Rossas, Citios, Povoações, Lugares, Villas, Rios, Montes, e Serras, que há da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro, composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilha, 1732. In: REVISTA BARROCO, nº4, 1972.

LOPES, Francisco Antônio. *História da construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1942.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

LE MOS, Carlos A. C. “O caso do barroco mineiro”. In: *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. pp.76-101

MARTINEZ, Socorro Targino. *Ordens Terceiras: Ideologia e arquitetura*. Salvador: gráfica Universitária UFBA, 1979. 356p.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974. 2v. (Publicações do IPHAN, 27).

MARTINS, William. *Membros do corpo místico*. Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c. 1700-1822). São Paulo: Edusp, 2009.

MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980. 151p.

MATOSO, José (dir). *Patrimônio de origem portuguesa no mundo; América do Sul*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2010. v.III

MENEZES, Ivo Porto de. “José Pereira Arouca”. In: *V Anuário do Museu da Inconfidência*. 1978. pp. 59-96

MENEZES, Ivo Porto. *Manoel da Costa Athayde*. Belo Horizonte, Escola de Arquitetura, UFMG, 1965. 148 p.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Morfologia das cidades brasileiras; introdução ao estudo da iconografia urbana”. In: *Revista USP*. São Paulo: p.144-155, julho/agosto, 1996.

MIRANDA, Selma Melo. *A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009. 300p.

MIRANDA, Selma Melo. *Arquitetura da Capela Mineira do Século XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ USP. 2002.

MIRANDA, Selma Melo. “Modificações de Projeto na Igreja Setecentista Mineira – Revendo Alguns Casos”. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, nº17, p. 251-257, 1993/96.

MORAES, Juliana de Mello. “As associações religiosas enquanto espaços de poder: as famílias paulistanas e a ordem terceira de São Francisco (século XVIII)”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Coloquios, 2008, pp. 457-471.

NEVES, Maria Agripina. “Aspectos folclóricos nas festas religiosas em Mariana, MG”. In: ANAIS ELETRÔNICOS DO XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. Florianópolis, 2013.

NOLASCO, Ney. *Cadernos de Ofícios: Alvenaria*. FAOP: Ouro Preto, 2008. v.3

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. “Arquitetura da mineração nos estados de Minas Gerais e Goiás”. In: BICCA, Briane E. B. e BICCA, Paulo R. S. (org.). *Arquitetura na formação do Brasil*. 2ª ed. Brasília: UNESCO/IPHAN, 2008. p.126-158.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. “Barroco e Rococó na Arquitetura Colonial Mineira”. *Revista IAC*, Ouro Preto, v.2, n.1, p.13-19, 1994.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 2v. (Roteiros do Patrimônio; 10)

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. 342p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. “Uma percepção estética do barroco e do rococó: igrejas de Nossa Senhora do Pilar e São Francisco de Assis de Ouro Preto”. *Revista do IFAC*, Ouro Preto, nº3, p. 4-9, dez. 1996.

PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, Urbanismo e Topografia em Ouro Preto no século XVIII*. 2000. 237f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

PEREIRA, Carlos Alberto, LICCARDO, Antonio e SILVA, Fabiano Gomes da. *A arte da cantaria*. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

PEREIRA, Fernando António Baptista. *História da Arte Portuguesa; época moderna (1500-1800)*. Universidade Aberta: Lisboa, 1992.

PESSOTTI, Luciene, RIBEIRO, Nelson Pôrto (org). *A construção da cidade portuguesa na América*. Rio de Janeiro: Editora PoD, 2011.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida Domingos. *Confrades do Rosário*; sociabilidade e identidade étnica em Mariana Minas Gerais (1745-1820). Dissertação (Mestrado em História) UFF, 2006.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/diccionario/edicao/3>> acesso em 27/11/13.

PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes Editores, 1998.

QUITES, Maria Regina Emery. “As imagens escultóricas das Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil: um contraponto entre o programa iconográfico em Minas e no litoral.” In: *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, 2006. Disponível em: <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Maria%20Regina%20Emery%20Quites.pdf> acesso em: 10/09/2012, pp.569-81.

QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de vestir*: revisão de conceitos através de estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas no Brasil. Tese (doutorado em história) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2006.

RAMOS, Adriano Reis. “Francisco Vieira Servas; o grande artista português do barroco mineiro.” Disponível em: <http://www.grupooficinaderestauro.com.br/publicacoes/francisco-vieira-servas-o-grande-artista-portugues-do-barroco-mineiro.html>, acesso em: 24/10/2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999 (cadernos do LAP, 30).

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*; introdução ao estudo do comportamento das irmandades de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFGM, 1963. 143p. (Estudos, 1)

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*; introdução ao estudo do comportamento das irmandades de Minas Gerais no século XVIII. 2ª. Ed, ver ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANTOS, Antônio Fernando Batista dos. “La pintura decorativa en el arte colonial de Minas Gerais: el rococó en el interior de las iglesias” In: *Los tejidos labrados de la España del siglo XVIII y las sedas imitadas del arte rococó en Minas Gerais (Brasil)*. Análisis

formal y analogías. Tese (Doutorado em Conservação e Restauo de Bens Culturais) Universidade Politécnica de Valência. Valência, 2009. pp.511-88.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SANTOS, Paulo Ferreira. *Subsídios para o estudo da arquitetura religiosa em Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Editora Kosmos, 1951.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *A matriz de Santo Antônio em Tiradentes*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010. 320p.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/edicao/2>> acesso em 27/11/13.

SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. 2007. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SMITH, Robert Chester. *Arquitetura colonial*. Rio de Janeiro: Livraria Progresso, 1955.

TAVARES, Filipe Miguel. (adaptado por A. Costa). *Glossário de Termos da Arquitetura Civil*. Portugal, 1998. Disponível em: http://www.arkitekturbo.arq.br/dicionario_da_construcao_-_andre_costa.pdf acesso em: 21/11/2014.

TERMO DE MARIANA: História e documentação, Mariana, Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

TETTEROO, Frei Samuel. “Subsídios para a história da ordem 3ª. de São Francisco em Minas”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*.v.6e7, 1947.

TIRAPELI, Percival. *Igrejas Barrocas no Brasil*. Ed bilíngue. São Paulo: Ed Metalivros, 2008. 334p.

TRINDADE, Jaelson Bitran. *A produção da arquitetura nas Minas Gerais na Província do Brasil*. Tese (doutorado em história social) FFLCH-USP, São Paulo, 2002.

TRINDADE, Raimundo (Cônego). “A igreja de São Francisco de Assis de Mariana”. In: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943. p.57-77

TRINDADE, Raimundo (Cônego). *Instituições de Igrejas no bispado de Mariana*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

URIAS, Patrícia Daniele. *Edificar em Minas Gerais no século XVIII; a cultura das oficinas de construções religiosas luso-brasileiras*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2013.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Mariana e seus templos (era colonial) 1703-1797*. Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner LTDA., 1938.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Sylvio de Vasconcellos: Arquitetura, Arte e Cidade: textos reunidos*. Organização de Celina Borges Lemos. Belo Horizonte, BDMG Cultural, 2004.

VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca; Mestre pedreiro e carpinteiro*. 2ª. Ed. Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.

VILLASCHI, Juca. *Caderno de Ofícios: Cidade*. Ouro Preto: FAOP, 2008. v.2

SITES

<http://www.arquitetosassociados.arq.br/>

<http://www.atlasdigitalmg.com.br/>

<http://www.arkitekturbo.arq.br/>

<http://www.mariana.org.br/>

www.portaldopatrimoniocultural.com.br/

<http://www.vot.com.br/>

GLOSSÁRIO

Acrotério: Pequeno pedestal geralmente sem ornato, colocado no frontão ou em platibandas como suporte de cruz, de estátuas ou outras peças escultóricas. In: ÁVILA, 1996, p.125.

Adro: Pátio externo descoberto fronteiro às igrejas, antigamente cercado ou murado; pode ser plano ou escalonado. In: TAVARES, 1998.

Água do telhado: Cada uma das superfícies inclinadas da cobertura, que principia no espigão horizontal (cumeeira) e segue até a beirada. In: TAVARES, 1998.

Alfaia: val o mesmo, que movel, & adereço de casa, como bancos, cadeiras, bosetes, tapetes, tapeçarias, alcatifas&c. In: BLUTEAU, 1728, p.239 v.1

Alicerce: Maciço de alvenaria enterrado que recebe a carga das paredes da construção. In: TAVARES, 1998.

Alvenaria: Conjunto de pedras, de tijolos ou de blocos – agregado ou unido com argamassa ou não – que forma paredes, muros e alicerces. In: TAVARES, 1998.

Andor: Suporte de madeira, com varais de segurar, e geralmente ornamentado, no qual se transportam imagens nas procissões. In: AVILA, 1996, p.126

Arquivo: He o lugar em que se guardão papeis, ou titulos de huma familia, ou de huma comunidade. In: BLUTEAU, 1728, v.1, p.476.

Assentar: Resolver & determinar. BLUTEAU, 1728, v.1, p.601.

Balaústre: Pequena coluna ou pilar em metal, madeira, pedra ou alvenaria que, alinhada lado a lado, sustenta corrimãos e guarda-corpos. In: TAVARES, 1998.

Barrete de clérigo: Abobada formada por quatro triângulos curvilíneos, cujos vértices se encontram num ponto central. É as vezes chamadas simplesmente barrete. In: AVILA, 1996, p.25.

Boca da tribuna: Abertura da tribuna do trono em um altar ou retábulo. In: AVILA, 1996, p.132

Bretanha: Lençaria fina de Bretanha. In: PINTO, 1832.

Camarim: Vão, por cima ou na parte interna do altar-mor ou dos altares laterais. In: ÁVILA, 1996, p.133

Cambráia: Lençaria muito fina de Cambráia. In: PINTO, 1832.

Cantaria: “A técnica de cantaria consiste em lavrar a rocha em formas geométricas ou figurativas para aplicação em construções, com finalidade ornamental e/ou estrutural.” In: PEREIRA, 2007, p.15

Carnação: Pintura cor de carne aplicada na parte desnuda do corpo das imagens. In: AVILA, 1996, p.135

Cimalha: Parte superior da cornija. Saliência ou arremate na parte mais alta da parede, onde assentam os beirais do telhado. In: TAVARES, 1998.

Cirial: Tocheira de círio. In: PINTO, 1832.

Cirio: Vela grande de cera. In: PINTO, 1832.

Clero secular: “[...]é aquele que vive no século, ou seja, em permanente contato com os fiéis”. In: CAMPOS, 2011, p.35.

Consistório: Sala localizada geralmente na parte posterior das igrejas, no piso superior, acima da sacristia, onde se reuniam os religiosos. In: AVILA, 1996, p.33

Conversadeira: Assento construído ao lado da janela, rasgada por dentro logo abaixo do peitoril. As conversadeiras podem ser de madeira, de cantaria ou da própria alvenaria da parede. In: ÁVILA, 1996, p.33

Cornija: Conjunto de molduras que serve de arremate superior às obras de arquitetura. In: TAVARES, 1998.

Coro: Balcão situado por cima da porta central de entrada da igreja, destinado a abrigar os cantores em cerimônias religiosas. In: AVILA, 1996, p.34

Cunhal: Ângulo externo e saliente, formado por duas paredes convergentes, podendo ser de madeira, pedra ou massa, conforme o sistema construtivo adotado. In: AVILA,, 1996, p.34

Damasco: Seda de labores, entre tafetã, & raso, assi chamado, porque a invenção veyo da Cidade de Damasco. In: BLUTEAU, 1728, v.3, p.6

Dossel:Armação saliente, em trabalho de talha e com bordas franjeadas, que forma como que um pequeno teto incorporado ao camarim ou tribuna do trono de um retábulo. In: ÁVILA, 1996, p.141

Empena: Cada uma das duas paredes laterais onde se apoia o pau da cumeeira nos telhados de duas águas; cada uma das faces dos frontões. In: TAVARES, 1998.

Epístola, lado da. Lado direito do interior da igreja, visto da entrada principal em direção ao altar-mor. In: AVILA, 1996, p.40

Evangelho, lado do. Lado esquerdo do interior da igreja, visto da entrada principal em direção ao altar-mor. In: AVILA, 1996, p.42

Faiscado: Pintura à imitação de mármore. (Também chamado de fingimento de pedra; mármore fingido) In: AVILA, 1996, p.147

Forro: Teto ou revestimento interno da parte superior dos quartos de uma construção. In: AVILA, 1996, p.43

Frontispício: Fachada principal. Frontaria. In: AVILA, 1996, p.45

Frontão: O arremate triangular do encontro entre a parede e duas águas da cobertura. In: TAVARES, 1998.

Guarda-corpo: Grade ou blastrada de proteção usada em balcões, janelas, sacadas ou varandas. In: TAVARES, 1998.

Homília: [...]veio a ser o mesmo que pratica ou sermão ao povo. In: BLUTEAU, 1728, v.4, p.49

Lâmina: Folha de cobre, ou pedaço de qualquer metal, estendido, plano, & pouco alto. In: BLUTEAU, 1728, v5, p.29

Louvação: Parecer ou laudo expedido pelo louvado designado para avaliação de determinada obra. In: AVILA, 1996, p.60

Louvado: Pessoa designada, por autoridades ou partes contratantes, para examinar e avaliar o exato cumprimento das condições estipuladas para uma obra de construção ou trabalho similar e a respectiva execução. In: AVILA, 1996, p.60

Marchetar: Incrustar, embutir ou aplicar peças de madeira, marfim ou outros materiais em trabalhos de marcenaria, formando desenhos ou adornos. In: AVILA, 1996, p.157

Massame. 1. Argamassa simples, de cascalho, terra e cal, para receber o assentamento de pisos de pedra ou ladrilho. 2. O material resultante da demolição de uma construção. In: AVILA, 1996, p.62.

Mesa de consciência e ordens: Tribunal creado pelo Senhor D. João III para fins declarados no seu Regimento. In: SILVA, v.2, p.293

Noviciado: Parte ou anexo de um edifício religioso onde se recolhem ou reúnem os noviços de uma ordem ou confraria. In: AVILA, 1996, p.65

Ordem Terceira: Terceiros seculares são aqueles que, vivendo no século, debaixo da direção de alguma ordem, e conforme o espírito da mesma, se esforçam por adquirir a perfeição cristã de uma maneira acomodada à vista do século sejam as rezas para elas aprovadas pela Sé Apostólica. In: SALLES, 2007, p.49.

Palácio: Casa grande, e nobre, de boa traça, e bons edifícios. In: SILVA, v.2, p.384.

Pluvial. (Termo das Rubricas da Igreja.) Deriva-se do Latim *Pluvia*, que quer dizer *Chuva*, & he a vestidura Sacerdotal, que vulgarmente chamamos *Capa de Alperges*. Foy chamada *Pluvial*, porque Se leva nas procissicoens fóra da Igreja, & he defensivo da chuva. In: BLUTEAU, 1728, v.6, p.554

Procissão: Uma procissão é uma forma pública, mais ou menos solene, de louvor, súplica, penitência ou agradecimento, dirigida a Deus directamente através de Cristo, ou indirectamente através da Virgem Maria ou dos santos. In: DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, v.P-V, p.67.

Provisão: Patente, alvará, ou titulo, com que alguém he provido em algum Beneficio, ou officio. In: BLUTEAU, 1728, v.6, p.808.

Quaresma: É a quaresma, no calendário litúrgico, um período de 40 dias que começa na quarta-feira de cinzas e termina no Sábado, anterior ao Domingo de Páscoa. Trata-se de um período de preparação de abstinência e jejum, para a plena vivência da Páscoa. In: DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, v. P-V, p.86

Retroz: Fios de seda torcidos. In: BLUTEAU, 1728, v.7, p.310

Reverendo: Titulo honorifico, que se dá a Ecclesiasticos, assim Seculares, como Regulares, Reverendissimo se dá a Cardeaes, a Abbades, & Geraes de Ordens Religiosas, &c. In: BLUTEAU, 1728, v.7, p.314.

Risco: Desenho. Prospecto ou plano de uma construção, um retábulo ou alguma outra obra. In: AVILA, 1996, p.82

Sacristia: Comodo da igreja em que se guardam os paramentos e mais objetos do culto. In: AVILA, 1996, p.83

Sé: Sé é a igreja catedral ou igreja-mãe de cada diocese. In: DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, v. P-V, p.192,

Secular: que não diz respeito às questões religiosas

Sinodo. Deriva-se da partícula Grega *Syn*, cum & *odos*, *caminho*; porque *Synodo*, he hua junta de pessoas Ecclesiasticas, que de diversos caminhos concorrem a hum lugar deputado

para as suas conferencias. *Synodo* antigamente respondia a Concilio Ecumenico. In: BLUTEAU, 1728, v.7, p.820.; Os sínodos diocesanos [...] eram assembléias que congregavam o clero de um arcebispado, ou bispado, convocados pelo respectivo prelado, com o intuito de se avaliar o estado da vida religiosa, a situação clerical e de se proporem medidas de actuação nesses domínios. In: DICIONÁRIO de história religiosa de Portugal, v. P-V, p. 240.

Sitial: Banco ou genuflexório com paramento e almofada, destinado nas igrejas a pessoas de maior distinção. In: AVILA, 1996, p.175

Sodalício: Sociedade de pessoas que vivem juntas. In: PINTO, 1832, p.125.

Tribuna do trono: Vão ou abertura ao centro do retabulo, onde fica o trono para exposição de imagem, crucifixo, etc. O mesmo que camarim. In: ÁVILA, 1996, p.176

Vintém: Moeda de prata, que vale vinte réis. In: SILVA, v.2, p.825.

Voluta: Ornato enrolado em forma de espiral, em trabalho de talha ou escultura em pedra [...]. In: ÁVILA, 1996, p.181.

ANEXOS

A- Listagem dos documentos do Livro de Termos relativos à construção da capela:

Folha	data (d/m/a)	título do termo e/ou assunto
fl.2	09/09/1758	Termo que se faz para o bom governo da nossa ven. Ordem 3 ^a . da Penitência respectivo aos irmãos vivos e defuntos
fl.6	28/03/1759	Cópia da carta acerca da fundação da ordem*
fl.7v.	26/09/1759	Termo que se faz de aceitação da Imagem de N. Sr. ^a da Conceição Aparecida e das esmolas que lhe pertencem porque de [tudo] faz doação o [Irmão] Miguel José [Rabelo]
fl.8	27/08/1759	Doação de 590\$00 feita por José Dias Penido*
fl.8v.-9v	30/02/1760	Termo que se faz da [aceitação] [ilegível] andores, imagens [ilegível] outras que fez que os nossos caríssimos irmãos [doavam para esta] Ven. ^{el} Ord. 3 ^a da Penitência
fl.13v.	09/?/1760	Lançamento do livro de termos*
fl.21	05/07/1761	Termo que se faz sobre a determinação de se erigir casa própria
fl.22	06/09/1761	Termo que a mesa mandou fazer da acertação da compra do palácio velho p. ^a casa própria desta Ven. ^{el} ordem
fl.22v.	25/09/1761	Termo que a mesa mandou lavrar a respeito de se lançar provisão de ereção por despacho de S. Ex.ca para a feitura da cappela desta Ven. Ordem
fl.23v.	13/11/1761	Termo que a mesa mandou fazer em meza de 13 de novembro de 1761 a respeito da transladação da Ven. Ordem e suas imagens para a nova capela
fl.24v.	03/01/1762	Termo que a Ven. mesa manda fazer nesta mesa de 3 de janeiro de 1762/ (despesa com a obra da capela)
fl.26v.,27	25/02/1762	Determinações da mesa de 25 de fevereiro de 1762/ (sobre riscos para a construção da capela)
fl.27, 27v.	07/03/1762	Determinações da mesa de 07 de março de 1762/ (escolha da pessoa para assistir o preparo do risco)
fl.27v.,28	25/03/1762	Determinações da mesa de 25 de março de 1762/ (novo risco feito por José Pereira dos Santos)
fl.31, 31v.	06/06/1762	Determinações da mesa de 6 de junho de 1762/ (pagamento pela obra da nova capela)

fl.32	30/07/1762	Determinações da mesa de 30 de julho de 1762/ (Participação da O.T. do Carmo e Arquiconfraria de S. Fco no jubileu)
fl.32v	08/08/1762	Determinações da mesa de 8 de agosto de 1762/ (condições da obra da capela)
fl.33v	11/08/1762	Termo que esta Ven.Ordem manda lavrar em mesa de 11 de agosto de 1762/ (acerto da obra de pedra e cal com o irmão José Pereira Arouca)
fl.35v	03/10/1762	Sem título/ (dinheiro devido para comissário é investido na obra)
fl.41	07/02/1763	Relativo à Procissão de Cinzas e participação obrigatória dos irmãos*
fl.45	07/08/1763	Termo que se fez na mesa de 7 de agosto de 1763 a respeito do dia descriminado para se assentar a primeira pedra no alicerce do nosso templo
fl.46	14/08/1763	Termo de nomeação da pessoa que há de lançar a primeira pedra na nova capela desta Ven. Ordem
fl.47-48	15/08/1763	Termo que se faz sobre a formalidade com que se lançou a primeira pedra do novo templo
fl.64	02/06/1765	Termo que se faz na mesa de 2 de junho de 1765 sobre a demolição das casas [mistuas] a capela desta ordem e juntamente dos rosários para se distribuir no domingo de Razoura
fl.65v.- 66	01/12/1765	Termo de mesa que se fez em o primeiro de dezembro de 1765 anos em que se assentou que se fizesse Procissão de Cinza – e se levantasse o corpo da capela
fl.66	05/01/1766	Termo de doação que faz nosso caríssimo Irmão Miguel Duarte de Oliveira a esta Ven. Ordem das coisas abaixo expostas/ (doação de cruces e objetos para capela)
fl.66v.	02/02/1766	Termo da Mesa que se fez em 2 de fevereiro de 1766 em que se determinou no paredão que se ha de fazer para segurança destas casas fossem na frente da rua os portais de pedra de cantaria
fl.68	03/08/1766	Termo de mesa que se fez em 3 de agosto de 1766 em que se determinou se mandasse aos Irmãos Presidentes cada um em sua presídia para digo ordem para nomear Irmãos e estes pedissem para os fiéis esmolos para a ereção do novo templo
fl.70	03/05/1767	Termo da mesa de 3 de maio de 1767 em que se manda fazer o quarto pagamento ao Mestre da obra José Pereira Arouca e mais acréscimos que constam de um rol que fica no arquivo

fl.70v.	06/09/1767	Termo da mesa de 6 de setembro de 1767 a respeito do pagamento da nova capela
fl.72	04/12/1768	Termo da faculdade e permissão concedida pela mesa ao N. Ir. José Pereiea Arouca e seu sócio Antônio Fernandes de Oliveira para efeito de levantar uma rancharia para comodo seu e da sua fábrica na forma seguinte
fl.75-76	10/12/1769	Termo que a mesa mandou lavrar sobre o acrescentamento de três palmos na largura da sacristia e noviciado
fl.76, 76v.	04/02/1770	Termo que se mandou lavrar sobre o preço de acrescentamento de três palmos de largura na sacristia e noviciado
fl.79 (canto)	25/09/1772	Declaração/ (pagamento da obra ao Mestre Arouca)
fl.85v.	06/02/1774	Pedido de auxilio à O.T. do Carmo para Procissão de Cinzas*
fl.86v.	05/06/1774	Termo de mesa de 5 de junho de 1774/ (pagamento à Arouca)
fl.87	23/10/1774	Termo de Mesa de 23 de outubro de 1774/ contratação de carpinteiro para porta principal e janelas
fl.88v	29/04/1775	Termo por onde se determina que o nosso Reverendo Padre Comissário e os mais Ir. que foram escolhidos saíssem [ilegível] da nossa congregação a pedir esmolas para as obras, com autoridade para poderem lançar habitos e fazer procissões
fl.89	02/09/1775	Termo que se fez de declaração da conta de receita, despeza que se fez o anno de 1774, para [ilegível] as somas em dias
fl.91	14/08/1777	Ajuste da festa de S. Fco. a se realizar na capela velha
fl.92	09/12/1777	Termo de mesa pelo qual se faz aceitação da capela-mor, sacristia e Casa do noviciado ao mestre da mesma José Pereira Arouca
fl.94v.	11/01/1778	Termo do dia mês e ano em que esta ven. Ordem entrou para nova capela e em que se benzeu/ (6/12/77)
fl.97v.	03/12/1780	Conserto das casas vizinhas a capela p/ uso da Ordem*
fl.98v.	04/02/1781	Doação e venda de casas para Patrimônio da Ordem*
fl.98v., fl.99	20/06/1781	Termo pelo qual se determinou se continuasse a causa contra a [ilegível] Arquiconfraria do cordão e que se obrigasse o Mestre da obra a continuá-la
fl.102, 102v.	01/06/1783	Termo pelo qual se deu nova forma ao frontespício da capela e arco do coro
fl.109v., 110	16/01/1791	Termo em que se determina que esta Veneravel ordem supra com o que faltar para pagamento do forro do

		corredor da capella que a seu cargo tomou mandar fazer N. C. Ir. Domingos José de Miranda e que o Ir. Procurador possa mandar fazer o goarda pó do Altar de Sta. Roza e tirar a madeira para a porta principal e travessar da Nossa Capela
fl.111	14/08/1793	Termo de doação que fez o [Rd.mo João] Borges [Coelho] do relógio de parede e aceitação que a Mesa faz da dita doação na forma abaixo expressada
fl.112-113	12/10/1793	Termo de entrega que faz o N. C. Ir. Miguel Teixeira Guimarães das obras que tem feito nesta capela e cortinas umas por ordem desta mesa e outras sem ela a sua custa e esmolas o que melhor se vê abaixo declarado
fl 113v -115	19/03/1794	Termo que se fez por ordem da Mesa sobre aceitação da Capela desta Ven. Ordem 3ª feita pelo N. C. Ir. o Alferes José Pereira Arouca e ajuste dos acréscimos e diminuições que houveram na dita obra como melhor se vê neste termo declarado
fl.115v.,116	08/07/1794	Portas principal e lateral*
fl.116v.	12/10/1794	Termo pelo qual foi detreminado que se assentassem as portas e que depois se procedesse a louvação na forma do termo folha 115
fl.117,117v	18/11/1794	Termo pello qual forão Eleitos os Irmãos ministro Miguel Teixeira Guimarães e o Irmão vice ministro Antônio Gonçalves da Motta e os mais abaixo declarados para ajuste do douramento do altar mor e reforma do trono
fl.117v.,118	14/12/1794	Douramento do retabulo*
fl.120, 120v.	05/09/1795	Novo sino*
fl.120v.,121	13/09/1795	Douramento do altar de St ^a . Isabel*
fl.126	15/01/1797	Termo pelo qual se deliberou em assentar-se a porta que deu o nosso Caríssimo Irmão José Pereira Arouca pela esmola a esta ordem uma porta que vai para o quintal
fl.129, 129v.	21/01/1799	Termo pelo qual se ajustou a fatura do trono, portas e janelas da Capela
fl 130, 130v.	18/03/1799	Termo pelo qual se ajustou ao acrescentamento do Adro
fl. 134	12/03/1801	Termo pelo qual se determinou a reedificação e conserto das casas
fl.137v.,138	28/10/1803	Termo pelo qual se mandou [<i>ilegível</i>] no rebaxe da rua e testada desta Ven. Ordem pelos motivos abaixo
fl.139v.,140	14/12/1804	Aceitação da obra de Athaide*
fl.140v.	03/02/1805	Acerto de contas*
fl.141	03/02/1805	Chafariz da ordem*
fl.143,143v.	25/10/1807	Pintura e douramento dos altares*

fl.144	04/10/1809	Chafariz, encanamento, horta*
fl.146	09/03/1811	Termo sobre a diminuição das mesadas e anuais*
fl.147v.,148	14/08/1812	Janelas*
fl.157v.,158	20/02/1822	Revog. de douramentos*
fl.167 e 174		Revisão dos Estatutos*
fl.169,169v.	23/10/1825	Tapavento*
fl.170	16/03/1826	Tapavento*
fl.207v.,208	28/08/1870	Conserto do adro da capela*

*Documento não inserido nos anexos por impossibilidade de transcrição completa devido ao estado de conservação, temática não relacionada à construção ou data posterior ao recorte cronológico.

B- Transcrição diplomática dos documentos citados

Em relação aos documentos apresentados nesta pesquisa, todas as transcrições foram feitas por nós, exceto os Estatutos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Mariana. Quanto ao formato, optamos por atualizar a grafia nas citações em meio ao texto para facilitar a leitura e compreensão, contudo, inserimos neste anexo as transcrições completas mantendo a grafia original para uma análise mais minuciosa. As palavras entre colchetes determinam dúvida de transcrição, com as nossas inserções sublinhadas. Quando ilegível, foi escrito entre colchetes e itálico (ex. [*ilegível dois nomes*]). Palavras escritas juntas foram separadas e palavras separadas foram unidas conforme as normas gerais de paleografia. A formatação acompanha a estrutura do documento, cada linha equivalente a uma linha no original.

Livro de Termos, fl. 2-3:

Termo q se faz p.^a o bom governo
da noSsa [Ven.^{cl}] Ordem 3^a. da Peni-
tencia Respetivo aos Irmãos Vivos
e [defuntos]

Anno do naSimento de NoSo Senhor Jezus Christo de mil e Se-
tesentos sincoenta e oito. Aos nove dias do mez de Agosto do dito an-
[no]. Esta hé a primeira meza q Se fez neste noSo consistorio da
Capella da Glorioza [Senhora de S. Anna] desta cidade Marianna [on-]
de Se erigio a nova congregação da Veneravel Ordem terceira da Peniten-
cia [pelo] noSso Muito Reverendo Padre ComiSsarioVizitador [Geral] [ilegível]
de o mesmo prezidio, e o Reverendo ComiSario Luciano Pereyra da Costa, ca-
ro da Santa Sé, e o Senhor Irmão Ministro o Goarda mor Jozé da Sylva
Pontes, e Vice Ministro o Capitão João da Silva Tavares e os mais Irmãos
abaixo aSinados; e ahy depois de [invocar] o Divino Spirito [Santo] com
[as fraçoens] para iSo [apontadas] expoz o noSo Muito Reverendo ComiS-
Sario [Vizitador], que devia esta Congregação estabelecerse em tudo o que se-
[ilegível] de observar; como tambem tem [Sufragio] de miSas pelos Ir-
maoz Vivos, e defuntos e aSentarão todos, que atendendo ao principio des-
ta congregação, e a falta do Patrimonio [que] tem Se [diceSem] todas as Seman-
nas trez neSas pela Salvação doz Irmãos Vivos, e defuntos, e que as de-
via o Reverendo Padre ComiSario, as [Sextas, Sabados], e Segundas feiras me-
menos [nas precedentes] as [Segundas] Domingaz de cada mez, que então Se-
rão neste [proprio dia] P.que advertião, e querião que a MiSa do Sabba-
do foSse dita em Louvor da Imaculada Conceyção da Virgem Maria noS-
sa Protectora, pela paz, e aumento desta Ordem, e pela Salvação dos
Irmãos Vivos, e defuntos, e pelas almas do Purgatorio. Asentouce maiz
que por cada Irmão que daqui em diante falece-se Se [diceSem nesta] Ca-
pella de S. Anna em quanto não [tivermos] caza propria Vinte MiS-
sas da maneyra Seguinte: [ilegível] o noSo Irmão Secretario em [Rol] em que
dise. todo o [Reverendo] Sacerdote noSo Irmão terceiro que quizer dizer
miSa pela alma de noSo Irmão o Diga, e se [a faz] neste papel [para]
Selhe pagar, e porá por algarismo o [nº] das miSas para que oz Sacerdotes
que as forem dizendo e Se vão aSinando em hú daquelles n.^{os} até se acabar
e completas que Seirão as miSas o Irmão Secretario levará o Rol [ilegível]
do o ao [irmão] Sindico para pagar a esmolla dellas [aos Reverendos e Sacer-]
dotes, e guardará o Rol que lhe Servirá de [ilegível] das contas que der [ilegível]
dem; isto É o que de prezente quizemos Se obrserve em quanto Não
houver mayor Rendimento, porque CreSendo este, Se aumentarão
os Sufragios com [ilegível c. 6 palavras] governar, e todas
ditas miSsas Se pagarão em oitavas de Ouro Tambem Se [aS]

Se aSentou que em agradecimento ao trabalho que tem o noSo Re
Verendo comiSario Se lhe dará todos os annos [ilegível] mil reis, ficando o fora
que dão os Irmãos quando [Recebem] o habito e profição p.^a a mesma Ordem
tambem se asertou em Meza, que o Irmão Ministro dará de esmolla se
[Senta] mil reis, Vice Ministro Sincoenta, o Secretario, o Procurador [vinte]
[ilegível] dara Sincoenta mil reis, os Irmãos Sacristaens, Serão abri
[gadas] amas q a Igreja [ilegível] todas [as funções] da noSa Ordem, e por iSo não
[ilegível] vinteins de cada Irmão que tomar o habito e
profissar E todos [os Irmãos] profeSsos e filhos desta congregação oz que
a ella se quizessem congregar pagarão todos de anual tres quartos de ouro
que os Irmãos prezidentes terão cuidado de cobrar nos termos em que [ilegível]
[ilegível] nesta [Veneravel] Ordem darão duas oitavas e meya de ouro [de]
[Vez] [ilegível] conto, [Bentinho], cordão, compendio, muSica, Vella, e an-
da [ilegível] [os que] profeSarem darão quatro oitavas e hú quarto de ouro, em que
entra meya oitava da patente que ha de Receber o Irmão Secretario, fi=
cando para a Ordem a [despeza] do mes Patente. E porque Segundo a noSa Re
gra no oitavario de defuntos, ou de finados, se manda fazer officio, e Sufragios
pelos Irmãos deffuntos, e o não poSamos fazer, aSim por não termos
ainda Patrimonio para isso; como tambem por [acuzar] [ilegível] por devoçoens
queremos que no oitavario se digão vinte miSas pelos Irmãos [defuntos]
[ilegível] Rol na [Sacristia] da maneira que dito temos E [ilegível]
[por carencia] de tempo tem mostrado o grande prejuizo que Vem da Ordem
noz era util repartir o acreSimo e [az dispezas] em Sufragios, e obras pias Q
não podemos já detreminar em quanto não [tivermos] casa propria e
Irmãos que he preciso para a consagração da noSa veneravel ordem
por cujo motivo aSentamos, que de tudo o hedito [pode na mesma] houverão
Se pagarão primeyro todas as despesas que Se fizerem, e o Seguido a
creSimo que fizer, serão [conservados] na ordem para [aplicação] do que
melhor convier Tambem queremos Se aceitem todos aquelles
que [ilegível] o noSo Santo habito Sendo peSoas de bons costu
mes virtuosos, e christãos velhos, e sem macula, e que tenham com [ilegível]
[ilegível] e satesfação oz encargos da Ordem porem se for velho
de Sincoenta annos não Se aceitará [Som.^{te}] q dalhe de hua esmolla q
[ilegível] para pagar os Seos Sufragios; poez por Razão natural não
verá [ilegível] Ordem, fazendoSe Credor doz Sufragios desta
[ilegível] que algum Irmão desta noSa congregação alegue [a q]
[ilegível] em pobreza não pagara anuaes; maz sim a Ordem terá cos
[ilegível] Caridade e semos [ilegível] dando habito, e enterro, como se lhe
fizera deSe, para que nesta [Resplandeça] a caridade, que qaes o noSso
[Santo] Padre haja entre nós. Porém Se nesta cidade, o Seo [term]
morrer algum Irmão noSo terceyro de qualquer congregação
[a] não Se tinha [apresentado] a esta contando evidentemente
que he filho de noSo Santo P. S. desta terceyra Ordem, quere-

queremos Seja enterrado, como Irmão desta congregação aSim não Som-
mos obrigados a fazer lhe Sugrafiros de miSsas, [a Saber] [elle] deixar com que Se
lhe fação. Louvemos tambem Se goarde nesta noSa congregação o Louva
vel costume de algumas outras, e vem a Ser que nesta noSsa ordem em [comu]
nidade acompanhar os filhos dos noSsos Irmãos terceyros se os [quizerem] enter-
rar na noSa capella, e não em outra, este se entende emquanto [ilegível]
idade de tomarem o noSo Santo [habito] que Será até [ordenarmos], e dahy [em diante]
não Seremos obrigados a acompanhalos em comunidade; e Somente [dos noSsos dign-]
nos Irmãos [Sendo] Sepultados Na noSa capella [e não] [ilegível] [em outra]
algua Igreja. E como tudo quanto a que aSentou ser útil [ilegível]
no que tinha [anotaido] de todos noSos CariSimos Irmãos, Ordenamos que [ilegível]
primeyro acto de [comunidade] que Se [fizer] nesta Capella, mandará o noSso
Reverendo ComiSsario Viz. ler este [ilegível] como tambem Se lerá no dia das Elei
coens anuaes, para que com o Regra não esqueSa o [quanto] [ilegível]
de Se detreminou para o bom Regimen da noSa Veneravel Ordem não [So-]
mente desta Congregaçãõ; e por verdade tudo mandamos fazer este termo
em prezença do Muito Reverendo Padre Mestre Frey Manoel do Livramento
ComiSario Vizitador Geral das Ordens terceyras das Minas, que a levou
Com o noSso Reverendo ComiSsario, o Senhor Irmão Menistro com
todos os mais Irmãos abaixo aSinados e eu Francisco Soares de Araujo
Secretario actual desta veneravel congregação o escrevi e tambem aSi-
ney

Manoel do Livramento

Comm.^o viz.^r g

Luciano Pereyra da Costa

Comm.^o

João da S.^a Tavares

Vice Min.^o

F.co Soares de Ar.^o

Secrtr.^o

Jozé p. de Barros

Sind.^{co}

Fr.^{co} da Cunha Souza

Vigr.^o

Thomé Glz dos Santos

Defindor

[Jozeph] da S.^a Pontes

Min.^o

João [Machado]

Jozé Glz de Faria

dfr.

[Rúbrica]

[ilegível] ventura Coelho

An.^{to} Glz da [ilegível]

Diffdr.^o

Livro de Termos, fl. 7v e 8:

Termo q se faz de aceytação da Imagem
de N. Sr.^a da Conceyção apparecida e das
esmolas q lhe pertencem porq de [tudo] faz
doação o [Irmão] Miguel Jozé [*ilegível*]

Aos vinte dias do mês de [Julho] de mil, e setecentos e cincoenta e nove
e sendo no concistório desta V.^{el} Orde 3^a. da Penit.cia onde estado prez.^{te} a Meza do Def-
finitorio com [*ilegível*] Miguel Jozê Rabelo e por ele foy d.^o q havia doado
alguas esmolas [*ilegível*] de N. S. da [Conceyção] apparecida as quaes entregou ao
nosso [Irmão] Jozê Duque, como [*ilegível*] p [*ilegível*] sua Ex.^a R.^{mo} assim
[*ilegível*] das m.^{as} p.^a [*ilegível*] de hua [*ilegível*] colocado
[*ilegível*] da Glorioza S. Anna onde se acha erecta a nossa V.^{el} Congregação, a quem
[*ilegível*] de esta entrega e faz deyxção da d.^a Imagem p.^a [*ilegível*]
[*ilegível*] [capella], como sua q fica se [*ilegível*] hoje p.^a todo sempre [*ilegível*] as esmolas
[deste]
[*ilegível*] e todas forã entrega o d.^o nosso Irmão Jozê Duque e o nosso
Irmão Sindico Jozê Pr.^a de Barros p.^a e efeyto de se despedesen [*ilegível*]
pela V.^{el} Ordem e estando [*ilegível*] assim [*ilegível*] em virtude a consessão de S. Ex.^a Rd.^{ma}
[com]
[*ilegível*] faz acertação da mesma Imagem Sr.^a da Concey-
ção: abayxo de sua proctecção se erigio esta V. Congregação; e outroSim disso mais o d.^o
devoto q lhe se obrigava [*ilegível*] com efeyto obriga a entregar nesta V.^{el} Meza todas
e quaesquer esmolas e a [*ilegível*] adquirir por sua devoção de hoje em diante
p.^a se dispenderem no seu [então] e a [couza] q determinar este [definitorio] qual mandou
[fazer este] termo, q [assignou] nesta m.^a o d.^o devoto, [*ilegível*] da referida deyxção q fez
[*ilegível*] como [*ilegível*] o nosso Irmão, Luis Joze Duque sobre a entrega
q se obriga a fazer de todas as esmolas ao nosso Irmão Cindico e nesta conformida.^e se obriga
[*ilegível*] a cumprir e guardar interyram.^{te} o asima expressado, sem q em [*ilegível*]
posão reclamalo por haverem feyto e aceytado as referidas obrigaçoens de hua e outra
p.^{te} da suas [*ilegível*] sem [constrangim.^{to}] de [pessoa] alguma, e quere q [assim]
tenha se devido efeyto e haja de [*ilegível*] p.^a sempre e eu Francisco Soares
de Araujo secretario actual o sobrescrevi e asiney
Miguel Joze [Rabelo] Luiz Joze Duque
[Luciano] Per.^a [da Costa] Thezoreyro
[CommiSsario]
[*ilegível vários nomes*] [Cap.^m Joze da S.a Tavares]
vice Min.^o
Fran.^{co} Soares de Ar.^o

Thomas Jozê de oliveir.^a
Prod.^{or} g.^{al}
Thomé Glz dos Santos
Deffen.^{dor}
Fr.^{co} da Cunha e Souza
Vig.^r

Secretr.^o
Jozê Per.^a de Barros
síndico
Paulo de Souza Mag.^{es}
Defenidor

Livro de Termos, fl. 8v-9v:

Termo q se faz da [aceitação] [ilegível]
Andores, Imagens [ilegível] outras q fes
q oz noSsos CariSsimos Irmãos [doavão]
[p. esta] Ven.el Ord. 3^a da Penitencia

Aos trinta dias do mez de Fever.^o de mil e sete centos e sesenta
[ilegível] sendo no consistorio da Ven.el Ordem 3. Honde estavam
[Prezentes a] Meza do Deffinitorio, ahy compareSserão os noSsos
Amados e cariSsimos Irmãoz, q concorrerão p.a o mais plauzi-
vel culto, q esta ven.el Ordem [estaria] a fazer p. o N. [S. P.]
S. Fran.^{co} em q quarta fr.^a de cinza na procissão da mesma p.a
a qual aSistirão [ilegível] [com] Andores, imagens, [em atoz]
[ilegível] este a d.^a procissão, [ilegível] [algumas] peS
Sas p.^a a Ven.^{el} Ordem como melhor e [destintam.^{te}] se lera expres
[ilegível] na forma q [ilegível] contribuição referida, e [ilegível]
Tudo q [ilegível] fazer [ilegível] doação q esta Ven.^{el} Ordem
[ilegível] descrevendo o seo p.^a se
[ilegível 1 linha]
[ilegível] Muito R.^{do} Comm.^o
[ilegível] lhe havia dado, e doado p.^a
[ilegível] damasco encarnado, com
[ilegível] e bem assim maiz
[ilegível] esta com colhe

[ilegível] de Ouro ; e OutroSy húm Andor [ilegível]
magem da Santa Izabel Rainha de [Portugal] esta de Roca [com]
Seo habito de [ilegível] [corpo] de ouro, [ilegível] touca [Veu e lapela]
de [ilegível], outo Rozas de Seda, e quatro [ilegível] pertencentes ao
S.^o Andor

E pelos noSssos m.^o amados Irmãos Men.^o, Vice
Men.^o, e Secretario [actuais] foy tambem d.^o q eles avião dado,
e doado p.^a a mesma Ven.^{el} Ordem hum Andor de [madeira] com
trez Imagens feitas de [Roca] a saber = N. S. P. S. Fran.co [com]
a Regra o S. Luiz, e Santa Bona Vista q cada hú com Seo [ilegível]
[ilegível] e quatro [ilegível] de d.^o Andor

Damos [ilegível] d.^o pelos [amados e car]
riSsimos Irmãos definidores o D.^{or} Paulo de [ilegível]
Thomaz Gonçalvez [dos Santos] Bras Mor.^a de [S. Payo] [ilegível]
[ilegível] havião dado, e doado p.^a esta Ven.^{el} Ordem hú [ilegível]
Com Imagem de [S. Roque] vestido com tunica [ilegível]
[ilegível] contas do [Romr.^o] de S. Thia
Go [ilegível] hum Anjo, [ilegível]
[ilegível] tudo de [ilegível] de Roca

Na mesma conformid.^{de} foy também [d.^o]
[pelos] noSsos CariSsimos Irmãos Jozé Dias [Penido] Mi
guel Teixr.^a Guim.^{es}, Ant.^o Alz. Vr.^a Pedro [ilegível]
Faria, M.^{el} Mor.^a da S.a João Ferr.^a Faya, Jozé [Fran.co]
Rib.^{ro}, M.^{el} Teixr.^a Ribr.^o, q elles uniformem.^c havião
dado, e doado a esta Ven.^{el} Ordem hum [Andor] de madeira
com armazão da mesma Suas Imagens e quatro [ilegível]
zos de ferro: hua Imagem do [culto] de [S.^m. sebastião?]
[encarnada], e estofada, com hua coz e bandr.a e trez lanças,
e o [ilegível] de Roca hua Imagem de S. Dom.os feita de
Roca encarnada, com [Seo] habito, e hum Anjo também
de Roca e encarnado

[Compreende] tambem do [nossos]
CareSsimos Irmãos Dom.^{os} Lopes [ilegível] o alf.^{ez} [Mel]
[ilegível] João Alz [Vieira] An.^{to} [ilegível]
Por elles foy d.^o q [havido] dado e doado a esta Ven.^{el} Ordem
Hu andor de Madr.^a [ilegível] com [quatro] [ilegível]
[mado] da mesma Madr.^a [ilegível]
[ilegível] feitas de tafetá [ilegível]
P. S Fran.^{co} hua figura [ilegível]
[ilegível 1 linha]
tudo feito [e acabado] [ilegível]

[ilegível] irmãoz [encarnados]
 [ilegível] não [haver demais] Irmãos q na prez.^e Haviao
 [ilegível] pela contribuição de q os mencionados [ilegível]
 [ilegível] [uniformem.^e] por todos em Meza q de suas livres vontades e sem constraguim.^{to} de peSsoa alguma dimitiao [doar]
 toda a poSse [ilegível] q [ilegível] referidos bens tinhao
 a quem [ilegível] os transferião [ilegível] doação a esta Ven.^{el} Ordem
 [ilegível] faça o que bem [ilegível] como seus q são e fica
 [ilegível] p.^a todo sempre e desta sorte logo pela meza do
 Deffinitr.^o foy d.^o q aceitavão todos os referidos bens p.^a
 delles tratarem como proprios p. são e ficão sendo que
 [ilegível] e p.^a q assim se [estabeleça] a todo tempo
 [se mandou] fazer este termo, q huns e outros se obrigao a com
 [prir] agoardando inteiram.^e [como nelle] se contem por Suas peS
 soas todos prez.^{es} e futuros e não [ilegível] em tempo al
 gum perde nem seos [ilegível] [procuradores] testamentr.^{oz}
 [ilegível] constar a verd.^e expendida se fez este tr.^o q todos aSi-
 narao e eu Fran.^{co} Soares de Ar.^o Secretr.^o q sobrescrevi e tambem aSignei

Luciano Per.^a da Costa
 Comm.^o
 [ilegível] Soares de Ar.^o
 Secretr.^o
 [ilegível] Mor.^a de S.Payo
 Difinor
 Paulo de Souza Mag.^{es}
 Definidor
 Joze Glz de [ilegível]
 Definor
 Miguel Tx.^a Guim.
 [ilegível] de Alm.^{da}

[Man.] da S.^a Soares
 vice M.^o
 Thomas Joze de oliveir.^a
 proc.^{or} g.^{al}

 Fr.^{co} da Cunha e Souza
 vig.^{ro}
 [ilegível]
 definor

 An.^{to} Alz Vir.^a

Livro de Termos, fl. 21:

Termo que se faz sobre a determinação de
se erigir casa própria

Nos 5 dias do mez de julho de 1761 sendo no consistorio da
noSsa ven.^{el} ord. 3^a. se propos em Meza o q.^{to} hera util destinarse
lugar p.^a se irigir caza propria, e a votos da Meza se detreminou
uniformemente o lugar em q~ se acha o Pallacio Velho em q~ Reze
dio S. Ex.^{ca} R.^{mo} por ser mais conveniente p.^a o augm.^{to} e conserva
ção da noSsa congregação, e nesta conformid.^{de} se ellegeo pellos
mesmos votos ao N. Car.^{mo} Ir. vice Men.^o Mig.^{el} Teyx.^{ra} Guim.^{es}, que
aceytou o encargo do expediente nr.^o p.^a efeyto de ajustar o d.^o
Pallacio na [forma] que achar ser mais conveniente com toda
a segurança p.^a o tempo futuro, porq~ do seu [distinto] zello confia=
mos tudo p.^a o melhor acerto dos interecez desta ven.^{el} ord, e em
Meza nos comonicará o ajuste que fizer p.^a se lavrar termo na for=
ma [que parecer] conveniente, e p.^a [firmeza] do referido se mandou
fazer este termo que todos aSsinamos e eu Fran.^{co} Soares de Araujo
ex secretr.^o da ven.^{el} ordem por auz.^a do actual o sobrescrevi aSinei

Luciano Per.^a da Costa
CommiSr.^o
Fran.^{co} Soares de Araujo
Ex secretr.^o
Paulo de Souza Mag.^{ez}
Definor
Mig.^l [ilegível] de Ar.^o
Definidor
Pedro de Alme.^{da}
Definidor

Joze Dias Penido
Ministro
Clem.^{te} [S.^a] da Mota
Po.^r gal
An.^{to}. Alz vir.^a
Defindor
An.^{to}. Frr.^a de Az.^{do}
Definidor
Luiz Lopez Martins
V. Gr.^l

Miguel Teixeira Guimarães
vice M.^{no}
Paulo Rodrigues Ferreira
Sindico

Livro de Termos, fl. 22:

Termo q a meza mandou fazer da aSertação da compra do
pallácio velho p.^a caza propria desta Ven^{el} ordem

Aos seis dias do mes de setembro de mil e setecentos e seSenta e hum
nesta cid^e Marianna e consistorio desta Ven^{el} ordem por noSo cariSimo
Ir. Vice Menistro Miguel Teixr.^a Guim.^{es} foi ditto q uzando dos poderes
q esta meza lhe dera na forma do termo retro tinha feito a compra
do Pallacio velho por preco e q^{tia} de sete mil cruzados pagos em sin-
co annos e meyo [os] pagam.^{tos} a saber quatrocentos mil reis pagos
dentro de seis mezes se antes não chegar [a frocta] e dahi Sinco pagam.^{tos}
os pr^{os} quatro de quinhentos mil reis cada hum e o quinto de quatro
centos mil [reis] com cujas q.^{tas} [se prefaz] a de sete mil [cruzados]
o q esta meza devia [aprovar] e aSeitar na [forma da] escriptura q
se [tinha] feito do d^o contracto, e ouvido o seu [coprim^{to}] se votou
por votos uniformes, q estava bem feita a [d.^a] compra, no preco referi
do e aSeitou [a] tudo na forma da eScriptura q fica no Archivo desta
Ven^{el} ordem se obrigarão a pagar o [d^o] preço na forma estipullada pe-
los bens e [rendim^{tos}] da ordem, e a respeito da factura da Igr.^a o d^o
noSo Irmão Vice Ministro chamou hum mestre carpinteiro q
seja perito, e deçe adoração p.^a ella; declarando o preço por q aha
de fazer de empreitada a porta fexada p.^a esta meza detreminar
o q for mais ajustado, e q p.^a esta [obra] se [praticou] e podesce com
prar o macame e talha da cappela velha do Rozario velho e retabo
llo, grades e mais couzas della p.^a se ajustar mais comodam^{te} com o
carpintr^o q ouver de tomar a obra, e qo [preço] das d.^{as} couzas se [ajus]
tou com o tezt.^o da [Irmandade] da Sra. do Rozario N. C. Ir. Miguel
Teixr.^a Guim.^{es} no cazo q sejam nezeSsários no preco da meya libra
de ouro, e outrosim se aSentou q noSso Irmão P.^{dor} g.^{al} tomace
poSse judicial por vertude do [ilegível] da eScriptura da compra do d.^o
Pallacio velho e nesta forma mandaram lavrar este termo q as-
naram [por bom firma] valioso a parte [sua] firmeza o aSignarão
e eu o P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza secretr.^o q o eScrevi e aSignei

Luciano Per. ^a da Costa	Joze dias Penido	Miguel Teixr. ^a Guim. ^{es}
CommiSr. ^o	Ministro	vice M ^{no}
Paulo de Souza Mag. ^{es}	Clem ^{te} [Pr ^a] Mota	P. ^e Fr. ^{co} da Cunha e Souza
Definor	[Pr gal]	[Secretro]
An ^{to} Alz vir	Paullo Roiz Ferreyra	Mig [S.a de Ar ^o]
definidor	Sindico	definidor

Pedro de [Alm.^{da}]
defindor

[An^{to}] Frr.^a [de Az.^{do}]
Difinidro

Luiz Lopez [Miz]
[Vigário Geral]

Livro de Termos, fl. 22v.:

Termo que a meza mandou lavrar a respeito de se lançar
provisão de ereção por desp.^o de S. Ex.^{ca} [*ilegível uma abreviatura*] p.^a
a feitura da cappella desta ven.^{el} ordem

Aos vinte e sinco dias do mes de setembro de mil setecentos
e sesenta e hum nesta cid.^e Man.^a em o concist.^{ro} desta Ven.^{el}
ordem estando em meza a q prezidio N. C. Ir. R.^{do} ComiSsr.^o Luci
anno Pr.^a da Costa e Sr. Ir. Men.^o Joze Dias Penido e mais de
fenitr.^o e sendo ahi proposto q p.^a a edeficação da cappella q
esta Ven.^{el} ordem pertende fazer no citio do Pallacio Velho
era percizo fazerce p.^{am} a S. Ex.^{ca} Am.^o em nome dos de
votos de N. Sr.^a da Conceição p.^a conceder licença p.^a a ede
ficação da cappella da mesma Sr.^a e q estes devotos façam
patrimonio q [renda] seis oitavas por [anno] e mandandoce vo
tar sobre o referido por voctos uniformes se aSentou
se fizece a d.^a p.^{am} em nome dos devoctos p.^a Sua Ex.^{ca}
dar provizão de ereção fazendocelhe patrimonio q renda
eSa obra d.^a quantia e q se fizecem as obras precisas p.^a [o altar]
portatil na forma que estava [definida] p.^a nele se cellebrarem
os of.^{os} Divinos e mais funcoens da Ven.^{el} ordem em q.^{to} durar
a obra da nova cappella e p.^a constar se mandou lavrar es
te termo q assinarão e eu o P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza
Secret.^{ro} q o escrevi

Luciano Per.^a da Costa
CommiSsr.^o

Joze Dias Penido
Min.^o

Miguel Teixr.^a Guim.^{es}
vice-men.^o

P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza
Secretr.^o

Clem.^{te} [Pr.^a] Mota
por g.^{al}

Paullo Roiz Ferreyra
Sindico

Paulo de Souza Mag.^{es}
Definor

An.^{to} Alz. vir.^a
definidor

Mig. [...] de Ar.^o
Definidor

Fran.^{co} Machado de Mag.^{es}
Definidor

Pedro de Alm.^{da} [*ilegível*]
defenidor

Luiz Lopez Miz
Vig.

Livro de Termos, fl. 23v.:

Termo q a meza mandou fazer em meza de 13 de
Novembro de 1761 a resp^{to} da transladação da Ven^{el}
ordem e suas imagens p^a a nova Capella

Aos treze dias do mes de Novembro de mil setecentos e
seSenta e hum nesta Cid^e Mar.^a e no conciStr^o da [ordem]
estando em meza prezidindo o M. R. P.^e ComiSr^o Lucia
no Pr.^a da Costa, Sn^r Irmão Men.^o Joze Dias Pe
nido e mais defenitorio ahi foi proposto em como
se tinha feito a capella propria p.^a esta Ven^{el} ordem
e q era percizo votarce sobre o modo com q se devia
fazer o transporte das Imagens e mais [cousas] pertencentes a ordem e por votos uniformes se aSentou em
q se fizece [procizão] com a descencia e [solenid.^e poSivel]
e se poram luminarias neste citio da Sr.^a Sta Anna em
sabado sinco de Dezembro e na capella nova [no] do
mingo e segd.^a fr.^a vespera da N. Sr.^a da [conceição] e
na propria foi dito p^{lo}R.^{do} P.^e ComiSario q de sua
livre vontade dava à Ven^{el} ordem vinte outavas p.^a
a pintura da nova capella a q^{al} o d.^o ajustou com os pin
tores, na q^{al} se [compreende] o trono retoque da trebunna
e huma tarja de N. P.^e S. Fr^{co} tendo por fim a do altar
digo no tecto da cappellamor e o fingim^{to} do remate do
retabollo com seu pavilhão p.^a fora, e outroSim dava
quatro casticais de estanho tres laminas duas de N. Sr.^a
e hum de N. P.^e S. Fr^{co} p.^a ornato da sanchrestia, como
tambem dous [registos] preparados e tambem tres toalhas
a saber hum de Cambraya com sua renda de Franca
e duas de bertanha com renda ordinaria tudo p.^a uzo da
N. nova capella e de como aSsim o quiserão aSignarão
este termo e eu o P.^e Fr^{co} da Cunha e Souza secretr.^o

q o eScrevi e o aSignei

Lucianno Per.^a da Costa

CommiSr.^o

P.^e Fr^{co} da Cunha e Souza

Secretr.^o

Paullo Roiz Ferreyra

Sindico

Miguel da costa Soarez

Definidor

Fran.^{co} Machado de Mag.^{es}

[Miguel] de [Ar.^o]

Defenidor

Joze dias Penido

Min.^o

Thomas Jozé de oliv.^{ra}

exs p.^{or} g^{al}

[Roque de] Souza [*ilegível*]

defenidor

An.^{to} Frr.^a de Az^e.d^o

definidor

Pedro de Alm^{da} [*ilegível*] defenidor

An.^{to} Alz. vir.

definidor

Miguel Teixr.^a Guim.^{es}

vici M^{ho}

Livro de Termos, fl.24v:

Termo q a Ven.^{el} Meza manda fazer nesta meza de
3 de Janr.^o de 1762

Aos tres dias do mes de Janr.^o de 1762 nesta Cid.^e Mar.^a e con
cistr.^o desta Ven.^{el} ordem prezidindo em Meza o M. R^{do} P^e
ComiSsr.^o Lucianno Per.^a da costa e S^f. Ir. Men^o. Joze Dias Penido
e mais definitorio ahi foi proposto q se lancassem as con
tas da despeza da obra de noSsa capella os quais se leram
e aprovarão com m.^{ta} aSeitacão de toda a meza tanto p.^{la}
comodidade da despeza como p.^{lo} grande zello com q nossos Cari
Ssimos Ir. Vice Men.^o Miguel Teix^a Guimar.^{es} Pedro da [ilegível]
e Faria Ant^o. Alves Vieira, Joam Frr.^a Faya e
noSo Ir. Vigr.^o M.^{el} Teix.^{ra} Ribr.^o se tem portado e
se [declara nas] contas q se [encerram] no livro se declara
o q deram de esmolas N. C. Ir. e outras peSsoas e outro
Sim se detreminou se escrevessem cartas aos Irmaons
e Irmans a q.^m se tem destribuido [anjos] e mais [fi]
[guras] p.^a a prociSam da sinza p.^a q não haja desculpa
por lhe dar am.^{te}[tarde] e de como assim o detreminarão man
daram fazer este termo q todos aSignarão e eu o P^e.
[F^{co} da Cunha e Souza] secretr.^o q o escrevi e aSignei
Lucianno Pr^a da Costa Joze Dias Penido
Comm. Min^o

Miguel Teixeira Guim ^{es}	F ^{co} . da Cunha e Souza	
Vice M ^o	Secretr ^o .	
Paullo Roiz Ferreyra	An ^{to} . Alz Vie.	
Síndico	Definidor	
Paulo de Souza Mag ^{es} .	Mig. [...] de Ar. ^o	
Definor	Definidr	
Fran. ^{co} Machado de Mag. ^{es}	Pedro de [Mag. ^{es}]	Joao Ferreyra Faya
Definidor	Definidor	Definidor
M ^{el} . [Roiz Xv. ^{er}] Ribr ^o .		
Vigr ^o . do Culto Divino		

Livro de Termos, fl. 26v, 27:

Detreminacoens da meza de 25 de
Fvr.^o de 1762

Aos vinte Sinco dias do mes de Fevr.^o de mil e Sete
centos e SeSenta e dous neste consistr.^o em meza q
prezidio o M.^{to}R.^{do} ComiSario Lucianno Pr.^a da Costa
e Ir. Ir. Men.^o Joze Dias Penido e Sendo ahi porposto
q se haviam feito dous riscos p.^a a factura da noSa
Igr.^a e q se daria votos em qual delles se havia de
fazer aSeitacão atendendo ao tempo prezente [e estar]
tudo alcancado e por votos uniformes se aSentou tan
to pellos irmaons da prezente meza como da meza
antecedente q se aSeitava o risco feito por nosso
C. Ir. R.^{do} D.^r Promotor Joze Lopes Frr.^a da [Rocha]
por ser mais conveniente a respt^o da despeza e for
m.^{do} bastante p.^a a noSa Ven^{el} ordem e q p.^a se rematar
a obra se devia conferir o tal risco com mestre e archi=
quitetos p.^a Se regullarem os preceitos da obra p.^a se
poderem executar com a conveniencia e primor q se
requer e que o fronte espicio de cunhaes de pedra lavrada
arco cruzeiro portais jannellas, [e frestas] p.^a q desta
sorte [ficasse] segura para a duracão q a obra requer
e de como aSim o detreminarão por votos [em q] todos
convierão mandaram lavrar este termo q todos aSegna
ram comigo secretr.^oP.^e Fr^{co} da Cunha e Souza que
o escrevi

Luciano Per. ^a da Costa	Joze dias Penido	Miguel Teixr ^a Guim. ^{es}
CommiSr. ^o	Min. ^o	vici M ^{no}
P. ^e Fr ^{co} da Cunha e Souza	Thomas Jozé de olivr. ^a	
Secretr. ^o	ex prd. ^{or} g. ^{al}	
Paullo Roiz Ferreyra	[Roque de] Souza [ilegível]	
Sindico	Definidor	
Miguel da costa Soarez	An ^{to} Frr. ^a [de Az ^e .]	
Definidor	Difinidro	
Fran. ^{co} Machado de Mag. ^{es}	Pedro de [Alm. ^{da}]	
	Definidor	
Mig. [ilegível]	Antônio [Alz vir]	
definidor	definidor	

Joao Ferreira Faya	M. ^{cl} Rois Xr. Ribr. ^o	
ex-definidor	Vigr ^o do Culto Divino	
[Joseph] da S. ^a Pontes	Joao da S. ^a [Tavares]	
ex-ministro	ex vice min. ^o	
Fr. ^{co} Soares de Ar. ^o	An. ^{to} Glz da Motta	
ex secretr. ^o		
Thomé [Glz] doz Santos	Dom. ^{os} Miz da [ilegível]	
[Braz] Mor. ^a de S.Payo		
	[ilegível nome completo]	
Joze Glz de Moraes		
Paulo de Souza Mag. ^{es}		
Definor		

Livro de Termos, fl. 27, 27v.:

Detreminações da meza de 07 de M.^{co} de 1762

Aos sete dias do mes de M.^{co} de 1762 em meza q prezidiu N. C.

Ir. Com.^o M.^{to}M.^{to}R.^{do} ComiSario Lucianno Pr.^a da Costa e Snr. Ir. Men.^o Joze Dias Penido e sendo proposto se devia vottar na peSso a q havia

de aSistir ao preparo do risco q se tinha a aSertado p.^a a factura da nova cappella a resp.^{to} da medição, e preceitos q se deviam seguir, e por votos uniformes se ajustou q noSo C. Ir. Vice Men.^o Miguel Teixr.^a Guim.^{es} junto com noSo Ir.ex-procurador Thomas Jozé de olivr.^a, e noSo Ir Fr^{co} Soares Bernd.^{es} com o arquitetoJoze Pr.^a dos S.^{tos} ou outro q lhe parecer conveniente, entre os quais se aSentaria no q se devia se guir a resp.^{to} dos preceitos e mediçoens q se devia seguir digo q se deviam executar tambem se aSentou q ouvece [festaça] S.^{ta} a custa dos noSos cariSimos Irmaons da meza em q todos convierão tambem se detreminou fosem chamados à meza os Irmaons a q se distribuirão Anjos e não só não [forão] mas nem deram desculpa alguma como tambem foSe chamado o Irmão da paSagem Joze da Cunha p.^a dar a rezam q tem p.^a desobedecer na procisam de Sinza o q p.^{la} [ilegível]

[ilegível] [o Ir. Vigr.^o] do Culto Divino lhe foi mandado e de como
[aSim] o detreminarão mandarão fazer este termo q todos
aSignarão comigo secretr.^o q o eScrevi

Luciano Per. ^a da Costa	Joze dias Penido	Miguel Teixe ^a Guim. ^{es}
CommiSr. ^o	Min. ^o	vici M ^{no}
P. ^e Fr ^{co} da Cunha e Souza		
Secretr. ^o		
Thomas Jozé de olivr. ^a	Paullo Roiz Ferreyra	
ex prd. ^{or} g. ^{al}	Sindico	
Paulo de Souza Mag. ^{es}	An ^{to} ALz. vir. ^a	
Deffind	definid.	
Mig. [S. ^a] de Ar. ^o	An ^{to} Frr. ^a [de Az. ^e]	
definidor	Difinidr. ^o	
Pedro de [Am. ^{da}]		
definidor		
Joao Ferreira Faya	M. ^{el} Mis Xr. ^a Ribr. ^o	
ex-definidor	Vigr. ^o do Culto Divino	

Livro de Termos, fl.27v-28:

Detreminacoens da meza de 25
de Março de 1762

Aos vinte e sinco dias do mes de Março de mil e sete
centos e sesenta e dous neste consistório da ordem 3^a. da
pennit^a da cid.^e Mar^a estando em meza a q prezidio o M.
Rd.^o P.^e ComiSr.^o Lucianno Pr.^a da Costa e Sr. Irmão Mi
nistro Jozé Dias Penido e sendo ahi proposto q supos
to se tinha aseite o risco q havia feito N. Ir. o Rd.^o
Dr. Promotor como consta do termo retro agora uzan
doce de melhor concelho p.^a a prefeição da obra da Igr.^a
se fez um novo risco feito p.^{lo} mestre Jozé P.^{ra} o q.^{al}
foi v^{to} em meza em q assistio a meza velha e a q exis
te e mandandoce votar uniformem.^{te} se asentou em
q se asertava este novo risco e por elle se fizece e ex
ecutace a d.^a obra na forma do d.^o risco e se pasasem edi
tais para o Caete Congonhas do Campo V.^a Rica e nes
ta cid.^e e mais partes q for neceSr.^o p.^a [se por] a obra
e pregam p.^a se aRematar a q.^m [pesidimos] o
fizer tambem se fas asertação das condicoens q

q se acham faltar a respeito da procisão da [sinza] e pagam.^{to} della e de como asim o detreminarão e mandarão fazer

o pres.^{te} q aSignarão comigo Secretr.^o q aSiney

Luciano Pr.^a da Costa Jozé Dias Penido

Comm.^o Pr.^o Min.^o

Miguel Teixr.a Guim.^{es} [Joseph] da S.^a Pontes

Vice M.^{no} Ex Min.^o

Fr.^{co} da Cunha e Souza [*ilegível*] Soares de Ar.^o

Secretro Ex Secretr.

Thomas Jozé de Oliv.^a Paullo Roiz Ferreyra Paulo de Souza Mag.^{es}

Ex por gal Es sindico Deffinor

An.^{to} Alz. Vir.^a [*ilegível*] Glz. da Mota

Definidor Ex defi.^o

Mig. Pex. De Ar.^o

Definidor Joao Ferreira Faya

Definidor

Bras Mor.^a de S. Payo Thomé Glz. dos Santos

Ex deffinidor Es deffen.

[Jozé] Glz. de Moraes Goncallo do [*ilegível*]

Ex defenidor Ex definidor

An.^{to} Fr.^a de Az.^{do} Pedro de Alm.^{da}

Difinidr.^o Defenidor M.^{el} Teix.^{ra} Ribr.^o

Vigr.^o do Culto divino

Livro de Termos, fl. 31, 31v.:

Detreminacoens da meza de 6 de Junho de 1762

Aos seis dias do mes de Junho de 1762 nesta Cid^e Man.^a e concistr^o
desta Ven.^{el} ordem estando em meza N. C. Ir. Miguel Teixr.^a Guim.^{es}
Vice ComiSr.^o, digo, Vice Men.^o e por impedim.^{to} do N. C. Ir. Men.^o
Joze [Dias] Penido em que prezidio N. C. Ir. ComiSr.^o o R.^{do} Lucianno
Pr.^a da Costa Sendo proposto q tinha andado a obra da Igr.^a
a pregam athe agora não tinha havido lanço de menos de
quarenta e hum mil cruzados e q p.^a se rematar p.^{lo} [preço]
conveniente e mais barato se devia dar poder a alguns Irmaons

Irmaons p.^a poderem ajustar a d.^a obra p.^{lo} preco mais conveniente e na forma do risco e condicoens e mandandoce votar se aSentou em q N.N. C.C. Miguel Teixr.^a Guim.^{es} junto com o pd.^{or} g.^{al} Thomas Joze de olivr.^a, Ant.^o Alvares Vieira Miguel Peix.^o de Araújo e [Fr.^{co}] Soares Bernardes ajustacem a d.^a obra p.^{lo} preco mais conveniente e na forma do risco e condicoens pedindo fiancas seguras, e tudo por elles feito e obrado haverá esta meza por firma no livro ficando esta ven.^{el} ordem obrigada a solução do preco por q ajustarem e de como aSim se aSentou por notas uniformes mandarão lavrar este termo q todos aSignarão comigo Secretário q escrevi e tam bem aSignei

Luciano Per.^a da Costa

Miguel Teixr.^a Guim.^{es}

Comm.^o V.^{zor}

Vice M.^{no}

P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza

Secretr.^o

Thomas Jozé de olivr.^a

Paullo Roiz Ferreyra

ex-prd.^{or} g.^{al}

Sindico

Paulo de Souza Mag.^{es}

An.^{to} Alz vir.^a

Definor

definidor

Ant.^o Ferr.^a de Az.^{do}

Pedro de [Alm.^{da}]

Difinidro

Definidor

Joao Ferreyra Faya

Definidor

Livro de Termos, fl. 32:

Detreminacoens da meza de 30 de Julho de 1762

Aos trinta dias do mes de Julho de mil e setecentos e seSenta e dois nesta Cid.^e Man.^a e concistorio desta Ven.^{el} ordem 3^a da pennit.^a em meza em q prezidio o M. R.^{do} P.^e ComiSr.^o Lucianno Per.^a da Cos ta e Ir. Vice men.^o e mais definnitr.^o ahi foi proposto q era preciso [eScreveremce] cartas aos noSos Irmaons prezidentes p.^a q estes fação as cobranças de annuais, e mais dividas q se estão devendo [p ordem], e folha e devida q nas informações q lhe foram encarregadas pos esta meza se portem nelas conforme a dillig.^a e Segredo, e da mes ma forma se escreva hum a meza da Ven.^{el} ordem 3^a de N. Sr.^a do Monte do Carmo p.^a representando-lhe a queixa q esta meza tem de que no noviSiado daquela ordem no dia 24 do corrente o Irmão mestre Insinnara aos seus Irmaons q o Jubilleo da [preisunculla] não fora concedido a esta ordem nem a de noSa Senhora mas sim a archiconfraria dos pardos e que q.^m quizer ganhallo foye segd.^a fr.^a a São Gonçalo sendo este em preju izo desta ordem e contra as detreminacoens e conceSoens dos sumos Pontefeces e q deve aquella meza [*ilegível*] ao d.^o Mestre p.^a q se desdiga e mais se não intrometa em [*ilegível*] materias e q se ou ver algum Irmão q falle a respeito daquela ordem seja cas tigado; por voctos da meza aSim se detreminou , e que eu Secrtr.^o dece a tudo cumprim.^{to}, e tambem se aSentou digo a tudo compri m.^{to} de q Se fez este termo q aSignarão comigo Secrtr.^o q o eScrevy

Luciano Per.^a da Costa
Comm.^o V.^{zor}

Miguel Teixr.^a Guim.^{es}
Vice M.^{no}

Thomas Jozé de oliveira
ex-prod.^{or} g.^{al}

Paullo Roiz Ferreyra
Sindico

P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza
Secrtr.^o

Paulo de Souza Mag.^{es}
Deffinor

An.^{to} Alz vir^a
definidor

Mig [*ilegível*] de Ar.^o
definidor

Ant.^o Ferr.^a de Az.^{do}
Difinidro

Miguel da costa Soarez
Definidor

Pedro de Alm.^{da}
Definidor

Joao Ferreira Faya
Definidor

M.^{el} Mis Xr.^a Ribr.^o
Vigr^o do Culto Divino

Livro de Termos, fl. 32v.:

Detreminações da meza de 8 de Ag.^{to} de 1762

Aos outo dias do mes de Ag.^{to} de 1762 estando em meza noSo
CariSimo Irmão e Vice Ministro Miguel Teixr.^a Guim.^{es} e mais
definnitorio a q presidio o Rd.^o ComiSr.^o Vezitador Lucianno
Pr.^a da Costa ahi foi proposto q era conveniente fazeremce
condições, risco do emadeiram.^{to} portas jannellas frestas
forro e o campam.^{to} de sepulturas da nova Igr.^a p.^a se rema
tar tudo a oficial perito, e q por menos o fizer porq.^{to} em
o tempo q se anda na factura do [proprio] se heriam se
cando as mad.^{as} e mandandoce voctar a este respeito se a
Sentou por voctos uniformes q Se fizecem as Referidas
condições p.^{los} mesmo Irmaons q tinham feito as de pedra
e cal, e q os mesmo ajustacem este de carpintaria, com
mestre q della dece boa conta, tanto do primor da obra como
na seguranca, [abondade] das mad.^{as}, e q por menos o fizer
e eu Secretr.^o junto com do Irmão procurador Thomas Joze
de olivr.^a aRumace as contas nos Livros desta ordem das
Al.^{as} dos defuntos Pedro de Miranda, Raymundo Pinto
Homem, e Joam [Alvares] Vianna p.^{los} docum.^{es} q entrega
va o pd.^{or} Clemente Pr.^a do Monte e de como aSim se
aSentou e detreminou lavrei este termo q aSignarão
comigo secretr.^o q o escrevi

Luciano Per. ^a da Costa	Miguel Teixeira Guim. ^{es}
Comm. ^o vizitador	Vice M. ^{no}
P. ^e Fr. ^{co} da Cunha e Souza	Thomas Jozé de oliveira
Secretr. ^o	ex-prod. ^{or} g. ^{al}
Paullo Roiz Ferreyra	
Sindico	
Paulo de Souza Mag. ^{es}	An. ^{to} Alz vir ^a
Deffinor	definidor
Pedro de Alm. ^{da}	
Definidor	Miguel da costa Soarez
Ant. ^o Ferr. ^a de Az. ^{do}	Definidor
Difinidro	João Ferreira Faya
	Definidor
	M. ^{el} Mis Xr. ^a Ribr. ^o
	Vigr ^o do Culto Divino

Livro de Termos, fl. 33v.:

Termo q esta Ven.^{el} ordem manda lavrar em meza de
11 de Ag.^{to} de 1762

Aos honze dias do mes de Ag.^{to} de mil e setecentos e SeSenta e dous estando em meza NoSo C. Ir. Vice Menistro Miguel Teixr.^a Guim.^{es} e mais definnitr.^o a q prezidio o Rd.^o P.^e ComiSr.^o Vez.^{or} Lucianne Pr.^a da Costa, e sendo proposto q na forma do tr.^o retro q se lavrou a meza antecedente se tinha aSentado e detreminado que os Irmaons a q se tinha encarregado e dado poder p.^a arematção e ajuste da Igr.^a de N. Sr.^a da Concepcão desta Ven.^{el} ordem ajustacem tam- bem a da carpintaria de emadeiram.^{to} de telhados forros portas e mais couzas neceSr.^{as} e q não tinha tido efeito o ajuste de carapinas, p.^{lo} excecivo preço q pertende o Mestre Seb.^{am} Martins, e q se tinha ajustado a obra de pedra e cal com N. Ir. Jozé Pr.^a Arouca, na forma do risco, e condições, p.^{la} q.^{ta} de quarenta e hum mil cru zados, e os pagam.^{tos} na mesma forma q se declara nas d.^{as} condicoens, e melhor se experçarão na escriptura, o que ouvido por todo o definnitorio, por votos uniformes derão por bem feito o d.^o ajuste: e sendo chamado o d.^o Joze Pr.^a, sendo presente, dice q elle se obrigava a fazer a d.^a obra com toda a seguranca perfeição, e circunstancias do d.^o risco, e condicoens p.^{la} referida quantia de quarenta e hum mil cruzados, o pagam.^{to} na forma declarada nas referidas condicoens, e das q mais se fizerem na escri- ptura, a qual Se obriga a fazer dentro em outo dias seguintes ao deste termo, com fiancas a contento des- ta ven.^{el} ordem como tambem a concervar o risco athe o fim da obra p.^a en.^{ta} della ser a [d.^a] obra examinada e louvada, e p.^a vallid.^e deste ajuste aSignou o d.^o N. Ir. Joze Pr.^a Arouca, com o definnitorio comigo secretr.^o que o eScrevy

Luciano Per.^a da Costa
Comm.^o viz.^{or}
P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza
Secretr.^o
Paullo Roiz Ferreyra
Sindico

Miguel Teixeira Guim.^{es}
Vici M.^{no}
Thomas Jozé de oliv.^a
ex-pro.^{or} g.^{al}
Paulo de Souza Mag.^{es}
Deffinor

Livro de Termos, fl. 35v.:

Aos tres dias do mes de Outubro de 1762 em meza
q estava fazendo N. C. Ir. Vice Men.^o com poder e autho
rid.^e do men.^o a q prezidio o Rm.^o P.^e ComiSr.^o Lucia
no Pr.^a da Costa pello qual foi dito q esta vene
val ordem lhe estava [devendo] duzentos mil reis
do ordemnado de dous annos vensidos the o dia de
hoje e q estes applicava p.^a lhe serem abonados
nos quatro centos mil reis q havia prometido
p.^a a obra da nova cappella o q ouvido por todo
o definnitr.^o aSentaram selhe abonacem no livro
donde tinha prometido p.^a a nova cappella e q fica
va pago o d.^o Rm.^o ComiSario de todos os ordennados de
comiSario e das miSas semanarias q tem dito, the
este mesmo dia por se lhe haver dado conheci
m.^{to} p.^a cobrar do Irmão Sindico, da q mandarão
lavar este termo q aSignarão comigo Secretr.^o
q o eScrevi

Luciano Per.^a da Costa
Comm.^o viz.^{or}

P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza
Secretr.^o

Paullo Roiz Ferreyra
Sindico

Paulo de Souza Mag.^{es}
Deffinor

Ant.^o Ferr.^a de Az.^{do}
Difinidr.^o

Pedro de Alm.da
defenidor

Miguel Teixr.^a Guim.^{es}
Me.^{no}

Thomas Jozé de oliveira
ex-pd.^{or} g.^{al}

An.^{to} Alz vir^a
definidor
[Mig.^l Px. de Ar.^o]
Definidor

Joao Ferreira Faya
Definidor

M.^{el} Mis Xr.^a Ribr.^o
Vigr^o do [Culto] Divino

Livro de Termos, fl.45:

Termo que se fez na meza d 07 d Ag^{to}
de 1763 a resp^{to} do dia descriminado p^a
se [asentar] a pr^a pedra no alicerce do nosso
templo

Aos sete dias do mez d Agosto de 1763 no concistorio da noSsa
ven.^{el} Ordem estando prez.^{te} o N. C. Ir. vice Men.^o e mais Deffinitr.^o
em que prezidio o N.M.R. com.^{mo} vezitador Lucianno Per.^a da Costa
se propos que hera preciso o destinarSse dia p.^a se lançar a primr.^a
pedra, no alicerce do templo, que esta congregação ajustou com o M.^e
Jozé Per.^a Arouca, e Sendo este chamado diSse, não duvidava apronta=
lla p.^a quando se lhe detreminaSse, a vista do que se asentou por votos
uniformes da meza elegerSse o dia 15 do corr.^{te} [mes], p.^a propriad.^e
que em [Sy] contem, p.^a [eff.^{to}] de se Asentar a dita pedra, selebrandoSse
missa na nossa capella, em o d.^o dia a cujo fim se convidará
Sua Ex.^{ca} I.^{ma} por este Diffinitr.^o e cazo que pellas suas moléstias
não poSsa Exzecutar o d.^o Acto, suprirá na [sua] falta o N. C. Ir.
Men.^o E outroSsim como na forma da rematação que fez da obra
o d.^o mencionado M.^e della, deve este Diffinitr.^o aseztirlhe com o pr.^o
pagam.^{to} [asentada] que seja a d.^a pr.^a pedra, detriminamos que se fa=
ca toda a delig.^{ca} de conseguir algumas cobranças [doz nossoz] Irm.^s que
prometerão suas esmollas p.^a a referida obra, extraindosse heca lista
de todos p.^{la} qual se entre na d.^a delig.^{ca} e para constar se mandou fazer este
t^r. que assignarão comigo Pedro da Costa Mag.^{ez} Secretr.^o atual da ven.^{el}
Ordem, que o ezcrevi e tambem asignei

Luciano Per. ^a da Costa	[Fr. ^{co}] Soares de Ar. ^o	Pedro da Costa Mag. ^{ez}
Comm. ^o vizitador	vice min	Secretr. ^o
João [ilegível]	Manoel Carv. ^o e Sylva	
Ex-procurador	syndico	
Paulo de Souza Mag. ^{es}	Roque de Souza [ilegível]	
Deffinor	ex-definidor	
An. ^{to} Miz d Ar.	[Manul] Mendez da Fon. ^{ca}	
D.fnd. ^{or}	defenidor	
Dom. ^{os} Lopes de Carv. ^o		
d.fenidor	An. ^{to} [Frr.a de Az. ^{do}]	
	ex difinidr ^o	

Livro de Termos, fl.46:

Termo de nomeação da peSoa q há de lancar
a pr.^a pedra na nova capella desta ven.^l ordem

Aos quatorze dias do mes de Ag.^{to} de mil e setecentos e se
senta e tres estando em meza N. Ir. Min.^o o Cap.^{am} Cypria
nno da S.a Rego e mais definnitr.^o a q prezidio N. C. Ir. ComiSr.^o
vezitador o Rd.^o Lucianno Pr.^a da Costa; ahi por elle foi proposto
q como se tinham destinado esta diamanhã dia da
N. Sr.^a da Asumpção p.^a lancar a pr.^a pedra na nova capella
da noSa ven.^{el} ordem, era precizo elleger peSoa eclesiastica p.^a
lançar e benzer a d.^a pr.^a pedra, e allicerces da d.^a obra, e corren
te vostos de todos o definnitr.^o por escrutinnio sahio elleito
o Rd.^o Dr. Vigr.^o g.^{al} N. Ir. Theodoro Ferr.^a Jacome, e q p.^a iSso
se escrevece carta ao d.^o p.^a exercer a d.^a função; como tambem
se asentou digo, e de como assim se detreminou se fes este tr.^o

q todos asignaram comigo secretario q sobrescrevi e eu

Pedro da Costa Mag.^{es} Secretr.^o q o sobrescrevi e asignei

Luciano Per. ^a da Costa	Cypriano da Sylva Rego	Fr. ^{co} Soares de Ar. ^o
Com. ^{mo} viz. ^{or} Pro. ^{al}	Min. ^o	vice min. ^o
Miguel Teixr Guim. ^{es}	Pedro da Costa Mag. ^{es}	
ex Min. ^o	secretr. ^o	

Miguel [*ilegível*] de Ar.^o

pr.^{do} eleito

Manoel Carv.^o e Sylva
syndico

An.^{to} Miz de Ar.^o

d.fnd.^{or}

Manol Mendez da Fon.^{ca}
definidor

Livro de Termos, fl.47- 48:

Termo que se faz sobre a formalidade
com que se lançou a pr.^a pedra do novo Templo

Aos quinze Dias do mes de Agosto de 1763 annos, estando no concistório desta ven.^{al} Ordem, N. caríssimo Irmão Men.^o o Cap.^{am} Cyprianno da S.^a Rego com todo o Deffinitorio a que prezidio o N. M. R. com.^{mo} [vizitador] Lucianno Per.^a da Costa se propos que a Meza do Deffinitório, havia feito termo neste libro, declarando que a primeyra pedra que se havia de lancar no aliçerce do novo templo que esta ven.^{el} Ordem Eregia, em louvor da virgem S.^{ma} Sr.^a NoSsa da Conceyção se destinara para as oito [horas], da manha deste prezente dia; porem atendendo a certo inconveniente, se transferira para de tarde, e com iffeito se exxecutara, mandandoSse expreSsar neste termo a formalidade do acto, que se compos das circunstancias seguintes: Consta do referido termo, convidarSse por votos da Meza, N. Car.^{mo} Irmão o M. R. D.^{or} Theodoro Ferreyra Jacome comiSsário do santo officio Ex=aminador sinodal, thezoureyro-mor da Sé Juis dos cazamentos, e rezidios, e vigr.^o Geral deste Bispado, para benzer a dita pr.^a pedra, e lancalla no=aliçerce do Templo, por se achar molesto o Ex.^{mo} Bp.^o, a q.^m se tinha rogado, para a tal açao; e vindo o dito R. Menistro executalla, se prencepiou o acto pellas quatro horas da tarde, saindo da noSsa Capella os noSsos CariSsimos Irm.^s com a crus alcada em comunidade, postos em duas alas com as manos levantadas, e a vista inclinada para a terra: no fim a comunidade se ceguiu a pedra descan^{san}do em aSento coberto de rica [seda] encarnada tecida de [prata], e ao redor goarnecida de franja da mesma tendo nos coatro [cantos] lacos, de fitas, em que seguravão o N. M. R. Com.^{mo} vizitador N. c. Ir. Menistro = o N. C. Ir. R. D.^{or} aLex^c. Nunes Cardozo, comiSsario da Bulla da Santa Cruzada Examina=dor Sinodal, e chantre da Sé desta cidade, o N. C. Ir. M. R. vicente Glz. Jorge de Alm.^{da}, conigo da dita Sé Examinador Sinodal, Ex=crivão da Camara Eccleziastica, Secretr.^o [E. S. Ex.^a. R.^m.] seguindoSse

seguindoSse deante destes em Meyo das Alas do NoSso Deffinitório, todas as insignias neSseçarias para o menisterio, de benzer a pedra e asentalla; conduzidas em salvas de prata, que levavão N. Car.^{mo} Irmão vice Menistro, N. Car.^{mo} Irmão Secretario, noSso Caríssimo Irmão Procurador nomeado, e N. Car.^{mo} Sindico, e N. car.^{mo} Irmão o M. R. D.^{or} Joam Roiz~ Cordr.^o; conego Magistral da m.^{ma} Sé: logo a dita pedra se seguio o clero, e a este o N. R. D.^{or} vigr.^o Geral, vestido de pluvial, e desta sorte com toda a modestia devida a semelhante acto, foy a comonidade saindo da nossa Capella, e dando volta para o lugar em que no novo templo se há de erigir o Altar Mor; ahy se achava adornados de damascos encarnados goarnecidos de Gallão de ouro, com [tol~~do~~] por sima, e de bayxo levantada hua Alta Crus Goarnecida de flores, e diante hua Meza coberta do d.^o damasco onde se pos a pedra, em outra as salvas com as insignias; principiando logo a benzer a mesma com todas as oracois, salmos antífonas, e serimonias administradas pelo N. R. Dor. vigr.^o geral, e assistidas pello mestre dellas, N. C. Ir. tambem mestre dos novicos, o M. R. Dom^{os}. x^{er}. Miz~, sendo tudo ajudado e correspondido pello clero, que no estante uzava de canto etão a p.^{te} do Evangelho e no da Epistolla o de Orgão com bem concertada muzica, tendo na frente a crus de nossa comonidade, levantada com dois Ciriais; A qual depois que se benzeo a pedra, foy sahindo em procissão pello lugar do alicerçe da parte do Evange= lho; e voltando sobre o lado esquerdo entrou pello alicerçe aberto athe chegar asima onde se havia de asentar a dita pr.^a pedra, conduzida na forma expreSsada, e aly da p.^{te} da Epistolla por não poder ser da do Evangelho se asentou a pedra com letreiro de letras pretas que dizem o seguinte: ‘Do optimo Beato Francisco Assissio, hoc templum extruendum, dedicandum curavit Sumpte proprio, Tertius ordo Beati Francisci; sub pontificatu santi Domini Nostri clementis xiiii Lussitanis Feliciter imperante Jozepho primo Domini Nostro fedelissimo: Primunque hunc lapidem fundamentis, Possuit, Excelentissimus Dominus Domn. em= Manuel a Cruse hujos Marianenssis [Dioecesis] Primus Antistes; [Terti= aris] Prisidente Cyprianno da Sylva Rego; [15] Agusti Anno Domini 1763’ E acabadas as cerimoniaes do asento da mesma lhe lançou por cima o dito R. D.^{or} vigr.^o Geral dinheyro de toda a qualidade de moeda que prezentem.^{te} corre nestas Minas; e cobrindoSse com outra pedra, de pois de asentada com cal amacada voltou a prosição; benzendoSse os alicerces em agoa benta pello Dito R. Menistro e concluida

Comcluida esta ação parou no lugar do Altar Mor, onde se continuou as mais orações cantandose a ladadinha dos santos com m.^{ta} devoção; e finalizado o acto, se recolheu a comonidade à Capella na forma que havia sahido da mesma, e para constar o referido em qualquer tempo, se mandou fazer este tr.^o em que asinara o do Diffinitr.^o e eu Pedro da Costa Mag.^{ez} secretario atual escrevy e tambem assiney

Luciano Per^a. da Costa
Com.^{mo}Viz.^{or} e Proc.^{or}

[Fr.^{co}] Soares de Ar.^o
vice Min.^o

Manoel Carv.^o e Sylva
Cind.^o

M^{el}endes da Fon.^{ca}
Definidor

Antonio Correa de Carvalho
Defind.^o

Paullo M. Montr.^o
Vigr.^o

Pedro da Costa Mag.^{ez}
secret.^o

Paulo de Souza Mag.^{es}
Deffin.^{or}

Joao Ferryra Faya
Definidor

Dom.^{os} Lopes de Carv.^o
D.finidor

Mig. Px.^{to} de Ar.^o
P.^{or} Eleito

An.^{to} Miz~ d Ar.^o
Dfin.^{dor}

Livro de Termos, fl.64:

Termo q se faz na meza de 2 de Junho de 1765
sobre a demolição das cazas [mistuas] a capela desta
ordem, e juntam.^{te} dos Rozarios para se destribuir
no Domingo de Razoura

Aos dous dias do mez de Junho de mil e setecentos e secenta e cin=
co, em meza a que prezidio o R.^{mo} P.^e Comm. M.^{el} Narcizo Soares
c aSistencia do Ir. vice Min.^o Paulo Roiz Frr.^a e mais Diffinitorio, ahi
foy proposto q p.^a se [abir] o alicerce da Capella mor da nova Igr.^a
se demolice a caza que serve de guardar os andores, que fica junto
a cap.^{la} que agora serve, guardando-se o masame¹⁸¹ com a maior segur.^{ca}
q~ puder ser o que executará o noSso C. Ir. P.^{or} g.^{al}; e outrosim se=
detreminou que em cada huma [das] Dom.^{as} de Razoura se distribuam
pelos Irmaoz q~ presentes se acharem, e persente huma duzia de
Rozarioz brancos e de ôSo e fique a cargo do C. Ir. Syndico o compraloz; com=
a clareza de q~ sahindo a sorte o Ir. infermo se ache de selhê mandar o d.^o R.^o
e p.^a constar se fez este tr.^o que aSignarão, comigo o M.^{el} Carv.^o e S.^a que o fiz
e aSignei como secretr.^o

Manoel Narciso Soarez
Commiss.^{ro}

Miguel Teix.^{ra} Guim.^{es}
ex Mi.^{no}

Fran.^{co} pr.^a de Freitas
por.g.^{ral}

Miguel [Correya] de Souza
definidro

Antonio correa [de Carv.^o]
defenidor

Paullo Roiz Ferreyra
vice Men.^o

Manoel Carv.^o e Sylva
Secretr.^o

Luiz Jozé Duque
sindico

Manoel [Moreyra] Da costa
[definidor]

¹⁸¹ 1.Argamassa simples, de cascalho, terra e cal, para receber o assentamento de pisos de pedra ou ladrilho. 2. O material resultante da demolição de uma construção. IN: BARROCO MINEIRO. p.62.

Livro de Termos, fl.65v.- 66:

Termo de Meza que se fez em o pr.^o de dezembro
de 1765 a em q se aSentou q se fizeSse porciSsão
de çinza – e se levantaSse o corpo da capella

E o primeyro dia do mez dezembro de 1765 annos nesta cid.^e Ma.^{na} no
consistorio desta ven.^{el} ordem 3^a. da pen.^e em Meza que fez o N. Car.^{mo}
Irmão Men.^o e mais definitorio a q prezidio o M. R. P. ComiSr.^o
Snr. M.^{el} Narcizo Soares e se asentou na dita meza por votos uni
formes a porçiSsão de Sinza p.^a se fazer na quarta fr.^a de Sinza do anno de
de 1766 na forma costumada e p.^a mesmo efeyto se fizeSe petiSsão ao Il.^m
Cabido p.^a este consentir na fatura e lavram.^{to} [deste] termo de que conste
fica salvo o direito asim desta m.^{ma} ordem como [do] D.^o Il.^{mo} Cabido a
resp.^{to} das materias em que de presente [*ilegível*], e asim mais se detriminou
se levantaSse o corpo da noSsa capella na forma q. mais poSivel for p.^a
a entrada e Sahida dos Andores o q. se remete a [protente direSsão] do N.
Cr.^{mo} Irmão Procurador Ge.^{ral} de que se fez este ter.^{mo} asignado por todo
o difinitorio e eu secretario actual o q. o escrevi e asignei era ut supra¹⁸²

M. ^{el} . Narciso Soares	Miguel Teixr. ^a Guim. ^{es}	Paullo Roiz Ferreyra
Commis. ^{ro}	Men. ^o	Ex viSse Men. ^o
Manoel Teixeira [Ribr. ^o]	Pedro de [Alm. ^{da} S. ^a]	An. ^{to} Miz de Ar. ^o
Sectr. ^o .	Pro. ^{dor}	[ez] Sindico
[Dom. ^{os} Souza]	[Joze Pinto e Souza]	
defindor	definid ^r	
Mig. ^l [ol. ^a de Ar. ^o]	José Carv. ^o [de cintra]	
Ex definidor	definidor	

¹⁸² *Era ut supra* é um termo latino que significa “na data acima descrita”.

Joao Ferreira Faya
ex definidor

Dom.^{os} Lopes de Carv.^o
Ex Df.^o.

[An^{to}.] Pr.^a Braga
comp.^{ro} do vigr.^o.

Antonio Correa [de Carv.^o]
ex definidor.

Antonio correa de carvalho
Ex Deffinor

Manoel Mor.^a do [ilegível]
Vig.^o do culto devino

Livro de Termos, fl.66:

Termo de doaSão que faz N. Car.^{mo} Irmão
M.^{el} Duarte de olivr.^a a esta ven.^{el} ordem
das couzas abaixo espostas

Aos 5 dias do mez de Janr.^o de mil e seteçentos e sesenta e seis annos
em o concistorio desta ven.^{el} ordem, em meza foi dito p.^{llo} N. Car.^{mo} Irmão
Vigr.^o do culto Divino ^{+Mel} Mor.^a da Silva que o N. Car.^{mo} Irmão Manoel
Duarte de oliveira [fornecera] gratuitam.^{te} hua imagem de christo crucifi-
cado em hua chrus de jacarandá preto preto marchetada¹⁸³ de M.^e pero
lla q ha de servir para os actos da via sacra que custuma fazer esta
ven.^{el} ordem e assim mais tres cruces de jacarandá preto marchetadaz-
[deSsa Br.^{co}], p.a os altares da Igr.^a nova e duas cruces de çedro para-
o Pontifiçe na falta da que tem e coatro estantes de jacaranda pre-
to para os altares da nova Igr.^a, e assim [mais] dua coroas de espinhos
o q. tudo porposto em meza uniformem.^{te} se fez aseytaSão, e p.^a
a todo tempo constar mandarão lavrar este ter.^{mo} que aSignaram junto com
o d.^{to} Irmão Manoel Duarte de olivr.^a e eu Manoel Teixr.a Ribr.^o Scr.^{to}
atual que o fiz e aSignei

M.^{el} Narciso Soares
CommiSs.^{ro}

Miguel Teixeira Guim.^{es}
Men.^o

¹⁸³ MARCHETADO: Embutido de labores de madreperola, marfim, madeira, de oiro, perolas, pedraria, marmores, &c. In: SILVA, 1789, p.268.

Livro de Termos, fl.66v.:

Termo da Meza que se fez em 2 de Fb^{ro}.
de 1766 em que se detriminou [no paredão] q
se ha de fazer p^a. seguransa destas cazas
[fosem] na frente da Rua os portaes de
pedra de cantaria

Aos 2 dias do mez de Febr.^o de 1766 em o consistorio em meza que fez
o N. C. Irmão Mn^o. Mig.^{el} Teixr^a. Guim.^{es} e mais Difinitr.^o a que
prezidio o N. C. Irmão o R. P. ComiSsr^o. Manoel Narçiso Soares
e se ditriminou que na parede que se ha de fazer p^a. seguranca
destas cazas na frente da rua fazem as portas q se [careçerem] com por-
taes e vergas de pedra com numero segundo a [pcedemte doaSão] do
N. Procurador e de como assim se detriminou mandarão lavrar este
termo p.^a constar a todo o tp^o. que asignarão comigo secretr^o. que es-
crevy e também asigney

M. ^{el} Narcizo Soâres	Miguel Teixeira Guim. ^{es}
CommiSs. ^{ro}	Min ^o .
Paullo Roiz Ferreyra	M. ^{el} Roiz Xr ^a . Rib. ^{ro}
Ex vice Men. ^o	Secretr ^o .
Pedro de Alm ^{da} . [<i>ilegível</i>]	An. ^{to} Miz de Ar ^o .
pro. ^{do} geral	ex sindyco
Joze Pinto de Souza	[Thom. ^{as}] Joze [Maiz]
Definid ^{or}	definidor
Joze Carv. ^o [de S. ^a]	Paulo de Souza Mag. ^{es}
definidor	exDiffinor
An. ^{to} Frr. ^a de Az. ^{do}	Dom. ^{os} Lopes de Carv. ^o
ex definidr ^o .	ex Df.
	[Mano. Mor. ^a da S. ^a]
	Vigr. ^o do Culto divino

Livro de Termos, fl.68:

Termo de meza q. se fez em 3 de Ag.^{to}
de 1766 em q. se detriminou se manda
-se aos Ir.^{os} Presidentes cada h  em sua pre-
zid.^a p.^a digo ordem p.^a nomear Ir.^{os} e estes pe-
disem p.^a os fiez esmollas p.^a a ereSS o do
novo templo

Aos 3 dias do mes de Ag.^{to} de 1766 a em o consistorio desta ven.^{el} ordem
em meza q. faz o N. C. Ir. Mn.^o Snr. Mig.^{el} Teix.^a Guim.^{es} com asisten-
cia do mais definitorio, e a q. prezidio o M.^{do} R. P. Com.^o Snr. D.^{or} M.^{el}
Narcizo Soares e nella se detriminou com votos uniformes q.
q.[sic] o Ir. Secrtr.^o mandaSse fazer [bolsas] respetaveis ao n.^o das pre-
zid.^{as} de fora desta Cid.^e cujo matreial deixamoz [ehcis fazendo] N.
Ir. Secrtr.^o [e labar ] cada hua delas em pintura a imagem de N. Pa-
trona a Snr.^a da ConSei  o, e as Armas Serafichas e as mandara distribu-
ir para cada h  dos presidentes p.^a q. estes por si ou por outros quaisq.^r
Ir.^s NoSos [Zellozos] cujo  . eleiSS o remetemos digo, ficara o [arbitr-]
io dos m.^{mos} prezid.^{etes} elles poder o con eder tal culdade[qualidade] p.^a q. os pedi-
dores t o som.^{te} no acto do d.^o [peditorio] poSS o uzar [deste] habito
comprido e de como asim detriminou p.^a constar mandar o
fazer este tr.^o que asignhamo, era ut supra

Manoel Narciso Soares
CommiSs.^{ro}

Miguel Teixeira Guim.^{es}
Min.^o

[Paullo] Roiz Ferr.^a
ex vice Men.^o
Pedro de Alm.^{da} [faria]
pro.^{dor} geral
An.^{to} Frr.^a de Az.^{do}
es definidr.^o

M.^{el} Teixr.^a Ribr.^o
secrtr.^o
An.^{to} Miz de Ar.^o
sindico
Mig. Px.^{to} de Ar.^o
ex definidor

Manoel Mor.^a do [S.^a]
vigr.^o do culto devino

Ag.^{to} Pr.^a Braga
companheiro do vigr.^o

Livro de Termos, fl.70:

Termo da meza de 3 de Mayo de 1767 em que
se manda fazer o q.^{to} pagam.^{to} ao M.^e da obra Joze
Per.^a Arouca e mais acrescimos que constão de hú,
rol¹⁸⁴ que fica no Arquivo

Aos tres dias do mes de Mayo de mil e setecentos e secenta e sete, em me-
za que estava fazendo N. Ca. Ir. vice Min.^o o D.^r Paulo de Souza Mag.^{ez} e mais Dif-
finr.^o a que prezedio o M. R.^{do} vice Comm.^o Fran.^{co} da Cunha e Souza, nella
apresentou o Mestre da obra da nova Capela Jozé Per.^a Arouca seu requerim.^{to} pe-
dindo lhe mandou pagar o quarto pagam.^{to}, como também os acrescimos que tinha
feito que constão do rol que apresentou, e fica no Arquivo desta ordem, e vista
a informação de NoSsos Car.^{mos} Irm. administradores da obra Mig^l Teyxr.^a G.^{ez}
e Ant.^o Alz. Vr.^a em que declarão estar nos tr.^{os} de se fazer o d.^o pagam.^{to}, e pela
louvação que ouve dos acrescimos que huma e outra couza faz a soma de hum
conto, seiscentos vinte e dous mil e vinte e sinco reis, e p.^r votoz uniformes em
meza se lhe mandou paSsar conhecim.^{to} em forma p.^a N. C. Ir. Sindico pagar a d.^a q.^{ta}:
e outrosim se deferio o despachoz de pertendentes p.^a fazerem suas profiSões, de que
mandarão fazer este tr.^o que asignarão comigo M.^{el} Carv.^o e S.^a ex secretr.^o que o fiz
e assigney.

Fr.^{co} da Cunha e Souza
vice comiSr.^o

Manoel Carv.o e Sylva
es sectr.^o

An.^{to} Miz. de Ar.^o
P.^{or} g.^{al}

Paulo de Souza Mag.^{es}
vice men.o

An.^{to} Frr.^a de Az.^{do}

Dom.^{os} Lopes de Carv.^o
sindico

Dom.^{os} Joze[ilegível]
Definidor

[ilegível] Mor.^a da costa
[como def.to]

Paulo Montr.^o

Vigário

M.^{el} albr.^o coelho
definidor

Joze Pinto de [ilegível]
es definidor

¹⁸⁴ ROL. O papel em que estão escritos os nomes de varias cousas para a lembrança dellas. In: BLUTEAU, Raphael., 1712, p.362.

Livro de Termos, fl.70v.:

Termo da meza de 6 de 7br.^o de 1767

a Resp.^{to} do pagam.^{to} da nova capela

Aos seis dias do mez de setembro de 1767 em meza que estava fazendo N. Car.^{mo} Ir. Vice Min.^o D.^r Paulo de Souza Mag.^{es} e mais Diffin.^{or} a qual prezidia o M.^{to} R.^{do} P.^e Comm.^o Viz.^{or} o D.^r Manoel Narcizo Soares nella se determinou uniformemente que o N. Ir. sindico não continuace mais com pagam.^{to} algum que pertença a Jozé Per.^a Arouca Mestre da obra pela razão de não estar vencido o pagam.^{to} que de presente se lhe vay fazendo e tem feito por não ter as paredes doz corredoes na igual.^{de} em que se achão as da capela, emq.^{to} não constar o contr.^o pela escriptura do ajuste, e determinação individual dos NoSsos Irm.^s Procuradores da mesma obra; como tambem por levantar os officiaes que nella trabalhavão sem se lhe dever cousa alguma= antes sim segd.^o o parecer da V.^{el} Meza tem recebido dinhr.^o demais; ainda no cazo que se lhe devece, ou deva, ham por suspender o d.^o pagam.^{to} emq.^{to} não pozer officiais na d.^a obra q. trabalhem actualm.^{te} aSim na obra de cantaria, como na alvenaria, cujo numero remetemos a eleição doz NoSsos Car.^{mos} Irmãos procuradores da mesma obra, e o d.^o Mestre temerariam.^{te} e contra justiça não ande publicando que levantou os officiais por falta do sobred.^o pagam.^{to} não se lhe devendo cousa alguma, antes sim tendo dinhr.^o demais, pelas razões referidas aSima ~~referida~~. De que se mandou fazer este termo em que aSigna= rão todo o Diffin.^{or} comigo Manoel Carv.^o e Sylva Ex secretr.^o que o escre= vi e aSigney

Paulo de Souza Mag.^{es}

Vice Men.^o

Ant.^o Miz d Ar.^o

Pd.^{or} G.^{el}

Dom.^{oz} Lopes de Carv.^o

Sindico

Manoel Carv.^o e Sylva

Ex secretr.^o

An.^{to} Frr.^a de Az.^o

[ilegível]

Manoel Ribr.^o Coelho

Definidor

[Fortuozo] Mor.^a da costa

como de [so]

Dom.^{os} Joze [Marz]

Definidor

Thomas Jozé de olivr.^a

ex [Pr.^{or} G.r.^{al}]

Paullo M. Mont.^o

vigario

Livro de Termos, fl.72:

Termo da faculd.^e e 1^{ca} concedida pela
meza ao N. Ir. Joze Pr.^a Arouca, e seo socio
Ant.^o Frz de Olivr.^a p.^a efeito de levantar huma
rancharia p.^a comodo seo, e da sua fabrica
na forma seg.^e

Aos 4 dias do mes de Decembro de 1768 no concistorio
desta V. ord estando em meza o N. C. Ir. Com.^o [V.^{or}] M.^{el} Nar-
cizo soares e Ex M.^o Miguel Txr.^a e mais definitorio a q~.
prezidiram se rezolveo concederse ao N. C. Ir. Joze Pr.^a Arou
ca e seo socio M.^e da obra na nova cappella a parte
do quintal q~. consta do termo q~. se fes na p.^{am} q~ o d.^o fes
a mesma meza com as clauzulas, e condizoins no mesmo
termo declaradas, cuja p.^{am} e termo fica no Archivo des
ta ordem e para constar fes este termo q~. asinaram
o R. D.^r Com.^o Ex Men.^o e mais definidores. Hera ut supra
e eu o Padre Francisco Esteves Secr.^o q~ o escrevi e a
Sinei

Manoel Narciso Soares	Miguel Teix. ^{ra} Guim. ^{es}	
CommiSs. ^{ro}	Ex Men. ^o	
Fran. ^{co} Esteves	Mig. ^l [S. ^a] de Ar. ^o	Domingos Deoliveira
Secr. ^o	Pro. ^{dor} Geral	Defenidor
Ant. ^o Alz~ Vir. ^a		
Sind. ^o	[como] definidor Joam [da costa]	
Joam de [ilegível]	Joao Ferreira Faya	
Defenidor	ex defenidor	
Paullo M. Montr. ^o		
Definidro	Manoel Lourenco de Souza	
	Vigar.	

Livro de Termos, fl. 75-76.:

Termo q a meza mandou lavrar sobre
o [acreSentam.^{to}] de tres palmos na largura
da Sancristia e noviSiado

Aos dois dias do mes de Dezembro de mil e Sete-
centos e SeSenta e nove annos nesta Cid.^e Mar.^a
o conSistorio desta Ven.^{el} ordem estando em meza

em meza a q prezidio o M.^{to} R.^{do} P.^e
 ComSr.^o Viz.^{or} Mel Narcizo Soares e por elle
 foi proposto o requerm.^{to} do Mestre da obra
 da nova Capella Joze Pr.^a Arouca a res
 peito de Ser conveniente o acreSentar na
 largura da Sanchristia e noviciado tres palmos
 e fazer cunhal de pedra labrada no canto q fica
 p.^a a banda¹⁸⁵ destas cazas e no principio da
 p.^{te} do Corpo da Igr.^a e juntam^{te} deixar duas
 portas huma da p.^{te} da Sanchrestia outra
 da p.^{te} do noveSiado p.^a estas cazas terem
 comunicaSam com a nova Igr.^a, o q ouvido
 pella meza g.^{al} q p.^a este efeito [*corroído*]
 [*ilegível*] foi dito era justo Se fizece o referido acre-
 Sentam^{to} aSim nas paredes da Sanchrestia e
 noviciado como tambem as portas p.^a [aSimen]-
 [tar] destas cazas p.^a a capella por dentro o q re
 [zervarão] p.^a a meza actual o ajuste da despeza
 da referida obra como tudo o mais q bem e jus
 to lhe pareceSe a respeito de mais ou menos
 largura q poSevil Seja sem nova altera-
 ção na formalid.^e dos pagm.^{tos} do q fasemos
 Sem escriptura e condicois de toda a obra
 e Sendo na mesma meza proposto pello noSo
 CariSimo Irmão o Alferes Joze Pinto de
 Souza como procurador da Camara actual
 q p.^a bem comum do povo pertendia meter
 huma pia [na faciada patamal¹⁸⁶] destas cazas
 p.^a nella se juntar a agoa do Canno q cai
 p.^a o chafaris e que sendo ouvido e conferido pella
 d.^a Meza g.^{al} se aSentou q visto não haver
 prigo ou prejuizo [condis] a faculdade p.^a o referi
 do e o d.^o noSo Irmão aSentou sem o d.^o [domno]
 e prejuizo, e de tudo mandaram fazer este termo
 q aSignaram comigo Secretario, que o escrevi e
 tambem aSinei
 M.^{el} Narciso Soares João [Teix.^a da costa]
 CommS.^{ro} Viz.^{or} Ex m.^{no}
 Manoel Dias Ferreyra Paulo de Souza Mag.^{es}

¹⁸⁵ Parte, ou lugar. In: BLUTEAU, p.29 v.2.

¹⁸⁶ Patamar da escada. He no alto da escada o plano, que a termina. In: BLUTEAU, p.14. v.6.

Paullo Roiz Ferreyra

Joam Soares de Ar.^o Fran.^{co} Esteves
Secr.^o.

An.^{to} Frr.^a de Az.^o

Mig. [*ilegível*] de Ar.^o

Ex procurador

An.^{to} Miz de Ar.^o

Pd.^{or}

Manoel da [*ilegível*] Leal de Souza Costa

Dom.^{os} Lopes de Carv.^o

Joze Pinto de Souza

[ex definidor]

Dom.^{os} Joze [*ilegível*]

Es definidor

[*ilegível*] de v.^a boas [Frecho]

Ex definidor

Domingos Deoliveira defenidor

M.^{el} miz da [M.]

Manoel Loureco da Fonseca

vigario

Livro de Termos, fl.76, 76v.:

Termo q se mandou lavrar sobre o preco de
acreSentam^{to} de tres palmos de largura na
[Sancrestia] e noviciado

Aos quatro dias do mes de Fevr de 1770 nesta cid.^e
Marianna o concistorio desta ve.^{vel} ordem 3^a em meza
a q aSistio N. C. Ir. o Cap.^{am} Fr.^{co} Machado de Mag.^{es}
vice Men.^o e mais definitorio a q prezidio o M.^{to} R.^{do}
P.^e ComiSr.^o Vezitador o Dr. M.^{el} Narcizo Soares

ahi foi proposto q era percizo ajustar com o Mestre
da obra da nova capella Joze Pr.a Arouca na forma
determinada no termo retro, o q.^{to} se lhe havia de dar
pello acreSentam.^{to} de tres palmos na largura da sancrestia
e [noviciado] e ouvido o d.^o mestre [dice] q lhe haviam de dar
noventa oitavas de ouro pello d.^o acreSentam^{to} e pellos
dous conhaes de pedra lavrada da p.^{ta} da rua e os dous
da p.^{ta} do quintal tamSomente lavrada [*ilegível*]
[increm.^{to}] tambem duas portas huma p.^a a [Sanristia]

a Sancrestia e outra p.^a o noviciado p.^a Sancrestia destas
cazas p.^a a Capella nova o q [custe] e ajustado for
toda a meza detreminarão se fizecem as condicos
e modo de pagam.^{to} em papel a parte em q aSigna
ce a meza e o d.^o Ir. Mestre da obra Joze Pr.^a e
porq na peticam q este fes nella referia q queria
cuntinuar as paredes dos d.^{os} corredores acabado o lan
ço q de prezente esta fazendo no Corpo da Igr.^a e p.^a
este aSerto carecia se lhe conrespondece com algum
genero de pagam.^{to} respetivo as d.^{as} paredes dos corredores
se detriminou na d.^a meza q o referido pagam.^{to} se
fizece da forma q nam excedece o preco de
quarenta e hum mil cruzados e o q se ajustou perten
cente as mesmas paredes se [sefizem] no tempo de
treminado na escriptura e condicoens ficando tudo com
sua forca [e vigor] de q se fes este termo q todos aSigna
ram e eu o P.^e Fr.^{co} da Cunha e Souza ex Secrtr.^o o fis
Manoel Narciso Soares Fran.^{co} machado de mag.^{es}
CommiS.^{ro} Vis.^{or} [vis] menistro
Paullo [*ilegível*] Mont.^o An.^{to} Alz. [Vir.]
Porcurado g.ral Sindico
Ant.^o Pr.^a Carnr.^o Domingos Deoliveira
Definidor defenidor
Pedro da Costa Mag.^{es} Joao Frr.^a Faia
Ex Secretr.^o ex definidor
Manoel Lourenco da fonsenca
Vigario Joze Pr.^a Arouca

Livro de Termos, fl.79 (canto superior direito):

Declaração

Em 25 de Setembro de 1772
recebeo o M^c da obra o Ir Jo-
ze Per.^a Arouca da mão do Ir-
Sindico An^{to}. Alz. Vr.^a os qu-
atrocentos mil reis q̃. declara
o termo em [8bro] p.^a pagam^{to}
da obra da nova cap.^{la}
e p.^a constar fez esta decla-
ração com o seceretr.^o actual
e comigo aSignou o d.^o Mestre
em 25 de 7br.^o de 1772

Manoel Carv. e Sylva

Secretr.^o

Joze P.^{ra} Arouca

Livro de Termos, fl. 86v.:

Termo de Meza de 5 de junho de 1774

Aos 5 dias do mez de Junho de 1774, nesta Cid.^e Mn.^a, e caza do consistirio desta V. Or.^{3a}. da Penitencia, em Meza a q. prezidio o M.^{to} Rd.^o P.^e. CommiSsario Vizitador, e o noSso C. Ir. Ex Ministro, e mais defnitorio abaixo aSsignado: nella se determinou o Ir. sindico q aSsistise com quatro centos mil r.^{es}, havendo dinhr.^o, ao Mestre da obra da Capella o nosso [C] Ir. Jozé Per.^a Arouca, a conta do oitavo pagam.^{to} [P.^a] clareza se madou fazer este termo. E eu Amaro Soares de Ar.^o Secretr.^o. actual da ordem o escrevi e aSsignei.

Com.^o Caetano Pinto da Mota e Castro

Miguel Teix.^{ra} Guim.^{es}

Amaro Soares de Ar.^o.

Ex Min.^o

Secretr.^o.

[An^{to}] Glz da Mota

Pedro de Alm.^{da}

[por]

Sindico

Manoel Miz Per.^a da Fon.^{ca}

Ex Deffinidor

Manoel [Mor.^a da Fos]

Thomas Jozé de olivr.^a

Definidor

Ex prd.^{or} g.^{al}

Pedro [*ilegível*]

Fortunatto Gomes Carnr.^o

Definidor

Definidor

Joze Pinto de Soares

Domingos de oliveira

Ex definidor

Defenidor

Joze Antonio Esteves

M.^{el} da Costa Coelho

Coadjutor do

Vigr.

vigr.^o

Livro de Termos, fl. 87:

Termo de Meza de 23 de 8br^o. de 1774

Aos 23 de Outubro de 1774, nesta Cid.^e Marianna, e no Concistorio desta Ven.^{el} Ordem 3^a. de Penit.^a em Meza em que prezide o M.^{to} R.^{do} P.^e Com.^{mo} viz.^{or} Caet.^{no} [P.^t] da Motta e Castro e noSso Ir. Vice Ministro, e-mais Difinitorio abayxo aSignadoz, nella foy propozto pelo N. Car.^{mo} Ir P.^{or} g.^l Tomaz Jozé de Olivr.^a que era m.^{to} util ajustarse a factura das portas, e janellas da noSsa nova capela, e q.[~] se oferece hum noSso Ir. por nome M.^{el} da Sylva Benavinte oficial de carpintr.^a com a capascid.^e q.[~] e notr.^a e não tem duvida fazer a d.^a obra co m.^{ta} mais commodid.^e do que se foSse p.^a outro emprego, em razão de ter prometido sua esmolla do feit.^o da m.^{ma} obra principalm.^{te} na porta principal, e nas duas traveSsas, que se oferece a fazellas refend.^{as} pelo m.^{mo} preço q.[~] se foSsem de almofadas invazadas; e deste feitio se determinou se ajustou com elle toda a mais obra de portas, e janellas neceSsr.^{as} para a d.^a Capela, não havendo outro mestre que por menor o faSsa cuja emcombencia se commete ao d.^o N. C. Ir. P.^{or} Geral, para que fassa a dilig.^a a bem da conveniencia da d.^a obra, e sua perfeição: e tambem como a noSsa Ir.^a Ministra [precisa] [conta deve conter] a festa de N. Snr.^a da Con.^{cam} manda se aSsestir com vinte oitavas; se determinou se fizece a d.^a festa, com correndo a ordem como o q.[~] faltar; do que se fez o prezente termo, que aSignarão, e eu Manoel Carv.^o e Sylva ex secrtr.^o que por auz.^{ca} do atual o escre-

vi e aSigney

Com.^o Caetano Pinto da Mota e Castro

Jozé Rib^o. de Car.^o

Manoel Carv.^o e Silva

vis M.^o

Ex Secretr.^o

Manuel da [Guerra] Leal de Souza

Thomas Jozé de olivr.^a

P.^e Fran.^{co} [Pr.^a] da S.^a

Prod.^{or} g.^{al}

Deffinidor

Pedro de Am.^{da} [ilegível]

P.^e Jozefino Cor.^o

Sindico

Definidor

Paulo de Souza Mag.^{es}

Pedro [Ogea]

Manoel da Costa S.tiago

Ex definidor

Definidor

Manoel Mor. da [ilegível]

Joze [Pinto] de Souza

Es definidor

Ex definidor

An.^{to} de [Oliveira]

Es definidor

M.^{el} da [Costa Coelho]

Vig.r

Manoel Felix P. Mello e Castro

Livro de Termos, fl. 88v.:

Termo p onde se determina q o noSso R.^{do} P.^e CommiSsr.^o
e os mais Ir. q forão escolhidos sahiSsem [*ilegível*] da
noSsa congregação a pedir esmolas p.^a as obras, com auto-
rid.^e p.^a poderem lansar habitos, e fazer proSições

Aos vinte e [nove] dias do mes de Abril de mil, e setecentos, e setenta
e sinco, nesta cid.^e Mnn.^a, e no concistorio da ven.^{al} ordem 3^a. da Peni-
tencia, em Meza a q prezide o M.^{to} R.^{do} CommiSsr.^o Caetano Pinto
da Mota e Castro, e Ir. vice Men.^o, e mais definitorio, na m.^{ma} foi
determinado, q como senão podia do rendim.^{to} actual da mesma
ordem suprir aos pagam.^{tos} que se devam fazer ao Mestre da
obra Joze Pr.^a Arouca, se preSsizava pedir esmolas p.^r todo o
territorio desta congregação, e com effeito se asentou unani-
men.^{te} que sahiSse o d.^o R.^{do} P.^e commiSsr.^o; e mais Ir.^s que forão
determinados, e q se lhe concedia faculd.^e para poderem
lansar habitos, e fazer ProSições, e de como se determinou
se fes este termo que todos aSignarão. E eu Fran.^{co} Soares
Bernardes Secrtr.^o que escrevi, e aSignei

Com.^o Caetano Pinto da Mota e Costa

Joze Ribr.^o de Carv.^o

Vice m.^o

Paullo Roiz Ferreyra

Fran.^{co} Soares Bernardes

Pedro de Alm.^{da} [e Sá]

Sindico

Pedro [Ogea]

Ex definidor

M.^{el} da Costa S.tiago

definidor

Domingos de oliveira

Joze Pinto de oliveira

definidor

Esx definidor

João Borgez Coelho Ex defin.^o

Manoel Mor.^a [Car.^o]

es definidor

An.^{to} de oliveira

Joze P.^{ra} Arouca

M.^{el} da Costa coelho

An.^{to} Frz de oliveira

Vigr.^o

Livro de Termos, fl. 89:

Termo que se fes de declaração da conta de receita, despeza
que se fes o anno de 1774, p.^r [ilegível] as somas em dias

Aos dois dias do mes de 7br.^o de 1775 nesta cid.^e Mnn^a; no concistorio desta
ven.^{al} ordem 3^a da Penitencia, em Meza a que prezide o M.^{to} R.^{do} Cae-
tano Pinto da Mota, e Castro CommiSsr.^o visitador, e o Ir. ex vice Me-
nistro o Dr. Paulo de Souza Mag.^{es}; ahi pelo Ir. secretario, a q.^m. [foi]
[lhe] mandado examinar as contas de receita, e despeza do anno de
1774, forão apresentados os livros, e sendo examinados se achou
[emportar a receita] mil, e duzentas, e quatro oitavas, tres quartos,
seis vintens, e a dispeza nove centos, secenta oito, e quarto, sete
vintens de oiro, que abatida da quantia aSsimavay a ficar na
mam do noSso Ir. Sindico Pedro de Alm.^{da} Faria duzentas, e
trinta, seis oitavas, e quarto, e sete vintens de oiro, desta formaou-
verão p.^r reformados os termos de enserramentos dos [livros] das
ditas contas de receita e despeza, determinando a mim Se-
cretario que nos mesmos livros fizeSse a declaração neceSsá-
ria, apuntado que aSsim o foi na forma deste termo que
p.^a constar de tudo se fes E eu Fran.^{co} Soares Bernardes
sectr.^o que escrevi, e aSignei

Com.^o Caetano Pinto da Mota, e Castro

Ex Vice Men.^o

Paulo de Souza Mag.^{es}

Fran.^{co} Soares Bernardes

Thomas Jozé de olivr.^a

Secrtr.^o

Prod.^{or} g.^{al}

Pedro de Alm.^{da} [ilegível]

Sindico

Manoel da Costa S.tiago

Definidor

Domingos de oliveira

Manoel [de Alm.^{da} S.^a]

Es definidor

Es definidor

João Borges Coelho

Joze Pr.^a Arouca

Ex def.or

Es defenidor

Manoel da Costa e M.

Vigr.

An.^{to} Frz. De oliveira

Livro de Termos, fl. 91:

Aos des dias, digo aos quatorze dias do mês de Agosto de 1777 no con-
 cistorio desta ven.^{al} ordem 3.^a da Penitencia do S. P. S. Fran.^{co} desta
 cid.^e Mar.^a e na Meza a que prezidio o Mt.^o R.^{do} P.^e CommiSsr.o
 Luciano Per.^a da costa, e o Ir. Men.^o Miguel Teixr.a Guim.^{es} e to-
 do o deffenitorio completo, ahi foi proposto pelo dito car.^{mo} Ir.
 Men.^o que estava determinado a fazer a festa do S. P. S Fran.^{co}
 conforme he obg.^{do} no dia do mesmo santo na capella velha, es-
 ta, não se puder por proposta [*ilegível*] p.^a o dito dia, e som.^{te} p.^a o mais
 de Dezbr.^o, o q~ sendo ouvido pelo Deffenitorio, e unanimem.^{te} foi de-
 terminado, q~ atendendo aos empenhos a q~ esta ven.^{el} ordem está
 obg.^{da}, e não poder fazer a trasladação dos santos, em a decencia e
 grandeza devida, se transferiSse a dita festa de N.S.P.S. Fran.^{co}
 p.^a o dia sete de Dezbr.^o, Saindo so no dia antecedente a tresla-
 dação dos santos, e no dia oitavo, a festevid.^e de N. Snr.^a da
 Conceição, que obg.^{da} a fazer a noSsa Ir. Min.^a, pois p esta modo
 se vem a fazer a dita tresladação com hum triduo, e sem des-
 peza da ordem = E outrosim foi determinado, q visto transferi
 se a festa do S.P.S.Fran.^{co} se transferiSse taobem a poSse da nova
 Meza p.^a o dia em que se fizeSse a festa. E de como aSsim o
 diSseram, e detreminarão se mandou lavrar este tr.^o que todos aSsi
 gnarão E eu o P.^e Fran.^{co} Soares Bern.^{des} secrtr.^o que o escrevi

Luciano Per.^a da Costa
 Comm.^o viz.^{or}

Min.^o

Miguel Teixeira Guim.^{es}

Paullo Roiz Ferreyra
 Ex vice Min.^o

P.^e Fran.^{co} Soares Bernardes
 secretr.^o

Paullo M. Montr.^o
 pro. geral

Pedro de Alm.^{da}
 sindico

Manoel Mor.^a da [S.^a]
 Definidor

Fortunatto gomes Carn.^{ro}
 Ex definidor

Joze P.^{ra} Arouca
 definidor

Manoel da costa S tiago
 ex def.^o

João Borgez Coelho [*ilegível*] Mor.^a da costa
 Ex def.^{or}

Livro de Termos, fl. 92:

Tr.^o de meza pello qual se faz aceitação da capella mor
sanchristia e Caza [do] noveciado ao mestre da mesma Joze
Per.^a Arouca

Aos nove dias do mes de Dez.^{or} de mil sette centos setenta
e sette annos nesta cida.^e M.^{na} e consistr.^o desta v. ord. 3^a. do Seraphico
P. S Fran.^{co} em meza a que prezide o R.^{mo} ComiSs.^o viz.^{or} Ir. Luciano
Per.^a da Costa, N. Ir. Min.^o [ofl.^o] Gonçalo Roiz de Mag.^{es} e mais defe=
nitr.^o ahi pello mestre da obra da nova capella Joze Per.^a Arouca
foi proposto que visto ter satisfeito as condiçoens da factura da cape=
la mor sachristia e caza do noveciado pello que toca a sua perfeição
interiorm.^{te} da mesma se lhe devia fazer aceitação visto ter esta v.
ordem intrado p.^a ella e estarse servindo da mesma: e que não
tinha duvida a que se meteSsem louvados para estes averiguarem
se estava ou não no que se acha feito conforme o risco e condiçoens com o
que ajustou a mesma obra e logo por todos uniformem.^{te} foi detre=
minado que da mesma capella mor sachristia e caza do noveci=
ado pello que toca internam.^{te} sedavão por intregues independen=
tes de louvacoens que não se [inconvinhão] mais que a despeza por
intenderem estar tudo feito com perfeição, e ainda algumas couzas
com [acreçimo]. E de como fizerão aceitação da d.^a obra independente
de louvação sem embargo de coalquer detreminação que tenha auido
incotr.^o mandarão lavrar este termo em que assignou a meza como a
ceitante e o d.^o mestre Jozé Per.^a Arouca como intregante. E eu João Borgez
Coelho secretr.^o que o escrevi e asignei

Luciano Per.^a da Costa Goncallo Roiz de Mag.^{es}

Comm.^o Viz.^{or} Ministro

An.^{to} Miz de Ar.^o João Borges Coelho

vice Min.^o Secretr.^o

Paullo Mis Mont.^o

por. geral

Manoel Frz João Glz. Pinh.^o

sindico defenidor

Joaquim glz. dias [coz] [Mig.^l] da cunha Per.^a [Soares]

definidor definidor

Manoel Mor.^a da S.^a

es difenidor

Luis Manoel Pinto

ex difenidor

M.^{cl} da Costa Coelho

vigr.

Joze Pr.^a Arouca

Livro de Termos, fl. 94v.:

Termo do dia mes e anno em que esta ven.^{el}

Ordem introu p.^a a nova capella e em que se benzeo

Aos onze dias do mes de Janr.^o de 1778 a nesta Cid.^e M.^{na} e concistr.^o desta ven.^{el} ordem estando em meza a que prezide o R.^{mo} ComiSsr.^o viz.^{or} Lucian=
no Per.^a da Costa e o Ir. Vice Min.^o Antonio Miz de Ar.^o com o mais definitr.^o
foi requerido pello Irmão Procurador Paulo de Ar.^o digo Paulo Miz Monteyro que
para a todo ^{tempo} constar se devia fazer termo do dia mez e anno em que esta ven.^{el}
ordem introu para a nova capella o que sendo ouvido [foy] detreminado que
se lançaSse este termo na forma seguinte: Em o dia sabado seis do mes de
Dez.^{or} de mil settecentos setenta e sette annos foy benzida a nova capella
de N. Sr.^a da Con.^{cam} de manham pello Ill.^{mo} e R.^{mo} Vig.^o deste Bispado Joze Jus-
tino de olivr.^a gondim na qual diSse a primr.^a miSsa dipois de acabada a solem=
nid.^e da bencão: E no dia seguinte sette do d.^o mes e anno se fez a festivid.^e de
N. P. S. Fran.^{co}: e no seguinte dia [sito] do d.^o mes se festejou noSsa senhora da Con=
ceição sendo Min.^o o Irmão Miguel Teixr.^a guim.^{es} e todos os mais irmãos nos car=
gos que exercião como consta da eleição do anno que principiou em 4 de 8br.^o
de 1776, e findou a 4 de 8br.^o de 1777 e por termo q se acha neste [t.^o] lansado
derão poSse a meza do anno seguinte no dia oito de Dez.^{or} do mesmo anno e para
constar foi este termo e declaro que no dia sette de Dez.^{or} se foi com prociSsão
solemne a trasladação dos santos p.^a a nova capella de manham e eu João Bor=
gez Coelho secretr.^o actual que o escrevi

Luciano Per. ^a da Costa	An. ^{to} Miz de Ar. ^o
Comm.o viz. ^{or}	vice Min. ^o João Borgez Coelho
Paullo M. Mon. ^{to}	Pedro de Alm. ^{da} e Sa secrtr. ^o

p ^{or} . gal	es sindico
Joaquim glz [dias]	[M. ^l] da Costa [Pr. ^a Soares]
Finidor	difinidor

João Glz Pinh.^o
Defenidor

Manoel Mor. ^a da S. ^a	
es defenidor	Manoel Glz Per. ^a da Fon. ^{ca}
Luiz Manoel pinto	
es definidor	M. ^{el} da Costa coelho
	vigr.

Livro de Termos, fl.98v., 99:

Termo pelo qual se determinou se continuaSse a causa contra a [*ilegível*] Arquiconfraria do cordão, e que se obrigaSse o Mestre da obra a continua-la

Aos vinte dias do mes de Junho de mil setecentos e oitenta e hum neste consistório da V.^{vel} Ord.^{3ª} da Pen.^a desta Cid.^e Mann.^a em Meza, a q prezidio o R.^{mo} P.^e Com.^o Viz.^{or} Fran.^{co} Soares Bernardes , o Ir. V.^e Min.^o actual [o Ten.^{te}] Pedro da Costa Mag.^{es} e o mais Diffinitorio ahi foi pro-

proposto, q̃ era conveniente á onra e credito desta V.^{el} Ord, q̃ se continu= Sse a ação de libelo contra os homens pardos da denominada Arquiconfraria do cordão, e [logo] uniformemente foi determinado, que aSsim se praticasse e m^{to} principalm.^{te} pelo R.^{mo} Vigr.^o [Pro^o] ter mandado Proc.^{am} p.^a o m.^{mo} fim, e outrosim igualm.^{te} se determinou q̃ o Ir. Proc.^{or} g.^{al} cuidasse logo em fazer descer os autos de V.^a R.^a contra o Mestre da obra José Pereira Arouca para obrigar a continuar com a mesma metendo officiaes á custa dele, q^{do} não queira continuar, conforme as a^snn^{ca} proferida [*ilegível*] desta m.^{ma} obra, e como aSsim a diSserão, acordarão, e determinarão se mandou lavrar este termo, q̃ todoz aSsignarão, e eu o P.^e Alex.^e Gomes Carn.^{ro} secretr.^o actual o escrevi, e aSsignei.

Fran.^{co} Soares Bernardes

Pedro da Costa Mag.^{es}

Com.^o Viz.^{or}

vice men.^o

Alex.^e Gomes Carnr.^o

Thomaz Jozé de Olivr.^a

M.^{el} Carv.^o e Sylva

defr.o

Manoel Mor. de As

Domingos Frz. de Carvalho

sindico

Definidor

Luis Manoel Pinto

Pedro de Alm.^{da}

Joze Gr.^a da Roza

Defenidor

Comp.^a do vigr.^o

Livro de Termos, fl.102, 102v.:

Termo pelo qual se deu nova forma ao fronteuspicio
da capela e arco do coro

Ao primr^o. de Junho de mil setesentos, e oitenta, e tres no consistorio da V^{el}.
Ord. 3^a. da Pen^a. do S. P. S. Fran^{co}. desta Cid^e Mar^a, junto o Diffinitorio pleno a q
prezidio o R^{do}. Com^o. Viz^{or} Fra^{co} Soares Bernrd^s. o Ir^m. Ex. Min^o., Mig^l. Txr^a.
Gu^{es}., e mais V^{es}. Min^{os}., sendo ahi pelo Ir Joze Per^a. Arouca M^e da Capela
foi proposto, q a empena [const^e] do risco, com q rematou a d^a. obra, e mais
fronteuspicio, e torres [tinha] bast^{es} defeitos, os quaes [se pediã] agora em=
mendar, o q sendo [ouvido] pelo Diffinitorio e visto o novo apontam^{to}, q po^r
iSso sefes: pelo m^{mo}. Diffinitorio foi uniformemen^{te} aprovado, q se [deSse] nova
forma ao fronteuspicio, e torres, seguindo em tudo o d^o apontam^{to}, ou novo
risco, q p^a iSso se fes, q logo se aSsignou pelo Ir^m. Ex. Min^o. Mig^l. Txr^a.
Gu^{es}., o Ir^m. Ex. Min^o. Paulo Rois Frr^a, e os Ir^m. Ex. os v^{es} Min. os o R^{do}, Dom^{os} X^{er}
Miz, os D.^r M^{el}. da [Guerra] Leal de Sz^a, e Castro, e An^{to}. Miz [Castr.^o], e Ir
Proc^{or}. Doms^{os} [Frr.^a] deCard^o, juntos com o d^o. Mestre da Obra da Capela
Joze Pr^a Arouca. E outro Sim igualm^{te}. foi proposto q o arco

o arco do Coro, por ser defícil a sua seguransa em razão da m^{ta} largura da Capela, se devia dividir em tres, o q ouvido, e ponderado pelo m^{mo} Diffini tório se aSsentou uniformem^{te}, q se fizeSsem os tres [arcos] com suas columnas tudo de pedra da PaSsage~, metendo-Se nas m^{mas} columnas duas pias de agoa benta, e também se determinou, q as grades, q se axão postas nas duas janelas das torres se tiraSsem fora, e se [uzaSsem] [balaustres] depedra na forma dos q. se axão postos nas outras janelas, e q suposto, que ele rematante tinha obrig^m defazer, as pilastras das torres de Cantaria se aSsentou foSsem [fei]tas de alvenaria fingida, e feita, q foSse toda aobra, digo [alvenaria] fingida e q em lugar das [garimpas]¹⁸⁷, q se axão apontadas no risco, meteSse [ele] rematante, hua, pyramide em cada torre feitas com toda a perfeição, e corpo correspondente, e q as m^{mas} pyramides serão de pedra da paSsage, e q suposto ele rematante fosse obrgd^o a encanar a agoa per tensente a esta V^{el}. Ord por detras da Capela, [de novo] se acertou, q por inconvenientes, q podião rezultar se vazaSse o d^o. encanam^{to} pela frente da Capela, e q feita a d^a. obra se meterião dois louvadoz, hum p^{or} p^{te} desta V^{el}. Ord. e outro do d^o rematante p.^a a v^{ta} da obra, q o m^{mo} rematante tinha obrig^m de fazer, e q de novo [creseu], e Sediminuio da antiga determinarem o q justam.^{te} se deve pagar, ou diminuir no ajuste po^rq rematou a factura da d.^a Capela. Tambem foi proposto q v^{to} ser dividido o arco do coro em tres, seguiSse a m.^{ma} correspondencia po^r sima de m^{ma} formas de madeira, levando simalha com a mesma factura correspondente a do arco cruzeiro de faiscado, e que o forro do corpo da Igreja se fiseSse de faiscado nascendo de todas as partes da simalha rial, e de como aSsim [o diSserão] e acordarão se lancou este termo que todos aSsignarão junto com o M^e. da obra Joze Per.^a Arouca que optou pelo ajuste, e determinação aSima expreSsada, eu o P.^e Alex.^e Gomez Carnr.^o secretario actual o escrevi e aS=signei.

Fran ^{co} Soares Bernardes	Miguel Teix ^a Guim ^{es}	Paullo Roiz Ferr.
com. ^o viz. ^{or}	esx Min. ^o	Ex. Min. ^o
Dom. ^{os} X ^{er} . Alvz.	Manoel da Guerra Leal de Souza [Carv. ^o]	
	Alex. ^e Gomes Carnr. ^o	
	Secretr. ^o	

An ^{to} Miz d Av ^o .	Domingos [Frz.] Carvo.
	pr. geral

Manoel Mor. ^a do S ^a .	Joze Antonio Esteves
es sindico	definidor

Pedro de [Alme. ^{da}] [ilegível]	Domingos de Oliveira
ex fenidor	Joam Glz [pinto]
Luis Manoel [Pinto]	[ilegível] Soares
[M. ^{el}] Carvo e Sylva	Joze Pr. ^a Arouca

¹⁸⁷ Verbete grimpas: Ornato, geralmente de folha plana de metal, que aparece no remate das torres de igrejas ou outros edificios, à maneira de catavento. Por extensão, a parte mais alta de um edificio. ÁVILA, p. 149.

Livro de Termos, fl.109v.-110:

Termo em que se detremina que esta
Veneravel ordem supra com o que fal
Tar p.a pagam.to do forro do corredor
Da capella q a seu cargo tomou
Mandar fazer N. C. Ir. Domingos
Jozé de Mir.da e q o Ir. Procurador
poSsa mandar fazer o goarda pó
do Altar de St.a Roza e tirar
a madeyra p.a a porta principal
e traveSsar da NoSsa Capela

Aos dezaseis dias do mês de Janr.^o de 1791 nes
ta cid.^e M.^{na} e concistorio da ven.^l ordem
3.^a da Penitencia em Meza a q prezedio o
R.^{do} Com.^o Viz.^{or} Francisco Soares Bernardes e o
Ir. ex Men.^o e mais definitorio ahy foy porposto
p.o Ir. Dom.^{os} Joze de Miranda q~ elle se havia
emcarregado de mandar fazer a sua custa e de
esmolos de alguns Irm.^s o forro do corredor
da capela desta ven. ordem; mas como a o-
bra excede as suas forcas e as dittas esmolos
requeria q~ esta ven.l ordem ouveSse de con-
trebuir com o q~ faltaSse p.^a inteira satisfa-
ção da m.^{ma} obra o q~ sendo ouvido p.^{lo} defenito-
rio e p.^{lo} mesmo uniformem.^{te} acordado e detre-
minado q~o d.o Ir. continuaSse em mandar
concluir o d.^o forro e q~ faltando algum dr.^o
p.^a inteira solução do m.^{mo} esta ven. ordem
o satistizeSse e outroSim foy acorda-
do e detriminado q~ visto o N. C. Ir. Al-
f.^s Joze Per.^a Arouca mandar fazer a sua
custa e de esmola o guarda pó p.^a o Al-
tar de S.^m Roque o Ir. procurador man-

MandaSse fazer outro em tudo se me
lhante p.a o Altar de S.ta Roza fazendo o-
ajuste neceSsario e da mesma sorte pode
o mesmo procurador mandar tirar as ma-
deyras neceSsarias p.a as portas principal
e traveSsas da capela e de como aSim
o acordarão e detreminarão se fes este ter-
mo q~ todos aSignarão e eu Jozé Perey-
ra Glz Secretario actual q~ o escrevy e
aSygney

Fran.^{co} Soares Bernardes

Com.^o Viz.^{or}

Joze Pereyra Glz

Secretr.^o

P.^e Fran.^{co} Corr.^a Rebello

Ex Secretr.^o

Antonio Borges Roiz

Fran.^{co} Per.^a de Ar.^o

Joze P.^{ra} Arouca

An.^{to} Miz de Ar.^o

es vice Min.^o

An.^{to} Glz da Mota

pro.^{or} geral

M.^{el} [*ilegível*]

Domingos Deoliveira

Termo de doação que fes o [Rd.^{mo} João] Borges [Coelho] do Relogio de parede e [aseitação] q a Meza faz da d^a.
doação na forma abaixo expre
cada

207

An. ^{to} Miz. [de Ar. ^o]	[Jozé] Pereyra
Ex vice Min. ^o	Secretr. ^o
[Manoel][<i>ilegível</i>]	[Fran. ^{co} Re. ^z de Ar. ^o]
	Sindico
[<i>ilegível</i>]	
[Difinr. ^o]Dom. ^{os}	Jozé de [Almd]
Dom. ^{os} [Crvo de coelho]	Pedro de [Alv. ^{ez}]
	Esx sindico
M. ^{el} [<i>ilegível</i>]	
Domingos de oliveira	João Pinto Pereira

Livro de Termos, fl.112-113:

Termo de entrega que faz o N. C. Ir.

Miguel Teixr.^a Guimarias das obras que tem
feito nesta capela e cortinas huas por or-
dem desta meza e outras sem ella a
sua custa e esmolos o que melhor se ve
abaixo declarado

Aos doze dias do mes de oitubro de mil e sette
cento e noventa e tres [an^s] no consistório desta ven.^{el} ordem
3^a. da Penitencia em Meza a que prezediou o R.^{mo} Com.^o
Viz.^{or} Francisco Soares Bernardes e o Ir. Min.^o e mais
Deffinitorio ahy appareceo o Ir. ex-Min.^o Miguel
Teixr.^a Guim.^{es} e por elle foy ditto em prezença
da Meza que fazia entrega de todas as obras
q~ tem feito nesta capela e cortinas p.^r ordem
desta Meza huas [e outras] sem [ella as quais]
são as Seg.^{tes} = A capella mor, Sancristia [novici-]
[ado] e corredores q~ [se tinha] feita como melhor cons-
ta de hum caderno que já entregou nesta Ven.^l or-
dem e [se acha] no Arquivo della, e agora a faz

[fazia] entrega de seis portadas de cortina
 [de Damasco aparelhadas], de hum [cetial] de Damas-
 co [com franja] de ouro da boca da trebuna, e aSim
 mais quatro [cetiais] da bouca dos quatro altares co
 laterais [todos] de damasco e franja de retroz; e aSim
 mais de dois altares colaterais a saber de S.^{ta} Iza-
 bel e S.^m Luis Rey de Franca que ambos empor-
 tarão seiscentos e quinze mil r.^s e p.^a estes recebeo
 o ditto Irmão Miguel Teix.^{ra} [Guim.^{es}] da Irmã Ca-
 therina de Souza PaSsenha a q.^{ta} de trezentos e sette
 mil e quinhentos r.^s os quais Altares forão feitos
 sem licenca da Meza, e aSim mais entrega a es-
 cada da torre que ajustou com o Alf.^s Jozé Per.^a
 Arouca e lhe pagou de seu dr.^o e aSim mais fas
 entrega do forro do Corpo da Igreja, e [coro] q foi con-
 sultado nesta Meza e se lhe deo eSsa inconven-
 cia e aSim mais o reboque dos seis barretes do
 Coro os quais pagou ao d.^o Ir. Alf.^s Jozé Pereira
 Arouca e aSim mais as pinturas do teto da Igr.^a
 e [cimalhas] que mandou [fazer] sem licenca da Meza
 que todas [estas] obras de forros, [pinturas, reboques] de barretes [imp.^{am}]
 em hum conto e duzentos e [dezeis] mil r.^s e p.^a esta conta
 [som.^{te}] recebeo a [q.^{ta}] de cento e vinte e quatro mil r.^s a saber
 do Ir. Dom.^{os} Jozé Miz~ quarenta mil r.^s do Ir. R.^{mo} Com.^o
 Fran.^{co} Soares Bernardes vinte e quatro mil r.^s do
 Ir. Alf.^s Manoel Carvalho Silva trinta e seis mil
 r.^s e da Ir.^a D. Catherina de Souza PeSsanha vinte
 e quatro mil r.^s e aSim mais fas entrega dos púl-
 pitos que mandou fazer sem [licenca] da Meza os
 quais ajustou e pagou ao Alf.^s Ir. Jozé Per.^a Arouca
 a q.^{ta} de cento e vinte mil r.^s e aSim mais fas entre-
 ga das [grades] que mandou fazer sem licença da
 Meza por Romão de Abreu as quais emportarão
 em [duzentos] e oito mil e setecentos reis que pa-
 gou do seu dinheiro sem que de todas [estas obras]
 dependeSse esta Ven.^l ordem [cousa] algua e se da
 por pago e Satisfeito do seus [emportes] a declara o ditto
 Irmão que [Se] algua destas sobredittas obras não
 [estiver] a gosto desta Ven.^l ordem, desde já pede

humildem.^{te} [como] filho [obdiente lho per]
 [doe] mandando outroSsim fazela a gosto [de]
 todos os seus Ir.^s CariSsimos a q.^m m.^{to} Ama em
 o Senhor, pois que ditto Ir. [Miguel] Teixr.^a G.es
 só dezeja e quer tudo do melhor p.^a [o augm.^{to}] desta
 ven.^l ordem 3^a. de quem hé obdiente filho e
 como aSim o diSse e declarou e fizerão aSeita
 cão da ditta [entrega] das sobreditas obras se
 fes este termo que todos aSignarão e eu Jozé
 Pereyra Goncalves Secretr.^o q escrevy e aSigney
 Miguel Teixr.^a Guim.^{es} Fran.^{co} Soares Bernardes

com.^o

Joze P.^{ra} Arouca

Paullo Roiz Ferreyra

Ex min

An.^{to} Miz d'Ar.^o

Manoel Mor.^a da S.^a

Ex vice Min.^o

Procurador

Fran.^{co} Per.^a de Ar.^o

Joze Pereyra

Sindico

Secretr.^o

Definr.o Dom.os Joze de [Ma.]

Dom.os Grz de [Car.^o]

Pedro de [Torres]

M.^{el} [*ilegível*]

es sindico

Domingos de oliveira

João Pinto Per.^a

João Coelho da Cruz

Vigario

João Manoel [Alm de Mag.^{es}]

es vigario

Livro de Termos, fl.113v.-115:

Termo que se fes por ordem da
Meza sobre aSeitação da Capela
desta Ven^l. ordem 3^a. feita p^{lo}. N. C.
Ir. o Alfe^s. Jozé Pereira Arouca e a
juste dos aCreSsimos e deminuico
ens q, ouverão na d^a. obra como
melhor seve neste t^o. declarado

Aos dezanove dias do mes de Março
de mil e SeteCentos e noventa e qua
tro em nesta Cid^e. de Marianna e
no Consistorio da Ven^l. ordem 3^a da
Penitencia de N.S.P. S^m. Francisco

em meza a q prezidiu o R.^{mo} Com.^o [Fr.^{co}]
 Soares Bernardes e o Ir. ex Min.^o o N. C. Ir.
 [ilegível] Paulo Roiz Ferr.^a [por auzência] do actual
 ahy p.^{lo} N. C. Ir. ex Min.^o Miguel Teixr.^a
 Guim.^{es} foy porposto q em vertude do [ilegível]
 desta ven.^l meza p.^{lo} qual [ilegível] facultava
 o poder junto com o procurador Geral
 o ir. Secrtr.^o de examinar com o M.^e
 d a obra os acreSsimos e deminuicoens que
 na mesma ouverão a vista dos risco, e com
 dicoens com q foy arrematada a m.^{ma} obra
 se feito examinarão, e averiguarão com
 toda a vexação tanto [acreSsimos] como
 deminuicoins q ouverão e destin
 tam.^{te} [onde serão] os acreSsems as demi
 nuicoins q [calculado] tudo pegarão e
 devenSse dar dos m.^{mos} acreSsimos a [q.^{tia}]
 de oito centos mil r.^e entrando nisto
 todas as mais [obras] q o rematan
 te tinha mandado fazer de carapina
 q vem a ser portas e janelas, como tam
 bem os vidros e obras do ocolo do fron
 tespiSsio, excetuando o [fundos] dos corredores
 o q liquidada a conta do q esta vene
 ravel ordem tinha dado ao d.^o M.^e da
 obra por conta da m.^{ma} constava dos reci-
 bos ser a q.^{ta} de quinze contos seiscen
 tos e vinte e oito mil sette centos
 sincoenta e seis r.^s e q sendo arremada por
 dezaseis centos e quatro cen
 tos mil r.^s e creSsendo agora os oito
 centos mil r.^e em [ilegível] cento e vinte e dois
 mil e vinte e sinco r.^e de outro acre
 Ssimo q ouve no quatro pagam.^{to} vinha
 esta veneravel ordem [ilegível]

ao M.^e da obra p.^a inteira solução não só do
 producto de arrematação mas também de
 todos os acressimos q ouverão a q.^{ta} de hum
 conto e seissentos e noventa e tres mil du
 zentos e sesenta e nove r.^s o q tudo ouvido
 p.^{lo} Deffinitorio p.^{lo} mesmo foy oniforme
 mente detreminado q havião por boa a
 averiguação dos acressimos e deminuiçoins bem
 como o ajuste de se dar p.^{los} acressimos expre-
 ssados a referida q.^{ta} e dois mil cruSSados
 sendo chamado o d.^o Ir. rematante da obra
 o Alf.^s Joze Per.^a Arouca, p.^a dizer e declarar
 se estava ou não p.^{lo} [dito] ajusto e calculo
 expreSSado p.^{lo} mesmo foy ditto q não duvida
 va a couza alguma do q Se acha declarado
 neste mesmo termo e que hera verd.^e haver
 recebido por conta da arrematação da obra
 a q.^{ta} de quinze contos seis centos e vinte
 e oito mil settecentos e sincoenta e seis
 r.^s de q dava plena e geral quitação, e que
 p.^a inteira solução de quarenta e hum mil cruzados
 em q fora rematada a obra: se
 lhe restava a q.^{ta} de sette centos e setenta
 e hum mil duzentos e quarenta e quatro reis
 a q.^{ta} junto com o acressimo q ouve no
 quarto pagam.^{to} de 122\$0025r. junto com
 os 800\$000 r.^s de todos os mais acressimos q
 ouverão vinha esta ven.^l ordem a dever
 lhe a q.^{ta} já declarada de hum conto
 seis centos e noventa e tres mil duz
 e sesenta e nove r.^s, e que com esta
 q.^{ta} se dava por justo não só do

do produto darrematação mais [*ilegível*]
de tudo o mais expreSsado neste termo
sem q. em tempo algum poSsa [repartir]
mais acreSsimos nem esta ven.¹ ordem
deminuicoins e q se dava por entregar dos
recibos visto dar neste termo quitação
da sua importancia e aSignar huma lista
dos mesmos e calculo q se fes. ficando tam
som.^{te} obrigado acabar o q falta na d.^a obra
segundo as condicoins e esta ven.¹ ordem
se da por intregue do q esta feito e de
como assim o diSserão a cordarão e de
treminarão se faz este termo q todos
aSignarão junto com o referido M.^e da
obra e eu Jozé Pereira Glz. Secretr.^o
desta ven.¹ ordem que o escrevy

Fran. ^{co} Soares Bernardes com. ^o	Paulo Roiz Ferreyra ex Men. ^o
Miguel Teix. ^{ra} Guim. ^{es} es min. ^o	An. ^{to} Frr. ^a de Az. ^{do} ex m. ^o
An. ^{to} miz de Ar. ^o es vice Min. ^o	Joze Ferreira Glz secretr. ^o
Dom. ^{os} Glz de carvalho [por. geral]	Pedro de Alm. ^{da} [<i>ilegível</i>]
An. ^{to} de Alm. ^{da} Cintra	
Ex defenidor	Fran. ^{co} [<i>ilegível</i>] de Ar. ^o
Ex defenidor	Dom. ^{os} Joze de Mird. ^a
Manoel Mor. ^a da S. ^a	Manoel Carv. e Sylva
M. ^{el} Mor. [<i>ilegível</i>]	ex secrtr.
Bento Jozé Glz Guim. ^{es}	Francisco luis de Carv. ^o
João Manoel [<i>ilegível</i>] de Mag. ^{es}	

Livro de Termos, fl.116v.:

Termo pelo qual foy detreminado
q se asentacem as portas e q~ depois se pro
Ssedee a louvação na forma do termo
Fl.115

Aos doze dias do mes de outubro de mil
settesentos e noventa e quatro an.^s nesta cid.^e
Marianna no concistorio da ven.^l ordem 3^a. da
Penitencia em meza a q.~ prezedio o R.^{mo} P.^e
Com.^o viz.^{or} e Irmão Min.^o Miguel Teixr.^a Guim.^{es}
Ahy foy proposto se se havia de acentar ou
não as portas principal e traveSsa e logo corren
doSse a escortino a plurald.^e de vottos foy detre
minado q.~ se acentacem as dittas portas e que
depois de acentadas antes de se fazer delas acei
tacão se porsederia a louvacão detreminada p.^{lo}
termo a fl.115 e de como assim o diSserão e a
acordarão se fes este termo p.^r todos aSignado
e eu Joze Pereyra Glz. secretr.^o q.~ o escrevy e aSinay
Fran.^{co} Soares Bernardes Miguel Teixr.^a guim. Paullo Roiz [Frr.^a]
Com.^o viz.^{or} Mn.^o exMen.^o
An.^{to} Glz da Mota An.^{to} Miz de Ar.^o
vise m.^o ex vice Mn.^o

Fran. ^{co} Per. ^a de [frontes]	Joze Pereyra [Glz]
es ves ministro	secretr. ^o
Dom. ^{os} Fr. ^s de [ilegível]	Pedro de Alm. ^{da} [ilegível]
vigr. Geral	sindico
M. ^{el} Mor. [ilegível]	João Esteves[ilegível] Dias[ilegível]
	Definidor
Antonio Borges Roiz	Bento Jozé Alz. Guim. ^{es}
ex definidor	
[Alezando] Coelho [Monteiro]	Joao Duarte Peix. ^{to}
Definidor	
An. ^{to} [ilegível] Borges	Antonio [Lopes Teix. ^{ra}]

Livro de Termos, fl.117,117v:

Termo pello qual forão Eleitos os Irmãos
Min.^o Miguel Teixr.^a G.^{es} e o Ir. vice Min.^o
Ant.^o Glz da Motta e os mais abaixo de
claradosp.^a ajuste do douram.^{to} do al
tar Mor e reforma do Trono

Aos dezoito dias do mes de Novembro de
mil settecentos e noventa e quatro an.^s no
concistorio desta ven.^l ordem 3^a. da Penitencia
a que prezedio o R.^{do} Com.^o e Ir. Min.^o ahy foy
proposto que se devia cuidar no ajuste do doura
mento do altar mor em razão de terem [delegado]
do R.^o [ilegível] os perparos q.~esta m.^{ma} ordem tinha
mandado buscar p.^a o d.^o douram.^{to} e logo uniforme
m.^{te} se detreminou q.~ o Ir. Min.^o Procurador e se
cretr.^o tomacem a seu cargo o ajuste da m.^{ma} obra
fazendo as condicoens e calcolos necessários p.^a com
plemento do m.^{mo} ajuste o q.~ tudo assim pratica
do darão parte a esta Meza p.^a ver e dar
a Sua ultima deliberação e outroSim farão
examinar o Trono p.^a ver a melhor alumação
das banquetas e do mais q.~ o m.^{mo} neciSsitar p.^a se
fazer a reforma ajustando a como mais
conveniente for e dando igualm.^{te} parte
na forma já dita e de como aSim
o diSserão e acordarão se fes
este termo q.~ todos aSignarão
e eu Jozé Pereyra Gonçalo

secretario actual q.~o escrevy e aSigney

Fran.^{co} Soares Bernardes

Com.^o viz.^{or}

Miguel Teixeira Guim.^{es}

Min.^o

An.^{to} Glz da Mota

vise M.^o

An.^{to} Miz de Ar.^o

ex vice Min.^o

Joze Pereyra Glz

secretr.^o

Dom.^{os} Crv. [*ilegível*]

p.^o geral

Pedro de Alm.^{da} e [*ilegível*]

Sindico

Manoel Carv. e Sylva

Fran.^{co} Per.^a de Ar.^o

[*ilegível*] coelho [Moreira]

ex definidor

[An.^{to}] Pr.^a [*ilegível*]

Man.^l Felis de Mello e Castro

exdiffin.^{or}

Fran.^{co} [Alz. da S.^a]

M.^{el} [*ilegível*]

Livro de Termos, fl.126:

Termo pelo qual se deliberou em acentar se a porta
que deu o noSso CaríSsimos Irmão Joze Per.^a Arouca p.^{la} es
mola a esta ordem uma porta que vai p.^a o quintal

Aos 15 dias do mes de Janeiro de 1797 nesta Cidade
de Mar.^a em o conSistório desta Ven.^{el} ordem Tercei
ra da Penitência do Patriarca S. Francisco em Mesa
a que presidio o M. R.^{do} Conego CommiSr.^o Irmão
Ex. Min.^o e mais deffenitorio ahi foi deliberado que
o NoSso C. Irmão Sindico o Ten.^e [Dom.^{os}] Frz de Carvalho
mandaSe acentar a porta que deu em Sua vida a NoSso
Carissimo Irmão o Alferes Joze Pereira Arouca as
tisfazendo toda a despeza, que [já] fazes no d.^o acerto
e que Seja aSentada na porta [traveSsa] da parte da or
ta para onde o m.^{mo} faleSido [a tinha] dado
de como aSsim Se deliberou Se fez este termo que
todos aSsinarão; e eu o Padre Joze de Souza Ferrei
ra [Franco] Secretário actual que o escrevi

Fran.^{co} Soares Bernades

An.^{to} Miz de Ar.^o

ComS.^o

ex Min.^o

An.^{to} cazé da Mota

Joze de Souza Ferreira [*ilegível*]

Ex vise m.^o

secretr.^o

[*ilegível*] Braga

Dom.^{os} Frz de Carvalho

João Joze de [*ilegível*]

M.^{el} [Moraes]de [*ilegível*]

Fran.^{co} Per.^a de Ar.^o

difinidor

M.^{el} Felis de Mello e Castro

Felizardo [*ilegível*]

Paulo de [*ilegível*]

ex defendor

Domingos deoliveira

João Lops da costa

Dom.^{os} Joze de Mird.^a

Livro de Termos, fl.129, 129v.:

Termo pello qual se ajustou a factura do Trono,
Portas, e Janellas da Capella

Aos vinte de hum dias do mês de Janeiro de mil e sete centos e noventa
e nove annos nesta cidade Marianna no Consistorio da Veneravel
ordem em Meza a que prezedio o Muito Reverendo Conego ComiSsario

Comissario, e Irmão Ministro e Sendo ahy comparaSeu Valentim Gomes de Abreu offeical de Semblador, e com o mesmo foi feito a factura do Trono na forma do Risco, e Condições na quantia de Cento e Sesenta mil Reis com a obrigacao das duas portas expreSadas nas mesmas Condições igualmente forão [postas] as portas , e janellas na forma que mostra o Risco e Condiçoens na quantia de cento e sincoenta e nove mil e seis centos reis, cujo Risco e Condiçoens Se aSignarão por esta Meza o d.to Mestre e de Como assim Se ajustarão se fes este termo que todos aSignarão junto com o referido Mestre de obra e Eu Bento Joze Gonçalves Guimarães Secretario actual que o Escrevi e aSignei

Fran.^{co} Soares Bernardes

Com.^o

Seb.^{am} Roiz Sette

Vice Min.^o

Antonio Borges Roiz

Sindico

P.^e Joze [Lino Cor.^a] de Carv.^o Pontes

Difinidor

Domingos [*ilegível*]

Ex difinidor

An.^{to} Glz da Mota

Ex vise M.^o

Manoel Carn.^o e Sylva

Ex v M.^o

M.^{el} Marques [De carv]

Eis difinidor

João Manoel Alv, de [*ilegível*]

Domingos deoliveira

ex dif.^{or}

Valentim Gomes de Abreu

Pedro da Costa Mag.^{es}

ex Min.^o

Bento Joze Glz Guim.^{es}

Secretr.^o

Dom.^{os} Joze de Mir.^{da}

Pro.^{co} G.^{al}

An.^{to} Joze de Souza

definidor

Joze de Souza [*ilegível*]

ex diffinor

Joze Pontes [e souza]

ex definidor

João Lops [*ilegível*]

Livro de Termos, fl.130, 130v.:

Termo pello qual se ajustou ao creSentamento do
Adro

Aos dezoito dias do mes de Março de mil e sete centos e noventa e nove
annos, e no ConSistorio da Venerável ordem terceira de S. Francisco da Ci
dade Marianna em Meza a qui prezedio o ReverendiSSimo Conego ex

ComiSario, Irmão Ex Ministro e mais Deffinitorio, e Sendo ahy compareSeo
 Prezente o Alferes Francisco Fernandes Arouca, e por elle foi dito que se
 obrigava a fazer o acreSimo do Patio constante do Risco, e condições tudo
 pello preSo e quantia de duzentas e oitenta oitavas de ouro, e de como foi justa
 a dita [*ilegível*] pella referida quantia na forma expreSada no Risco, e condições
 aSignadas por esta Meza, e pello d.to Mestre se fes este termo que todos
 aSignarão e eu Bento Jozé Gonçalves Guimarães Secretario que o Escrevi
 e aSignei

Fran.^{co} Soares Bernardes

[*ilegível*]

Dom.^{os} Joze de Mir.^{da}

Por G.^{al}

O P.^e Jozé Lino Cor.^a de Carv.^o Pontes

Difinidor

An.^{to} Joze de Souza

Narcizo Gomes Carn.^o

Ex deffin.^{or}

An.^{to} Glz da Mota

Ex defor

João Manoel Alv. de Mag.^{es}

Joze pinto de souza

Fran.^{co} Frz Arouca

Pedro da Costa Mag.^{es}

ex Min.^o

Bento Jozé Glz Guim.^{es}

Secretario

Domingos [*ilegível*]

Joze de Souza Ferreira [*ilegível*]

Domingos Deoliveira

João Lops da costa

Custodio [*ilegível*] de Mird.^a

[M.^{el}] Glz Per.^a da Fon.^{ca}

Vigr.^o

Livro de Termos, fl.134, 134v.:

Termo pello qual se detreminou a reedificação
e concerto das cazas

Aos doze dias do mes de março de mil oitocentos e hum annos nesta
cidade Marianna e no conSistorio da Venerável ordem 3^a. da Peniten
cia de São Francisco em Meza a qui prezediu o Reverendo Conego
comiSário Francisco Soares Bernardes, e Irmão Ex Ministro
Antonio Martins de Arauj, ahi foi proposto que na Meza
antesedente se mandara que o Irmão procurador geral [fizeSse]-
certas as cazas preSentes a esta Ven.^{el} Ordem, porem q entrando-
se a fazer o d.^o conSerto se achara que a maior parte dellas pre
sizava de ser de novo Reedificada por estar tudo inteiramente podre
e sem capacidade de conserto, e foi acordado e detreminado se
fizeSe a Reedificação e conserto [*ilegível*] de que constar se fez este
[termo] que todos aSignarão e eu Bento Jozé Gonçalves Guim.^{es}

Guimaraens Ex Secretario que escrevi e aSignei no empedimento
do actual

Fran.^{co} Soares Bernardes
Com.^o

An.^{to} Glz da Mota

Ex vise M.^o

Antonio Borge Roiz

An.^{to} Mis de Ar.^o
ex Min.^o

Bento Jozé Glz Guim.^{es}

secretr.^o

Dom.os Joze de Miranda

Pro.^{cor} g.^{al}

Ignacio Jozé de Souza Ferreira

Definidor

Domingos Fernandes de Carv.^o

Ex defindor

M.^{el} Marques Duarte

heis definidor

An.^{to} Joze de Souza

His difinidor

Livro de Termos, fl.137v-138:

Termo pelo qual Se mandou [*ilegível*] no Rebaxe¹⁸⁸ da Rua e testada desta Veneravel Ordem pelos motivos abaixo

Aos vinte e oito dias do mes de Outubro de mil, e oito centos e tres annos nesta Leal Cidade Marianna em o Consistorio da Veneravel Ordem 3^a. , de S. Fran^{co}. o q^e. presedio o R^{do}. Vice ComiSsario o P^e. Joze de Iz^a. Aen^o. [*ilegível*], e o Irmão Vice Men^o. Franc^o. [*ilegível*] de Miranda, e mais Definitorio, ahi pelo Irmão Procura dor Dom^{os}. Joze de Miranda, foi dito, que dando-se principio ao Rebaxe da Rua , e testada desta Veneravel Ordem p^a. Se cumprir a Condição do Arrematante da Obra, fora notheficado por Ordem da Camara para não se proseguir na Obra por determinação de vinte e Sete do presente mês e anno Acordada em Camara, pelo fundamento, de que a louvação da Rua e Adro, e as suas calçadas erão prejudiciaes não Só aos moradores Respectivos, mas tão bem ao Conselho pela despeza a [estrada], com a qual não podia apre zente por Se [*ilegível*] muito emportado, e que portanto oferecemos Se esta Ordem a calsar toda a Rua e a Reparar a [*ilegível*] que poSsa acontecer aos moradores a mesma Camara Se oferecia a fazer o dezentulho para ficar em paralelo com Adro, e que Si todo o expendido deSse parte a esta Meza, e participaSse a estes [*ilegível*] dela a mesma Camara, o que tudo propunha para Ser Resolvido: e Sendo ouvido pelos Mesários presentes, foi decidido, que por quanto a Ordem Terceira do Carmo que esta proxima tem hum grande intereSse no Referido Rebaxe, e deve concorrer com a despeza Respectiva, bem como o Conselho no que diz Respeito à parte do Adro, e Rua, que Segue para a Igreja de São Pedro, cujas despesas não pode Sofrer esta Ordem não Só por tão bem Se axar empenhada, mas tão bem pela não dever fazer Per Si Só em prejuizo da mesma, de que a Meza não he Senhora, mas Sim huma Administradora, Se entupa o Rebaxe, que Se principiou, e Se Reduza ao optado, em que se achava antes de Ser principiado, para que quan

¹⁸⁸ Verbete: Rebaxo (Termo de Pedreyro) Diz-se de hua janella, ou porta em bayxo, para a água da chuva sair para fora. Rebáxo, s.m. de Pedreiro, abertura, janella, porta em baxo para a agua da chuva sahir para fora. (in: BLUTEAU.)

do a Ordem Terceira do Carmo, e o Conselho tiverem
Comodidade para fazerem os Seos Rebaxes nas Respecti-
vas testadas, e as competentes calçadas, tão bem esta
Ordem fazer o que deves, e o que estiver obrigado
e que no cazo digo, e que de todo o expendido foSse o
Irmão Procurador, parte digo Procurador dar Parte
a mesma Camara. E para constar fiz este termo,
em que todos o aSsignarão. Jozé Joaquim da Rocha
Secretario da Ordem que a escrevi, e aSsigney